

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**PROTOCOLO DO BOM CIDADÃO – SÉRIE FONTES:
LIÇÕES DE MORAL E CIVISMO
NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
EM SANTA CATARINA (1920-1950)**

PAULETE MARIA CUNHA DOS SANTOS

FLORIANÓPOLIS

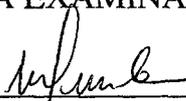
1997

PROTOCOLO DO BOM CIDADÃO - SÉRIE FONTES: LIÇÕES DE MORAL
E CIVISMO NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM SANTA
CATARINA (1920-1950)

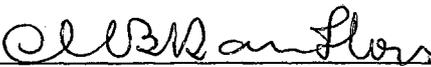
PAULETE MARIA CUNHA DOS SANTOS

Esta Dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final para obtenção do
título de MESTRE EM HISTÓRIA DO BRASIL

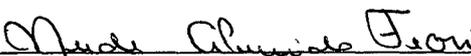
BANCA EXAMINADORA



Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Teresa Santos Cunha (Orientadora)



Prof.^ª. Dr.^ª. Maria Bernardete Ramos Flores



Prof.^ª. Dr.^ª. Neide Almeida Fiori

Prof. Dr. Élio Cantalício Serpa (Suplente)

Florianópolis, 02 de outubro de 1997

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

PROTOCOLO DO BOM CIDADÃO – SÉRIE FONTES:

**LIÇÕES DE MORAL E CIVISMO
NA ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO
EM SANTA CATARINA (1920-1950)**

PAULETE MARIA CUNHA DOS SANTOS

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em História.

**ORIENTADORA
MARIA TERESA SANTOS CUNHA
CO-ORIENTADORA
MARIA BERNADETE RAMOS FLORES**

FLORIANÓPOLIS

1997

À
Janaína e Méca.
Aos meus pais.

MEUS AGRADECIMENTOS

- Às professoras Maria Teresa Santos Cunha e Maria Bernadete Ramos Flores pela confiança e orientação.
- À CAPES, pela concessão da bolsa.
- Aos professores Carlos Humberto Corrêa e Joana Maria Pedro pelo encaminhamento inicial.
- À professora Neide de Almeida Fiori pelas discussões e empréstimos de valioso material bibliográfico.
- À Theresinha da Luz Fontes pelo apoio constante e pelo acesso ao Acervo Henrique da Silva Fontes.
- Aos colegas do Curso de Pós-Graduação, em especial à Rose e à Aninha.
- Aos amigos que participaram desta caminhada, em especial, à Mabel.
- Aos profissionais que de uma forma ou outra contribuíram para execução deste trabalho.
- Às professoras Maria Helena Régis e Helena Anna de Souza pela contribuição expressiva.

SUMÁRIO

RESUMO	v
ABSTRACT	vi
O SABER É UM "THESOURO", A CRIANÇA É "AVE A EMPLUMAR" E NA ESCOLA "APRENDE A VOAR"	5
I - CULTUANDO O UFANISMO: O ENSINO DA PERSEVERANÇA DO AMOR À PÁTRIA	25
II – DA ESCOLA NASCE A LUZ: UMA BOA EDUCAÇÃO FORMA UM BOM CIDADÃO	64
III - PROJETO DE FORMAÇÃO DO CARÁTER NACIONAL: EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA A REDENÇÃO DA PÁTRIA	87
FONTES	117
BIBLIOGRAFIA	123
ANEXOS	127

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes:** lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Florianópolis, 1997. viii, 126 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha

Co-orientadora: Maria Bernadete Ramos Flores

Defesa: 02/10/97

RESUMO

Em Santa Catarina, a noção de que “uma boa educação forma um bom cidadão” pode ser encontrada a partir da década de 1920 na série de livros escolares de Henrique da Silva Fontes, denominada [Série Fontes]; divulgada e amplamente utilizada nas escolas públicas em um momento de recrudescimento do nacionalismo. A educação, nesses livros, foi pensada como capaz de plasmar [o cidadão] trabalhador, e responsável pela harmonia necessária ao bem estar social e ao engrandecimento da [pátria]. Naquele momento, décadas de 1920-50 ela representava uma das medidas encaminhadas pelo governo do Estado de Santa Catarina para organizar a [educação pública], modelar condutas e difundir valores e isso nos revela um projeto educacional e social conectado com um movimento de revivificação do pensamento nacionalista brasileiro.

Palavras-chave: Série Fontes; o cidadão; pátria e educação pública.

SANTOS, Paulete Maria Cunha dos. **Protocolo do bom cidadão – Série Fontes:** lições de moral e civismo na organização da educação em Santa Catarina (1920-1950). Florianópolis, 1997. viii, 126 p. Dissertação (Mestrado em História) – Curso de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientadora: Maria Teresa Santos Cunha

Co-orientadora: Maria Bernadete Ramos Flores

Defesa: 02/10/97

ABSTRACT

In Santa Catarina, the notion that "*good education makes good citizens*", can be found since the decade of 1920 in the school book series of Henrique da Silva Fontes, denominated Série Fontes; divulged and widely used in public schools at a moment of nationalism value increase. The education, in these books, was thought to be capable of molding the working citizen, and responsible for the necessary harmony to the social well-being and to the elevation of the nation as a country. That time, between the 1920-50 decades, it represented one of the acts set out by the government of the state of Santa Catarina in order to organize the public education, mold behaviour and divulge values and this reveal us, Brazilian citizens, an educational and social project connected to a reviving movement of the Brazilian nationalism.

Cartilha Popular

(SÉRIE FONTES)

Adotada nas escolas
públicas do Estado
de Santa Catarina

Autorizada pela Comissão Nacional do Livro Didático
(Registro n. 1947 — processo 58. 955. 46)

NOVA EDIÇÃO

posta de acôrdo com a ortografia oficial

EDITORA

LIVRARIA CENTRAL DE ALBERTO ENTRES
Caixa Postal, 131
Telegr.: ENTRES.

FLORIANÓPOLIS

1951

TERCEIRO Livro de Leitura

(SÉRIE FONTES)

Adotado nas escolas
públicas do Estado
de Santa Catarina

Autorizado pela Comissão Nacional do Livro Didático
(Registro n. 1947 — processo 58. 955. 46)

NOVA EDIÇÃO

posta de acôrdo com a ortografia oficial

EDITORA

LIVRARIA CENTRAL DE ALBERTO ENTRES
Caixa Postal, 131
Telegr.: ENTRES.

FLORIANÓPOLIS

1951

A Patria

A patria é o céu, o solo, o povo, a tradição, a consciencia, o lar, o berço dos filhos e o tumulto dos antepassados, a comunhão da lei, da lingua e da liberdade.

Os que a servem, são os que não infamam, os que não conspiram, os que não sublevam, os que não desalentam, os que não emmudecem, os que se não acobardam, mas resistem, mas ensinam, mas se esforçam, mas pacificam, mas discutem, mas praticam a justiça, a admiração, o entusiasmo. (4^o L. 1930, p. 38)

Rui Barbosa

Nem sempre em princípio, portanto, a escrita provém inteiramente do coração; em sua maior parte, provém diretamente de outros livros. A singeleza mais elevada surge mais tarde, fruto de uma faina que oculta a faina.

Peter Gay, 1990

**O SABER É UM “THESOURO”,
A CRIANÇA É “AVE A EMPLUMAR”
E NA ESCOLA “APRENDE A VOAR”**

Uma discussão sobre a idéia de nação e cidadania não deveria “começar pelo começo?” A resposta está, naturalmente, na dificuldade de se determinar onde “começa o começo”. Contudo, um assunto de extrema complexidade, não se dispõe numa idéia linear, ele pode melhor distribuir-se num espaço circular, onde qualquer dos pontos pode ser o inicial. “[...] a própria idéia de estilo vem afetada por uma ambigüidade central: há que dar informação e prazer. Abre janelas para a verdade e a beleza - um duplo panorama atordoante.”¹ Este é o entendimento do historiador Peter Gay, e se traduz para todos os que se propõem a difícil tarefa também com o tom de ambigüidade, que significa, configurar para a forma escrita e linear a idéia que lhe ocorre de forma circular no nível mental do seu ser. É, portanto, com esta dita ambigüidade que me dispus a olhar, ver, analisar, além do estilo uma série de livros de leitura adotados nas escolas públicas de Santa Catarina a partir da década de 1920.

¹ GAY, Peter. O Estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p.17-31.

Em Santa Catarina, a noção de que “*uma boa educação forma um bom cidadão*” pode ser encontrada na série de livros escolares de Henrique da Silva Fontes, denominada Série Fontes, a partir da década de 1920, conectada ainda com um momento de recrudescimento do nacionalismo. A educação foi pensada como capaz de proporcionar o desenvolvimento da cidadania e, portanto, o engrandecimento da pátria (nação), isto é, proporcionar a harmonia necessária ao bem estar social. As imagens deste ideal de cidadão são retratadas nas inúmeras lições da Série Fontes, como por exemplo: “*O menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente.*”²

Esta idéia pode ser melhor traduzida no ato de reviver, de re-significar as noções presentes na Série Fontes de fé, justiça, lealdade, honradez, honestidade, que o “bom cidadão” deverá construir para si e sua família. Portanto, neste momento especial do nacionalismo, o discurso da intelectualidade brasileira concede um outro significado ao valor da educação, ou seja, o de constituir a redenção nacional.

² FONTES, Henrique da Silva. Segundo Livro de Leitura. Série Fontes. Florianópolis : Imprensa Oficial do Estado, 1935. p.7.



Henrique da Silva Fontes - Diretor da Instrução Pública em Santa Catarina (1919-1926)

O organizador da Série Fontes foi Henrique da Silva Fontes, nascido em Itajaí-SC, a 15 de março de 1885, e falecido em Florianópolis a 22 de março de 1966, filho do comerciante e industrial Manoel Antônio Fontes e de Ana da Silva Fontes. O professor Fontes, como gostava de ser chamado, era antes de tudo um humanista, um educador. Sobre seu espírito e sua conduta diante da vida e das pessoas, muito já foi dito, como comprovam vários estudos aqui citados.

Uma singular característica da Série Fontes é que o seu criador Henrique Fontes *recusou quaisquer reservas de direitos autorais* sobre a obra.

Para apresentar o objetivo da elaboração desta série de livros escolares, nada melhor que as palavras do próprio autor:

Não foi falta de bons livros de leitura que me levou a propor ao Ex.mo. Sr. Dr. Hercílio Luz a impressão por conta do Estado da presente série de livros escolares. A causa dêste empreendimento foi a falta de livros de custo módico, de livros que, podendo ser adquiridos sem sacrifício pelos remediados, possam também, à larga, ser distribuídos gratuitamente entre aqueles para quem alguns tostões representam quantia apreciável.³

A partir desta declaração, que faz parte do prefácio das várias edições, podemos observar que um dos seus objetivos é a organização da educação popular. Nesse sentido, a Série Fontes representa uma das medidas encaminhadas pelo governo de Santa Catarina, para administrar a instrução elementar nas escolas públicas do Estado.

A idéia desse estudo ocorreu quando cursava a disciplina do Curso de Pós-graduação: "O pensamento político catarinense", ministrada pelo professor Carlos Humberto Corrêa. É importante ressaltar, que o objeto Série Fontes, me foi apresentado por Joana Maria Pedro, porque ela já havia trabalhado enquanto perspectiva de gênero, como categoria de análise histórica, em sua tese de Doutorado intitulada: "*Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis – 1880/1920*". Entretanto, como objeto específico de análise o material continuava sem tratamento histórico, sem uma análise mais acurada de seus temas e, dada sua importância na educação em Santa Catarina, fui instigada a estudá-lo.

A história da educação em Santa Catarina não pode deixar de evidenciar a importância, edição e circulação desta Série na conformação de hábitos e valores, durante um longo período, que vai de 1920 até os anos 50. Inclusive, importa res-

³ FONTES, Primeiro Livro de Leitura. Série Fontes. Prefácio da primeira edição, em janeiro de 1920.

saltar que sua repercussão entre os professores possibilitou o envio de cartas ao seu autor, conforme o mesmo havia pedido no prefácio.⁴

A partir de dados cronológicos obtidos, constata-se um acontecimento da maior relevância, ou seja, a Série Fontes fez parte da educação, de pelo menos duas gerações, já que ela teve grande circulação em todo o Estado. “Só” por esse motivo, já bastaria, para ser objeto de estudo na História da Educação catarinense. Porém, se faz pertinente evidenciar que o Estado assumiu o propósito pedagógico da Série, realizando assim, uma iniciativa peculiar na história da política educacional.⁵

A Série Fontes compõe-se de cinco livros que englobam o curso elementar e, observando-se atentamente, pode-se constatar que, para compor uma rede discursiva em suas páginas, foram escolhidas inúmeras lições, de vários autores, como veremos a seguir, e cujos temas básicos como bem expressa seu organizador são uma: “[...] *compilação de trechos em que brilham lições de moral e civismo* [...]”⁶

Essa rede discursiva que encontramos na Série Fontes é cuidadosamente bem elaborada e para melhor re-significar, pode-se usar a metáfora da própria análise: “*rede*”, porque é magnificamente construída por dezenas de mãos, que trabalharam para que, finalmente acabada, pudesse ser lançada, não para o mar em busca da sobrevivência natural de crianças, homens e mulheres, mas para

⁴ No acervo Henrique da Silva Fontes encontramos duas cartas, datadas em 1920. A primeira, de um professor da “Escola publica do sexo masculino da Villa de Paraty”. A segunda carta, do mesmo ano, lhe é dirigida por um Frei da Ordem Franciscana de Blumenau (anexo 1).

⁵ CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. A Secretaria da Justiça e sua relação com a Educação. Florianópolis : Ed. da UFSC/Arquivo Público do Estado. SC, 1985. p.36.

⁶ FONTES. Quarto Livro de Leitura. Série Fontes. Prefácio da primeira edição, em maio de 1930. Florianópolis : Typ. Livraria Moderna, 1930.

outro espaço: em terra, ou seja, para outra “rede”, a rede de ensino das escolas públicas elementares, para educar meninos e meninas que freqüentam os bancos escolares, em Santa Catarina, nas primeiras décadas do século, e que portanto, deverão se constituir em “bons cidadãos”.

Os livros da Série Fontes reúnem textos que são assinados por autores locais, nacionais e estrangeiros e, portanto, nos levam a crer que o saber é considerado um valor “universal” e “atemporal”. Tudo indica que esta rede discursiva, veiculada na Série Fontes, é uma proposta de construção de imagens, no intuito da recriação da idéia de nação e cidadania.

No caminho desta pesquisa, pretende-se dar historicidade aos significados que se operam no discurso dos intelectuais, que assinam as “lições” na Série Fontes, para instaurar um discurso fundador. Segundo Eni Puccinelli Orlandi, o discurso “[...] *cria uma nova tradição, ele re-significa o que veio antes e institui aí uma memória outra. É um momento de significação importante, diferenciado.*”⁷ E por isso, cria uma memória institucionalizada: da história do país, dos seus cidadãos e da identidade nacional.

Portanto, através da análise da rede discursiva encontrada nesta Série, procurarei penetrar no universo da construção de códigos, que permearam a idéia de nação e cidadania, ensinadas nas escolas públicas e particulares de instrução elementar em Santa Catarina, durante um longo período, que vai de 1920 até os anos 50, com a adoção da Série Fontes.⁸ Sendo assim, os conteúdos desta Série

⁷ ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso fundador. Campinas, SP : Pontes, 1993. p.11-25. Ver da autora, A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso. 2.ed. rev. e aum. Campinas, SP : Pontes, 1987.

⁸ Parafraçando Umberto Eco, “não pretende-se emitir juízo das intenções do compilador”, ao apresentar uma antologia que reúne texto de manuais de iniciação em leitura. ECO, Umberto & BONAZZI, Mariza. Mentiras que parecem verdades. São Paulo : 1980. p.18.

parecem indicar um significado do nacionalismo válido durante o Estado novo e que ainda prosseguem nas décadas seguintes.

Pensando a sociedade como uma instituição, “*um conjunto mais ou menos estável de códigos formais que orientam e definem o espaço da ação comum*”,⁹ pode-se pensar a dimensão histórica como um espaço que percorre por entre a linguagem, o símbolo, a imagem, a memória, enfim, por entre os hábitos de vida, que constituem e representam sinais numa sociedade de códigos.

“*Que significado a imagem do Brasil pode ter para cada um de nós?*” Muito se tem visto e estudado sobre a questão da unidade nacional. Em 1992, por exemplo, na ocasião das comemorações dos 500 anos da “descoberta” da América, dos 170 anos da independência do Brasil, dos 200 anos da execução de Tiradentes, dos 70 anos da Semana de Arte Moderna e, dos 60 anos do Movimento Constitucionalista de 1932, o Departamento do Patrimônio Histórico da Secretaria Municipal de Cultura da cidade de São Paulo realizou uma mostra de 30 cartazes intitulada “*Pátria Amada Esquartejada*”, contendo fotos, poesias, hinos e textos, com o intuito de chamar a atenção para o significado das imagens que simbolizam a unidade nacional e a ilusão desta unidade.

Na construção da “rede” discursiva da Série Fontes cada “nó” tem seu significado próprio, mas enriquecido por sua integração no conjunto. Paulatinamente, o leitor poderá ir compondo um perfil de idéias, sentimentos, imagens na combinação da trama dos espaços vazios e dos espaços sobrepostos pelos fios desta “rede”.

⁹ FOUCAULT, Michel. El orden del discurso. Apud SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1989. p.246.

Percebe-se a partir daquele exemplo que o objetivo constante nos movimentos de idéias dos intelectuais brasileiros sobre a “unidade nacional” desde o final do século XIX até a década de 1920, é construir um imaginário de nação e cidadania que mostre o Brasil com “um só rosto”, sobretudo, perante as outras nações. Entretanto, ao nos aproximarmos, verificamos as diversidades locais e regionais. “*O nacionalismo é uma representação ideológica preocupada em definir os traços específicos de um povo e suas diferenças frente aos demais - a identidade e alteridade*”.¹⁰ Ainda segundo Lúcia Oliveira, independente de grupo, de nação ou de época, esta é uma característica presente em todos os nacionalismos.

Parece ser também esta a opinião do historiador Eric Hobsbawm. Para este estudioso do nacionalismo, a maioria das pessoas do mundo ocidental, e isso pelo menos desde o século XVIII, tem a necessidade de identificar-se com uma nação, com um governo, com um território, com uma língua, com uma cultura.¹¹

No Brasil alguns estudiosos da questão nacional e da cultura popular¹², parecem concordar que foram os diversos grupos de intelectuais no século XIX que delinearão a legitimidade das idéias de cultura, de povo e de nação, concedendo-lhes uma matriz de significados que ainda se encontram presentes no ideário da constituição de uma identidade brasileira.

Lúcia L. de Oliveira considera que “*o nacionalismo enquanto sistema de idéias centrado na identidade e na autoconsciência necessariamente discute com*

¹⁰ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo : Brasiliense, 1990. p.188.

¹¹ HOBBSAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990. p.11-61.

¹² OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional na Primeira República. São Paulo : Brasiliense, 1990. Ortiz, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo : Brasiliense, 1985. Românticos e Folcloristas. São Paulo : Olho d'água, 1992.

a tradição vigente. É preciso reestruturá-lo ao construir sua versão sobre o passado que substitua a versão anterior”¹³.

A educação nos livros de leitura, desde o final do século XIX, é percebida como transformadora da humanidade e do mundo. Na Série Fontes, o saber é um “thesouro”, a criança é “ave a emplumar”, que na escola “aprende a voar” com o professor que é “do nosso afeto credor!”

No início da República construiu-se uma história para substituir a imperial. Esta “outra” história da nação, toma um “outro” significado, num momento de re-vivificação do nacionalismo brasileiro. É preciso reescrevê-la sob a perspectiva de uma nova ordem, de um novo regime político. No entanto, como “ não há ritual sem falhas”, irrompe a construção republicana da história-pátria, mas aproveitando fragmentos do “ritual já instalado”. A ruptura permite uma nova perspectiva sobre o significado de nação, contudo, os outros não desaparecem, eles ganham novos contornos no ideário dos intelectuais, que se consideram imbuídos da “missão” de salvar a pátria.

Constatamos na leitura da Série Fontes, a permanência de alguns dos significados de nação e identidade nacional, presentes no pensamento de outros intelectuais, que elaboram livros didáticos no final do século XIX, entre eles estão, Abílio Cesar Borges e Joaquim Maria de Lacerda. O elo comum que conduz o ideário de todas essas obras, é a educação cívico-patriótica. Esse significado está representado, na “missão” de formar as virtudes de caráter na criança, ou seja, cuidar do seu espírito para depois instruí-la. E como concretizar este apostolado? Formando a consciência do caráter nacional que se aqui traduz em memória histórica, que se faz institucional e, por isso se legitima.

¹³ OLIVEIRA, A questão nacional..., op.cit., p.142.

Em Santa Catarina, a Série Fontes representa uma continuidade dos valores de virtudes morais e cívicas já apregoados pelos autores de livros de leitura, do final do século XIX. Em contrapartida, a orientação da política educacional para a reorganização da estrutura técnico-pedagógica e administrativa da instrução pública está pautada nas mais inovadoras diretrizes pedagógicas, como por exemplo, o método analítico de alfabetização a partir da sentença, já executadas no Estado de São Paulo, considerado modelo nacional dos métodos de ensino.

Ainda assim, os professores persistem até a década de 1940, com a metodologia tradicional do ensino baseado na memorização dos alunos, mesmo diante de todo um aparato de fiscalização, leis e decretos que proibiam tal prática. E também abraçam a idéia, já veiculada desde o final do século passado, do magistério como “missão”, apregoada pela política educacional do Estado e com o aval da sociedade.

A Série Fontes compreende a Cartilha Popular, o Primeiro, o Segundo, o Terceiro e o Quarto Livro de Leitura. Foi publicada a partir da década de 1920 e adotada nas escolas públicas de Santa Catarina, para a instrução elementar. Nosso trabalho será o de analisar como foi construído, pelo autor, um discurso de aspectos relativos à nação e à cidadania, que nos parece ter sido delineado e, muitas vezes, até desenhado com firmes e precisos traços em cada livro da Série Fontes.

Sobre a análise da série de livros escolares, podemos adiantar que a Cartilha Popular, o Primeiro Livro e o Segundo Livro de Leitura foram editados em 1920, o Terceiro Livro de Leitura foi editado em 1929 e o Quarto Livro de Leitura em 1930.

A Série Fontes é uma *obra rara* neste último quinquênio do século XX, e por isso encontra-se catalogada no acervo da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina. Após rastreamos esse acervo, entramos em contato com um outro, o de Henrique da Silva Fontes¹⁴. Qual a nossa surpresa? Aí estava o “tesouro” maior, a Série Fontes com suas inúmeras edições. Todas estas edições apontam para a grande circulação e divulgação da Série. Diante da riqueza das fontes, pensamos por bem nomeá-las sucessivamente (Fig. 1.).

¹⁴ O Acervo Henrique Fontes, está instalado, desde 1985, no subsolo do Residencial Clotilde Fontes, na Av. Trompowski, nº 148, Fpolis-SC, contruído no terreno de sua antiga residência.

Figura 1

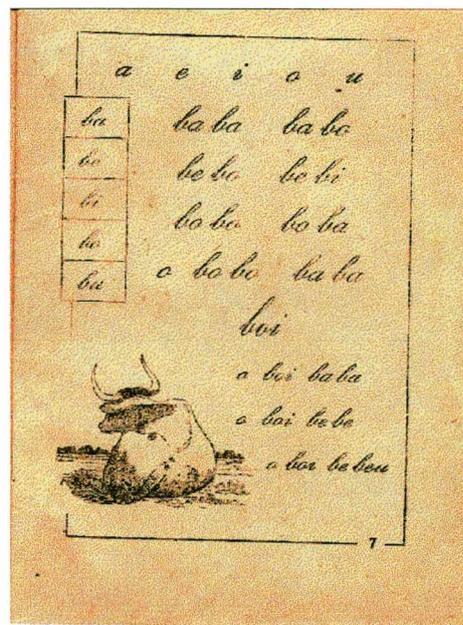
BIBLIOTECA PÚBLICA DO EST. STA CATARINA		ACERVO DE HENRIQUE DA SILVA FONTES	
LIVRO DE LEITURA	EDIÇÃO	EDITORA	EDIÇÃO EDITORA
CARTILHA POPULAR	1948	IMP. OFICIAL DO ESTADO	1920 ^A - 1951 ^B
PRIMEIRO LIVRO	1945	ALBERTO ENTRES	1921 ^A - 1923 ^B - 1935 ^C - 1939 ^D - 1951 ^D
SEGUNDO LIVRO	1920* - 1945**	CYSNE* - ALBERTO ENTRES**	1920 ^A - 1922 ^B - 1924 ^C - 1927 ^C - 1930 ^C - 1933 ^D - 1935 ^E - 1941 ^D - 1945 ^D
TERCEIRO LIVRO	1941	ALBERTO ENTRES	1929 ^A - 1933 ^B - 1936 ^C - 1939 ^B - 1941 ^B - 1943 ^B - 1944 ^B - 1945 ^B - 1951 ^B
QUARTO LIVRO	1940	ALBERTO ENTRES	1930 - 1949

Nota: Nas edições de 1951 da Cartilha Popular, Primeiro e Terceiro Livro e na edição de 1949 do Quarto Livro de Leitura encontramos em negrito **Livraria Central** ao invés de **Alberto Entres**. Na verdade correspondem a uma só editora: **Livraria Central de Alberto Entres**.

As edições das décadas de 1930 e 40 são postas de acordo com a ortografia oficial (decreto-leis nº 292, de 23 de fevereiro de 1938 e nº 5.186, de 13 de janeiro de 1943). Ainda quanto à ortografia, a edição de 1945 do Segundo Livro de Leitura refere-se ao decreto-lei nº 14.533, de 18 de janeiro de 1944, que promulga a Convenção Ortográfica entre o Brasil e Portugal. Acrescentamos que a edição de 1951 da Cartilha Popular, Primeiro e Terceiro Livro de Leitura conforme Registro nº 1947, processo 58.956.48 é autorizada pela Comissão Nacional do Livro Didático. Finalmente, a edição de 1948 da Cartilha Popular registra a inscrição: Fornecido gratuitamente pelo Departamento de Educação e, em todas as edições da Série Fontes lê-se: Adotado nas escolas públicas do Estado de Santa Catarina.

Para caracterizar o perfil da Série Fontes, tais como a sua configuração, circulação, linguagem e imagem, selecionamos alguns depoimentos de ex-alunos que foram alfabetizados nesta série de livros escolares.

[...] todos nós recebemos a Cartilha de Leitura da Série Fontes, dada gratuitamente por uma misteriosa Inspeção de ensino [...]. como essa cartilha tinha ilustrações em algumas lições, sei que a correspondente à letra b estampava um boi. Por esse motivo, nós só conhecíamos a cartilha como o livro do boi. [...] algumas lições eu seria capaz de repetir ainda hoje.¹⁵



Na seqüência deste depoimento são referenciados os conteúdos do Segundo e Terceiro Livro de Leitura que reuniam histórias, fábulas e apólogos “de alto apelo moral”.

¹⁵ SILVEIRA JÚNIOR, Norberto Cândido. Minhas lembranças de Henrique Fontes. In: Santa Catarina, Aspectos da vida e da obra de Henrique da Silva Fontes. Ed. do Centenário de Nascimento. Florianópolis : Conselho Estadual de Cultura, 1985. p. 53-55.

*“São sessenta e poucas páginas em papel pardo, nuns tipos gostosamente sortidos, com uns desenhos que não iam só à escola com a gente, iam noite adentro, no pensamento. A capa é dura, o formato é duma caderneta e o exemplar que me arranjaram está laboriosamente perfurado por uma traça”.*¹⁶

Como podemos constatar nestes depoimentos, a Série Fontes era fornecida gratuitamente para o ensino público elementar, e deixou muitas lembranças. E, para endossar a memória destes ex-alunos recorreremos às palavras do próprio professor Fontes.

*“Empenhando-se o Estado em tornar efetivas as leis que promulgou sobre a obrigatoriedade do ensino, precisa por isso facilitar a aquisição de livros; precisa mesmo dá-los aos que não os possam comprar e aos que relutem em adquirí-los.”*¹⁷

Para colocar em prática as leis que promulgou sobre a obrigatoriedade do ensino elementar, o Estado redefiniu seu papel no setor educacional, através de diversas medidas, entre elas: a reforma de ensino de 1911, no Governo de Vidal José de Oliveira Ramos; o restabelecimento da Secretaria do Interior e Justiça (1918), oficializado ainda no Governo de Felipe Schmidt; e a utilização, nas escolas públicas de ensino elementar, dos livros escolares da Série Fontes.

A Série Fontes é uma das medidas que revelam o projeto educacional e social do Governo. Entre as reformas modernizadoras empreendidas pelo Governo de Hercílio Pedro da Luz (1918 - 1924), para atender um Estado em cres

¹⁶ CARDOZO, Flávio José. Se o Vaivém fosse e viesse. In: Santa Catarina..., p.59-61.

¹⁷ FONTES, Primeiro Livro..., op. cit., prefácio da primeira edição, em janeiro de 1920.

cimento demográfico, e em ritmo de desenvolvimento urbano/industrial, pode-se considerar de fundamental importância, a reforma administrativa, responsável entre outras medidas, pelo restabelecimento da Secretaria do Interior e Justiça, à qual estava vinculada a Diretoria da Instrução Pública, o órgão responsável pela educação no Estado. Esta Secretaria trouxe o professor Henrique da Silva Fontes para assumir o cargo de Diretor da Instrução Pública. No exercício da função, coordenou e publicou a Série Fontes (a Cartilha Popular, o Primeiro e o Segundo Livro de Leitura), possibilitando assim, o cumprimento da legislação, ou seja, a instrução primária gratuita e obrigatória.¹⁸

É neste cenário de estruturação educacional em Santa Catarina, que entram em ação os livros escolares da Série Fontes.

Ao assumir a educação do ensino público elementar na década de 1910, o Governo assumiu, também, as diretrizes da política de nacionalização do ensino em Santa Catarina. Este procedimento fica bem entendido, em um Estado que recebeu grande contingente populacional de imigrantes estrangeiros, principalmente alemães e, considera seu dever, a educação da infância e da juventude brasileiras, mesmo que de pais estrangeiros.¹⁹

Faz-se pertinente esclarecer que a reorganização da educação em Santa Catarina, que se iniciou com a reforma de ensino do ano de 1911, sob a orientação do professor paulista Orestes Guimarães e sua esposa Cacilda Guimarães, que foram solicitados para criarem um sistema educacional na instituição pública estadual.

¹⁸ CORREIA, A Secretaria da Justiça..., *op.cit.*, p.15-37.

¹⁹ FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e Republicano. 2. ed. rev. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1991. p. 106-107.

É importante ressaltar que Santa Catarina foi o primeiro Estado a seguir os métodos de ensino paulista, como o método analítico para a alfabetização, nacionalmente conhecido como o mais aperfeiçoado.

A reorganização da instrução pública efetuada em 1911, por Orestes Guimarães era um objetivo da ação pública do Governo de Vidal Ramos e, segundo este, deveria caracterizar-se por *“fundar um novo tipo de escola, dar à mocidade um professorado cheio de emulação e estabelecer uma fiscalização técnica e administrativa real e constante.”*²⁰

Do êxito da fiscalização dependia o da reorganização do ensino: [...] *fora disto a desorganização e confusão, enfim a anarquia, invadirão o aparelho escolar cujas peças -Escola Normal, Escolas Complementares, Grupos Escolares e Escolas Isoladas - devem funcionar sem atritos, como peças de uma só máquina - a instrução pública - sob o comando de um só maquinista - o Diretor de Instrução.*²¹

Esse é discurso de Orestes Guimarães, para quem a orientação do ensino: *“deve partir dos órgãos propulsores, de cima para baixo, a fim de haver a necessária unidade, coesão e uniforme evolução no conjunto do aparelhamento escolar.”*²²

A orientação geral do ensino, incluindo as escolas particulares, conforme o Regulamento, visava a fiscalização da instrução ministrada. Essa orientação es-

²⁰ MENSAGEM Apresentada ao Congresso representativo do Estado em 23 de julho de 1911 pelo Governador Vidal José de Oliveira Ramos. Florianópolis, Gab. Typ. d'O Dia, 1911. p.28. Apud: FIORI, Aspectos da evolução..., op.cit., p.80.

²¹ SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negocios do Estado de St. Catharina. Relatório apresentado ao exmo. Sr. Cel. Vidal José de Oliveira Ramos governador do Estado pelo Secretario Geral Gustavo Lebon Regis. Florianópolis, Typ. da Livraria Central, 1914. p. 122. Apud: FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p. 97.

²² GUIMARÃES, Orestes. Trechos de um Relatório. Florianópolis, Oficinas Graphicas d'Aphenix, 1918. p. 18. Apud: FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p. 98.

tendia-se à comunidade que contava com o apoio do Governo, no sentido de realizar denúncias, às vezes sem fundamento, desse estilo de controle social, referente ao comportamento dos profissionais do magistério em Santa Catarina. De acordo com Neide Almeida Fiori, o controle social: “[...] era uma realidade efetiva, por volta de 191; com frequência encontravam-se publicados nos jornais do Estado, penas de suspensão de professores por faltas relativas ao programa, horário, higiene e disciplina escolar.”²³

É perceptível nas diretrizes da reforma, a pretensão de uma uniformidade no ensino catarinense, acompanhada de uma mudança radical na postura do professorado. Com o intuito de concretizá-las, o Executivo do Estado e o seu organizador, Orestes Guimarães, afinam os instrumentos das práticas de fiscalização e hierarquização, que paulatinamente encontram a “harmonia” planejada, nos governos que se sucedem. Afirmava o Secretário Geral do Governo Felipe Schmidt:

O progresso do ensino público, entre nós, deve-se principalmente à inspeção escolar, sem a qual baixará fatalmente o nível do ensino. São os Inspectores que ensinam aos professores das Escolas Isoladas o emprego de métodos mais aperfeiçoados, que verificam a observância do programa e do horário, que obrigam a instalação das escolas em casas apropriadas; pela sua ação enérgica, são afastados os professores relapsos e incompetentes e aqueles que exerciam o magistério sem nenhuma vocação ou como um simples meio de vida.²⁴

²³ FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p.98.

²⁴ SANTA CATARINA. Secretaria Geral dos Negocios do Estado de S. Catharina. Relatório apresentado ao exmo. Sr. General dr. Fellipe Schmidt governador do Estado pelo dr. Fulvio Coriolano Aducci Secretario Geral em 1º de maio de 1918. Florianópolis, Oficinas e electricidade da Emp. d’O Dia, 1918. p. 82. Apud: FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p. 99.

Percebe-se nessa “orquestra” um arranjo com notas de fiscalização administrativa, bem como técnico-pedagógicas, ou seja, a organização do aparelho escolar exigia uma disciplina rígida dos educadores e dos educandos.

Nesse aspecto, um exemplo clássico, é o Regimento Interno dos Grupos Escolares (Decreto n. 795 de 2 de maio de 1914. Apud: FIORI, 1991, p.97), que contendo 342 artigos detalhava exaustivamente os aspectos fundamentais do cotidiano nas escolas. *“Havia, por assim dizer, um clima de normatização militar regulando o funcionamento dos estabelecimentos de ensino.”*²⁵

A reorganização nas diretrizes da política educacional em Santa Catarina, concretizada com a Reforma de Orestes Guimarães, permanece com sua estrutura básica até o ano de 1935, quando se concretizou a conhecida “Reforma Trindade.” Entretanto nesse período, relevantes modificações realizaram-se na vida educacional catarinense.

Essa transformação no ensino representa um novo contexto político educacional gerado pela revolução de 1930, e depois estabelecido na Constituição de 1934. A partir de então os sistemas educacionais dos Estados deveriam estar em harmonia com as diretrizes gerais estabelecidas pelo Governo Federal.²⁶

A normatização de condutas impostas ao magistério catarinense, com a Reforma de Orestes Guimarães, estabelecia a observância do programa, do horário, da higiene e da disciplina escolar; além do método pedagógico, que entre outras medidas proibia terminantemente aos alunos *“decorarem compêndios ou mesmo apontamentos fornecidos ou ditados pelos professores”* (Art. 60 do de-

²⁵ FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p. 97.

²⁶ FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p.116-121.

creto 795 de 2 de maio de 1914. Apud: FIORI, 1991, p.95). Entretanto, nos depa-ramos após uma longa data, com outro discurso, o do próprio Inspetor Escolar:

Durante a inspeção dos Grupos, achei que, na maioria, estavam longe das exigências da metodologia recomendada, pois em quase todos verifiquei que os professores tanto repeti-am oralmente o assunto, ou que os alunos o repetissem, até o decorarem; outros até ainda davam pontos a decorar, mas quase nenhum exigia a cooperação dos alunos ao raciocínio ou a observar e tirar suas conclusões, e portanto os alunos só diziam o que o professor tinha dito, ou que havia no livro ou mesmo no caderno de apontamentos.²⁷

Constatamos então que perduraram ainda por mais de três décadas, mes-mo que proibitivos, o método da memorização no ensino catarinense. O discurso do Inspetor é em defesa da Escola Nova, que preconizava um ensino com a parti-cipação ativa e o desenvolvimento da capacidade reflexiva dos educandos, em contraposição ao método tradicional e intelectualista caracterizado por exigir uma disciplina rígida e considerar o educando como agente passivo do ensino.²⁸ Assim, ao que tudo indica, o surgimento da Série Fontes visava adequar o ensino de Santa Catarina às novas propostas educacionais.

A normatização de condutas, estabelecidas, por regulamentos, leis e de-cretos com relação às técnicas pedagógicas não afastam do ensino catarinense a prática da memorização, como método de aprendizagem. No entanto, na linha de ação pedagógica e administrativa é flagrante a idéia de continuidade do “*exercício do magistério como missão e não como profissão*”.²⁹ Nesse aspecto, portanto, de-

²⁷ SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. *Circulares 1942*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1943. p. 23. Apud: FIORI, Aspectos da evolução, op. cit., p. 126.

²⁸ FIORI, Aspectos da evolução ..., op.cit., p. 125-127.

²⁹ SANTA CATARINA. Secretaria da Justiça, Educação e Saúde, Departamento de Educação. *Circulares 1943-1944*. Florianópolis, Imprensa Oficial do Estado, 1945. p. 4-5. Apud: FIORI, Aspectos da evolução ..., op. cit., p. 129.

lineia-se uma ambigüidade entre o pensamento dos intelectuais que produziram livros didáticos e a política educacional para o ensino elementar.

Finalmente, este trabalho está estruturado em três capítulos que pretendem historicizar a Série Fontes como plasmadora de visões de mundo e como tal, modeladora de condutas, de comportamentos que se esperavam para aquelas gerações, quais sejam, culto á pátria, defesa do nacionalismo, a formação do trabalhador, a partir da educação do cidadão tanto em seu aspecto sócio-político como em seu aspecto pessoal (cuidados com a higiene e seu corpo).

A divisão do trabalho em três partes, obedece mais a uma sistematização acadêmica, tendo como eixo central a Série Fontes. Procura-se historicizar este objeto largamente difundido na escola pública catarinense a partir de 1920 até os anos 50 do nosso século, e por conseqüente, plasmador de condutas, normas, valores para uma geração que deveria ser preparada para exercer seus deveres de bom cidadão.

**I - CULTUANDO O UFANISMO:
O ENSINO DA PERSEVERANÇA DO AMOR À PÁTRIA**

A Pátria

Ama com fé e orgulho, a terra em que nasceste!
Criança! não verás nenhum país como este!

Olha que céu! que mar! que rios! que florestas!
A natureza, aqui, perpetuamente em festa,

E'um seio de mãe a transbordar carinhos,
Vê que vida há no chão! vê que vida há nos ninhos,

Que se balançam no ar, entre os ramos inquietos
Vê que luz, que calor, que multidão de insetos!

Vê que grande extensão de matas, onde impera,
Fecunda e luminosa, a eterna primavera!

Boa terra! jamais negou quem trabalha
O pão que mata a fome, o teto que agasalha.

Quem, com o seu suor a fecunda e humedece,
Vê pago o seu esforço, é feliz, e enriquece!

Criança! não verás país nenhum como este:
Imita na grandeza a terra em que nasceste! (2º L. 1935, p. 49)

Olavo Bilac *

* *Olavo Bilac aparece em todos os livros de leitura da Série Fontes, incluindo a Cartilha Popular.*

Pensamos e concluimos que antes de começar a análise da Série Fontes, publicada em 1920 e reeditada até os anos 50, apresentaremos alguns congêneres que a antecederam, nomeadas a seguir: Primeiro, Segundo, Terceiro e Quarto Livro de Leitura de Abílio Cesar Borges; Thesouro da Infancia de Joaquim M. de Lacerda, ambos editados no século XIX; Minha Pátria e Meus Deveres de J. Pinto e Silva são editados nas décadas iniciais do século XIX. Esse procedimento justifica-se para oferecer subsídios ao leitor e situá-lo no tempo e no espaço do texto, isto é, da palavra escrita que significa sinais nesse universo de códigos, e que está representado em cada uma das lições que compõem os livros de leitura para a educação preliminar das crianças freqüentadoras das escolas públicas brasileiras.

Identificamos esta relação quando no Acervo de Henrique da Silva Fontes encontramos algumas dessas obras com pelo menos um dos objetivos também contido na Série Fontes, ou seja, a instrução para as escolas públicas primárias, baseada, essencialmente, na construção de idéia de nação e cidadania.

Esses autores selecionados são organizadores de outras séries ou manuais, que da mesma forma que a Série Fontes foram adotados nas escolas preliminares dos Estados de Rio de Janeiro e São Paulo. Devemos acrescentar que esta escolha se deu na medida em que encontramos algumas de suas "lições" presentes nos livros de leitura do professor Fontes, o que parece indicar uma circularidade de influências.

Abílio Cesar Borges, Barão de Macahubas (BA, 1824 - RJ, 1891), educador, médico, diretor e fundador do Colégio Abílio (1871) no Rio de Janeiro foi ins-

piração real para a escola ficcional do romance O Ateneu (1888) de Raul Pompéia.³⁰

O exemplar escolhido recebe o nome de Primeiro Livro de Leitura³¹ composto pelo Dr. Abílio Cesar Borges e é adotado por quase todas as Províncias do Império para as aulas públicas primárias. Em suas considerações sobre o método seguido neste “livrinho” ele explica que foi planejado e executado no pouco tempo de sua estada em Paris. O livro é editado em 15 de novembro de 1866, ano também da publicação do Segundo Livro de Leitura. A edição que examinamos é a vigésima, revista e melhorada.

A sua preocupação enquanto pedagogo foi a de editar um livro de primeira leitura, em língua portuguesa que cumprisse simultaneamente dois objetivos, isto é, facilitar a “meus pequenos patrícios” o conhecimento dos elementos da linguagem e comunicar-lhes, desde as primeiras lições, o hábito de pensar e entender o que lêem. Esta vontade consiste em que as crianças lessem somente palavras e frases que estavam acostumados a ouvir e a falar em suas casas e cujo significado identificassem.

Professor de longa data, um dos mais notáveis nomes da pedagogia nacional, Dr. Abílio acreditava que com boas escolas e bons livros se erradicaria, em poucos anos, o analfabetismo no Brasil, e, na perspectiva de concretizar este ide-

³⁰ COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante, de (Dir.) Enciclopédia de literatura brasileira. Rio de Janeiro: FAE, 1989, 2v. (Doravante citada como ELB, para indicar notas biográficas).

³¹ No presente livro constam dois pareceres; o primeiro, datado na Bahia, em 5 de outubro de 1867, pelo Diretor Geral dos estudos, o Cons^o Dr. João Antunes de Azevedo Chaves, que juntamente com os membros do Conselho Superior dos Estudos aprova e recomenda para serem admitidos nas aulas primárias desta Província. O segundo datado em 30 de julho de 1877, por Dr. Antonio Mariano da Silva Pontes, Diretor da Escola Normal do Rio de Janeiro e relator da Comissão Especial do respectivo Conselho Superior de Instrução, que aprovou este livro para as escolas da Província.

al, chegou a distribuir gratuitamente seus livros, para a educação elementar, nas escolas públicas, de vários locais do país.

Após a apresentação do autor e do objetivo desse livro de leitura, resta esclarecer a nossa intenção ao realizá-la.

Pretendemos mostrar como esta obra, publicada no final do século XIX, da mesma forma que a Série Fontes estava direcionada para a formação dos valores morais. Nesse sentido, o Dr. Abílio assina no Segundo Livro (1920) da Série a crônica “Noções de hygiene”, onde discorre sobre a alimentação, o asseio, o trabalho, o sono e preocupações diversas para manter a saúde do corpo e do espírito.

Para tanto, recorreremos às opiniões da imprensa registradas no “livrinho” do Dr. Abilio Cesar Borges. Entre elas encontramos alguns elogios; desde a Revista da Instrução Publica, de Paris, de 7 de fevereiro de 1867 até o Jornal do Commercio do Rio de Janeiro, de 16 de setembro do mesmo ano. A primeira inicia concordando com o autor sobre a inutilidade da soletração preliminar das sílabas destacando a eficácia do método natural já adotado por alguns mestres na Alemanha, Inglaterra, e Estados Unidos. Na mesma nota uma referência ao Segundo Livro de Leitura, diz das “historiazinhas” que encerram, cada uma delas, “uma lição de moral e um conselho”. A segunda, opinião do Jornal do Commercio, também refere-se ao Segundo Livro, como leitura que proporciona uma série de preceitos morais, como por exemplo, a virtude e a ordem; considerando a escola o único lugar para regenerar um povo, “e sob a direção de mestres dignos de tão grande tarefa”.

Dr. Abilio Cesar Borges acreditava ser a educação da infância o edifício de maior valor social e moral de um povo e, convencido deste ideal publicou o Ter-

ceiro e Quarto Livro de Leitura. Este já no início da República, data de setembro de 1890, e conta com a colaboração de seu filho, Dr. Joaquim Abílio Borges, agora diretor do Colégio Abílio.

O Quarto Livro apresenta em seu prólogo objetivos transcritos do Terceiro Livro, publicado em 1871, porém, acrescidos de duas novas realidades social e política, ou seja, a abolição da escravatura a que se segue a Proclamação da República.

A sua relação com os problemas que enfrentava a nova República, provém de seu ímpeto de libertar da “escravidão da ignorância” àqueles que haviam remido da escravidão civil, só assim, o “generoso Brasil” completaria sua “grandiosa obra filantrópica”, formando seus filhos verdadeiramente livres. Portanto, no entender do professor Abílio, assegurar a liberdade de um povo, significa lhe garantir a instrução elementar, porque *“só assim será possível a verdadeira democracia”*.

Observamos que este ideal se encontra estampado nas inúmeras lições em prosa e em verso, que constituem o Quarto Livro de Leitura, dos quais citamos as mais relevantes, entre elas: **Vantagens do escrever e do ler, A escola, A família, Pátria, A Liberdade, A força de vontade, Conselhos salutareis, A gratidão, Respeito aos velhos e aos antepassados, Amor fraternal**. Compreendemos, então, que estes conteúdos seguem um propósito similar ao que encontramos na Série Fontes, o da instrução popular para o progresso moral e econômico da pátria brasileira.

Outro educador também de obras didáticas, que parece ter sido inspirador do trabalho desenvolvido pelo professor Henrique Fontes, foi Joaquim Maria de Lacerda, membro da Arcádia Romana, que publicou no Rio de Janeiro, em 1885,

o Thesouro da Infancia ou Novo Manual das Escolas Primarias. O autor adverte, que esta obra deve servir não só de leitura corrente como também de primeiro manual para as crianças aprenderem os princípios de Grammatica Portugueza, Arithmetica, Geographia Geral, Geographia do Brazil e Historia Patria.

O livro começa com um Pequeno Tratado de Moral, onde o autor afirma o quanto é importante habituar-se desde os primeiros anos de vida à virtude. Esse Pequeno Tratado é ilustrado com figuras utilizadas pelo cristianismo; deixando bem claro que, a prática da prudência, da piedade, da inocência e a dedicação ao estudo são elementares para uma boa conduta de vida.

Esta obra publicada no final do Império, se comparada à Série Fontes e aos livros de leitura de Abilio Cesar Borges tem em comum, o caráter das “*sãs doutrinas moral e religiosa*”, que devem ser cultivadas entre as crianças, para que elas tenham, quando adultas, vida suave e tranqüila, destinada às “almas virtuosas”. Em suma, os dois autores citados são referências muito presentes na Série Fontes, o que parece indicar a influência que tiveram na obra. Através da pequena trova abaixo, procuraremos exemplificar melhor esta afirmação.

É fácil de suffocar
O vício recém-nascido;
Mas depois já crescido,
Não se pode remediar.³²

Este é o conselho salutar de um antigo poeta, registrado por Joaquim M. de Lacerda, que consiste em alertar para a inclinação “natural” de todos, de se corromperem com os males do vício, da inveja e da soberba.

A Série Fontes também adota lições extraídas da obra de Joaquim M. de Lacerda, como a que aparece no Segundo Livro de Leitura (1922), na lição “O campo inculto”. “*Devemos corrigir os nossos defeitos, combatendo-os e extirpando-os sucessivamente um após outro*”, esta advertência integra o Pequeno Tratado de Moral de Joaquim M. Lacerda. Tal procedimento parece, mais uma vez, confirmar uma certa consonância de princípios entre os autores.

Assim como na Série Fontes encontramos neste Pequeno Tratado inúmeros conselhos das obrigações das crianças para com seus pais, seus mestres e seus iguais, bem como algumas regras de civilidade, que no entender de seus autores muito lhes servirão no futuro.

Num país que se definia católico por tradição, o pensamento da mentalidade católico-conservadora colocava a educação com um sentido religioso. Para os adeptos do Regime Republicano, a Igreja representava o passado, ou seja, o regime político anterior, a Monarquia. Portanto, a laicização das instituições representava o ideal republicano, que abrangia também as escolas de instrução elementar.

³² LACERDA, Joaquim M. Thesouro da Infancia ou Novo Manual das Escolas Primarias. Rio de Janeiro : B. -L. Garnier, 1885. p. 6.

Na Primeira República a Igreja é uma instituição que assume a função de resguardar a moral na nova ordem que está se constituindo. Portanto, ela é uma instituição fundamental na implantação do novo regime.

Entretanto, sua função nesta nova ordem assume um caráter ambíguo. Separada do Estado, ela recebe seus favores, mas é excluída por este das concessões do poder. Paralelamente a este processo, a Igreja exerce uma certa autoridade que encontra apoio nas camadas populares, concretizando, assim, a sacralização da moral tão necessário ao Estado-positivo.

Roque Spencer Maciel de Barros denomina “ilustração” o período de 1870 a 1914 no Brasil, caracterizado pelo esforço de modernização dos intelectuais que pretendiam salvar o país dos problemas desencadeados pela ignorância. A solução de todos os males no entender desta geração, só poderia ser efetivada com a educação e a recuperação da ciência.³³

Em trabalho pioneiro sobre a ilustração brasileira e a idéia de universidade o referido autor identifica três tipos de mentalidade deste período da história brasileira: a mentalidade católico-conservadora, a liberal e a cientificista.

✓ Nos primeiros anos da República a Igreja procurou reconstituir a sua liberdade frente ao Estado. Durante o período dessa cruzada, foi fundamental a atuação de intelectuais católicos que acreditavam na história e na tradição como o único caminho para defender o desenvolvimento da nossa nacionalidade do perigo externo, notadamente, da cultura norte-americana, caracterizada pelo protestantismo.³⁴

³³ BARROS, Roque Spencer Maciel de. A ilustração brasileira e a idéia de Universidade. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, 1959. Apud: OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 81-85.

³⁴ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p. 159-174.

No discurso destes intelectuais, a descoberta da Terra de Santa Cruz por uma civilização cristã identifica-se com a formação do caráter nacional que deveria ser constituído baseado em uma tradição moral e religiosa.

O autor ao qual já nos referimos, como presença e influência é J. Pinto e Silva que publica Minha Patria, para o ensino da História do Brasil no segundo ano do curso preliminar, datada de 1910, já em sua quarta edição corrigida e melhorada. Meus Deveres, para o ensino de Educação Cívica e Moral no terceiro ano, tem sua terceira edição, em 1916 e, são ambas adotadas pelo Governo do Estado de São Paulo. A primeira, Minha Patria tem uma proposta de ensino de História-patria para o curso primário, com o objetivo de proporcionar aos educandos compreenderem as ligações respectivas e necessárias da série de fatos isolados da "nossa História". Portanto, seguir a ordem cronológica e natural dos fatos, no entender de J. Pinto e Silva, inspira ao educando "*o amor pelas grandes causas e pelos grande homens*".

A idéia geral da História-patria, tratada por J. Pinto e Silva, é apresentada na forma de historietas e contos, porque no seu entender, o principal objetivo é a simplicidade e a familiaridade nos termos e gravuras com o fim de corresponder ao nível da imaginação infantil.

No Terceiro Livro de Leitura (1929) da Série Fontes encontramos três lições assinadas por J. Pinto e Silva, que constam da sua obra Minha Patria, são elas: "Na aula de leitura", "O dia 21 de abril" e "Uma lição bem aproveitada". Esta constatação mais uma vez nos confirma um objetivo comum na composição das lições de J. Pinto e Silva e da Série Fontes, em uma consonância de valores como já foi frisado.

Outra obra deste autor intitulada Meus Deveres, para a educação moral e cívica, conforme aparece na advertência feita por J. Pinto e Silva, está fundamentada no pensamento de precursores da pedagogia moderna, entre eles, Amos Comenius, Fleury e Gustave Le Bon pois entendem que, a educação moral deve ser ensinada mais pelo exemplo do que por preceitos, isto é, o ensino moral deve desenvolver na criança o sentimento do dever.

Os assuntos tratados no referido “livrinho” de J. Pinto e Silva, apresentam na forma de contos apropriados às crianças temas idênticos aos encontrados na Série Fontes, tais como: **A Família, Respeito aos paes, Deveres Filiaes, Respeito aos velhos, O Trabalho, A Modestia, A Bondade, A Verdade, A Caridade, A Gratidão, A Inveja, A Calúnia, A Polidez, Os Enfermos, A Tolerância, A Hypocrisia, A Coragem, A Honradez, A Escola, O Character, A Prudencia, A Dôr Alheia, A Avareza, A Economia**; entre os especialmente cívicos: **A Patria, A Republica, A Instrucção, O Vóto, A Lei, Direitos do cidadão, A Bandeira, A Guerra, O Imposto, A Igualdade, A Fraternidade, A Justiça.**

A construção da idéia de unidade nacional com boas escolas, bons livros e, sobretudo, com mestres exemplares corresponde à visão ilustrada, marcante desde final do século XIX.

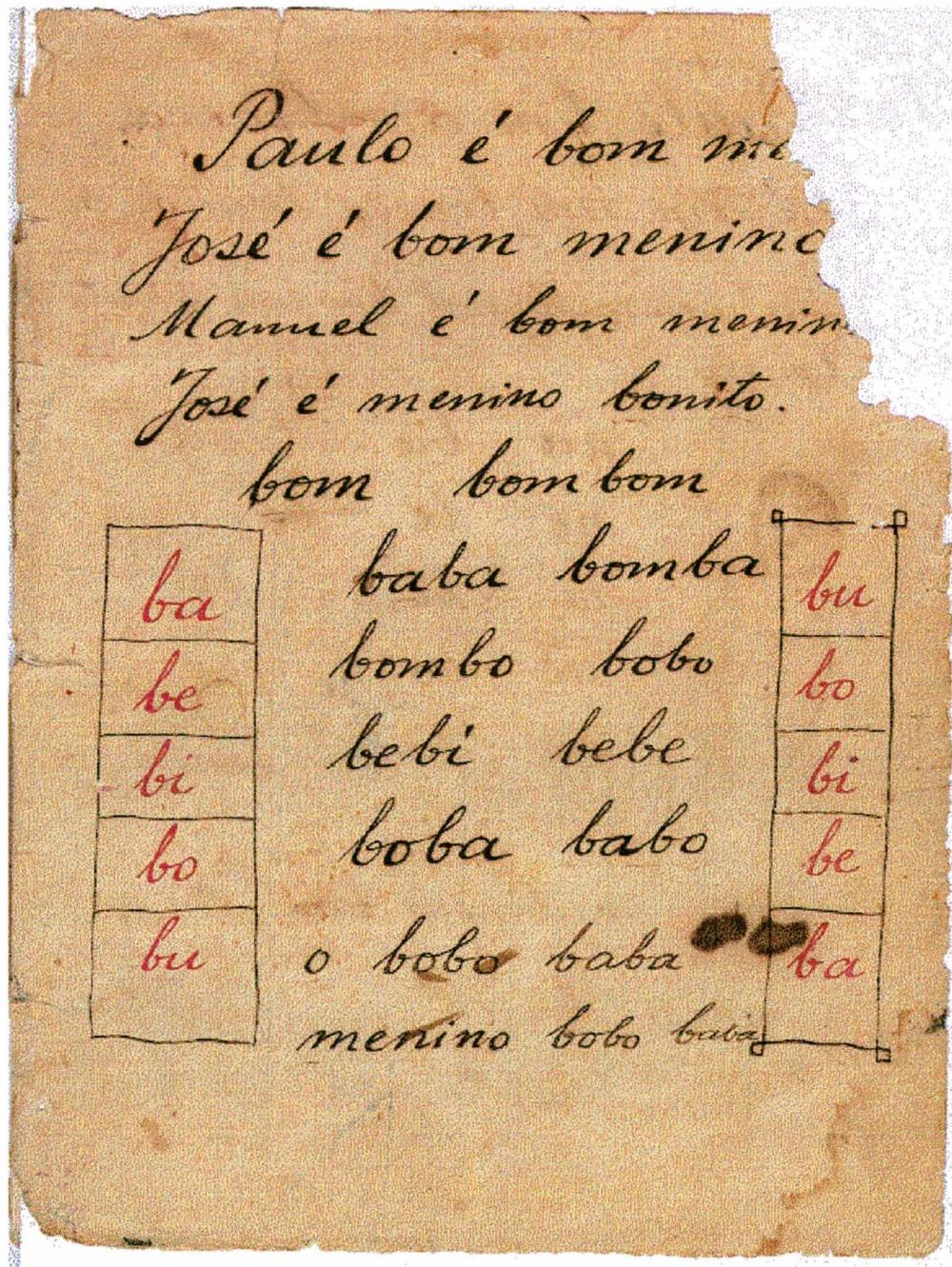
Nesse sentido realizamos uma analogia entre a Série Fontes e os livros de leitura de Abílio Cesar Borges, Joaquim M. de Lacerda e J. Pinto e Silva, com o intuito de percebermos nas “lições” o significado do universo de códigos apresentado pelos intelectuais que pretendem criar uma tradição, ou seja, reescrever

a história-pátria e consolidar a virtude cívica, porque acreditam que a educação é redentora da pátria.

Constatamos que o objetivo dos livros didáticos editados no final do Império, também encontra ressonância naqueles do período final da Primeira República. *“O maximo problema social a resolver no Brasil não é a eliminação do analfabetismo, mas a constituição científica do character infantil.”*³⁵

Essa proposta é de Liberato Bittencourt, Tenente da Escola Militar, diretor do “28 de Setembro” no Rio de Janeiro e respectivas “Succursaes”, e como Henrique Fontes, sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ela aparece na folha de rosto do livro escolar Segundo Anno 28 de Setembro, editado em 1921, no Rio de Janeiro, e destinado à “feitura mental e moral da creança brasileira”, além do exercício da leitura. Portanto, um objetivo é comum e permanece no tempo e em espaços diferentes na educação infantil: cuidar do espírito para depois instruí-lo.

³⁵ BITTENCOURT, Liberato. Segundo Anno 28 de Setembro. Rio de Janeiro : Typ. Do Gymnasio 28 de Setembro, 1921. p. 1.



Estas sentenças fazem parte do rascunho da primeira lição da Cartilha Popular que encontramos no Acervo de Henrique da Silva Fontes. Paulo, Manuel e José são respectivamente seus três primeiros filhos, nascidos entre os anos de 1914 e 1917, o que nos permite ponderar sobre sua dedicação para com a educação infantil, ainda em momento anterior ao da publicação da Série Fontes.

A convite do primeiro Secretário do Interior e Justiça, José Artur Boiteux, o professor Fontes assumiu a direção da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, permanecendo nesta função de 1919 até 1926.

Nesse período editou a Cartilha Popular, o Primeiro e o Segundo Livro de Leitura (1920). Posteriormente, já não mais exercendo a função de Diretor da Instrução Pública, completa a Série Fontes com o Terceiro (1929), e o Quarto Livro de Leitura (1930).

A Cartilha Popular é o primeiro livro da Série Fontes. No prefácio seu organizador procura esclarecer que a exiguidade do custo dos livros não compromete as lições da pedagogia bem como a confecção do material, não perdendo em nada para seus congêneres.

Após o prefácio aparecem na Cartilha algumas instruções do autor para os professores iniciarem seus alunos na alfabetização. Como nos livros de leitura analisados anteriormente, os assuntos escolhidos são extraídos do cotidiano da criança, e o vocabulário usado na sua composição é acessível. Parte do princípio de que o aluno deve primeiramente visualizar as lições no quadro e por isso a Cartilha inicia com letra manuscrita. O aluno deve conhecer o valor das sílabas, porém sem as soletrar, trabalhando-se em seguida a leitura das palavras, sem a separação das sílabas. As pequenas sentenças devem também ser trabalhadas como um todo. Orienta para que o professor trabalhe com os alunos o significado das palavras por eles desconhecidas, bem como o uso no quadro de palavras e sentenças que não figurem no livro. Isso nos leva a crer numa orientação flexível no ato de iniciar os alunos nas primeiras letras. E, por último, recomenda o uso da cópia para as palavras e sentenças do livro.

Uma indagação nos ocorreu enquanto comparávamos a Série Fontes, em especial a Cartilha Popular, com os livros de leitura publicados no final do século passado e início deste. Em que momento os livros didáticos orientaram o conteúdo pedagógico na organização das escolas? Na tentativa de argumentar sobre esta questão procurei realizar um pequeno inventário sobre a relação dos livros didáticos / conteúdo pedagógico.

Orbis Pictus Sensualium - Mundo das Coisas Sensíveis Ilustrado - segundo Paul Monroe, o primeiro livro didático ilustrado para crianças, publicado em 1657, foi o mais notável e de maior êxito de todos os livros didáticos de Comênio. Foi também esta obra vanguarda do método de apresentar objetos e não os seus símbolos ou palavras por meio de gravuras.³⁶

João Amós Comênio ou Comenius (1592 - 1670) é um dos personagens importantes na história da educação. Entretanto, suas principais obras ficaram desconhecidas por quase dois séculos.³⁷

Comênio dividia sua atividade religiosa com a educacional. Nesse sentido formulou uma concepção cristã de educação, porém aliada ao ideal pansófico, ou seja, *“pretendemos apenas”, diz ele, “que se ensine a todos a conhecer os fundamentos, as razões e os objetivos de todas as coisas principais, das que existem na natureza como das que se fabricam, pois somos colocados no mundo não somente como espectadores, mas também como atores.”*³⁸

³⁶ MONROE, Paul. História da educação. 14 ed. São Paulo : Nacional, 1979, p. 222.

³⁷ Id. *ibid.* , p. 217.

³⁸ COMÊNIO, Didática Magna, cap. X, p. 145-146. Apud NUNES, Ruy Afonso da Costa. História da educação no século XVII. São Paulo : EPU: Ed. da Universidade de São Paulo, 1981. p. 47-48.

A Didactica Magna é o grande tratado teórico de Comenius. Foi publicado em latim, em 1657. O sumário completo de seu conteúdo (33 itens) foi transcrito por Paul Monroe. Nele encontramos alguns fundamentos similares ao da Série Fontes e da instrução pública em Santa Catarina dos quais destacamos:

- 1) O homem é a mais elevada, a mais absoluta e a melhor de tôdas as coisas criadas.
- 6) Só pela educação se pode formar o homem.
- 7) Um homem pode mais facilmente ser formado na juventude e não pode ser adequadamente formado senão nesta idade.
- 9) Todos os jovens de ambos os sexos deveriam ser enviados à escola.
- 10) A instrução dada nas escolas deveria ser universal.³⁹

Percebemos nesta lógica os preceitos que igualmente orientam a Série Fontes tais como: o saber, a virtude e a composição do caráter humano. Sobre a universalidade do saber nomeado por Comênio, encontramos na Série dezenas de provérbios relacionados com os temas tratados, onde aparecem os nomes de pensadores clássicos como Aristóteles, Pitágoras, Fénelon, Confúcio, entre outros.

O exemplar da Revista Didactica - Revista Para Professores e Alunos - sob a direção de Henrique Fontes, datada de 1919, publicada em Florianópolis, tem o propósito de orientar mestres e alunos, apresentar-lhes artigos de cunho pedagógico e científico, notas e novidades relativas às disciplinas escolares, *“exemplares das boas-letras vernaculas”* e como acrescenta o autor *“notícias sobre todos os actos do governo attinentes à instrucção”*.

Encontramos no Acervo de Henrique da Silva Fontes um exemplar da Revista Didactica v.1. Mesmo tratando-se de um único exemplar, nos pareceu importante considerá-lo por duas razões: o objetivo proposto e a curiosa coincidência

³⁹ MONROE, p. 224-225.

cia nominativa com a Didactica Magna de Comênio. Além disso, identificamos em seus conteúdos uma orientação humanista da educação, que se caracteriza, notadamente, pela ênfase dada às áreas de humanidades: história, geografia, filosofia, etc.

As posturas, que até aqui se verificam no pensamento desses educadores, de tradição comênica, nos levam a inferir que a educação é pensada como “re-dentora” da humanidade e a solução de todos os problemas de uma nação. É pela educação que se dá a formação do caráter do cidadão.

Retomando a Cartilha Popular, optamos por analisar a edição de 1920.⁴⁰ A lição correspondente ao “g” e ao “j” estampa dois meninos jogando futebol e entre outras sentenças diz: “eu fujo do jogo”. As lições procuravam mostrar o mal dos vícios, a nobreza do trabalho, a honradez e a honestidade como valores dos homens (sempre no masculino) de brio.

Na lição do “m” além da mãe e da mão, formam-se as seguintes sentenças: “*dei a mão ao meu amigo*” e “*o cão é amigo dedicado*”. Percebemos então o caráter da fidelidade a ser cultivado nas crianças.

E na letra “n”: “*menino calado é modelo da aula*”. E dando continuidade “*meu pai é meu amigo*” e “*a pá é do menino*”, assim como o “nó”. A figura do menino assume o papel de maior relevância na composição das lições da Série Fontes, embora a legislação garanta a instrução elementar gratuita para toda a população.

⁴⁰ A primeira lição corresponde à letra “b” e traz a figura de um boi, por isso os alunos a conheciam como “o livro do boi”. A partir da lição do “h” aparecem as sílabas e as palavras em caráter de imprensa além do manuscrito. E ao final de cada lição encontramos o alfabeto até a letra estudada.

Há também uma atenção para os cuidados com a saúde e por isso na letra “g” “*a agua que bebi é de boa qualidade*”.

E nas letras “s” e “f” o valor às coisas da natureza: “*o sabiá é belo passaro*” e “*o tucano habita no mato*”.

Chegamos à letra “v” da “vida” e do “voto” e “*menino vadio não vai à aula*”. E no “y”, “*aquele moça toca lyra*”, cultivando uma sensibilidade artística e uma educação humanista.

E no “z”? Não é do “boi”, mas é do “zebu”. E confirma a “amizade”.

Nos vocábulos que se seguem são inúmeras as sentenças que contemplam uma lição de moral concreta, construída com o próprio cotidiano, isto é, as coisas e os lugares familiares para as crianças.

“O papel é util”.

“Nossa bandeira é muito linda”.

“A palmeira é alta”.

“Os alumnos do gymnasio fazem gymnastica”.

“O sol nos dá luz e calor”.

“A abelha faz bom mel”.

E ainda encontramos sentenças sobre o descobrimento do Brasil e as cores nacionais (p. 42 e 47). Uma poesia de Olavo Bilac (p. 43), mostra semelhanças das crianças com as flores. Outro texto fala da importância das mãos e dos cuidados de higiene para com elas.(p. 48).

Analizamos no início desse estudo alguns congêneres da Série Fontes, os quais também têm como objetivo formar o caráter da criança. Cuida-se do espírito para depois instruí-lo dá o princípio do processo gerador do caráter.

No livro Primeiras Saudades de M. Bomfim também encontramos o autor imbuído em despertar a sensibilidade, a vivacidade e o prazer no ato da leitura. Editado em 1920 para o 1º ano do Curso Médio das Escolas Primárias são dedi-

cados aos pais e mestres suas primeiras páginas, onde é declarado o pensamento do autor sobre o objetivo da educação humana. Entre outras questões afirma que ela deverá orientar a criança *“sempre com o proposito de leval-a à bondade activa, à independencia do pensamento e ao sentimento de dignidade pessoal - a educação que prepara o individuo para dirigir-se por si mesmo, tornando-o, com isto, um disciplinado autonomo, generoso, lucido e honesto”*.⁴¹

Assim como na obra de M. Bomfim, os princípios da virtude, da obediência, da bondade, da justiça são traçados na Cartilha Popular, pelo professor Fontes, com o intuito de desenvolver na criança a formação de um bom caráter e de fazer expandir em seu coração as coisas boas do espírito.

“Devemos amar a Deus e a nossos pais”.

“Os meninos desobedientes são castigados”.

“O saber é um thesouro”.

⁴¹ BOMFIM, M. Primeiras Saudades. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1920. p. 7.

“O exercício prolonga a vida”.
 “Devemos auxiliar o próximo”.
 “Quem vive em paz é feliz”.

A obediência para com os pais é o predicado de maior relevância a ser cultivado na criança, por isso destacamos:

Deveres para com os pais

O primeiro dever de um filho para com seus pais é amá-los.
 A primeira prova de amor é a obediência.
 A obediência está em fazer sempre, com boa vontade, tudo quanto os pais mandam.
 O bom filho evita tudo quanto possa desgostar os seus pais
 O bom filho procura ser útil e agradável a seus pais, ajudando-os no trabalho e estudando com aplicação. (p. 46).

A Cartilha Popular nos parece pretender recriar outros significados para a educação elementar. O objetivo primordial, nesse período, é propiciar à criança a grandeza de espírito. Uma educação que se faz do interior para fora, buscando moldar desde a mais tenra idade, o bom cidadão, tornando-o disciplinado, justo e honesto no cumprimento dos deveres consigo mesmo, com os pais, com a pátria e com Deus. A educação se realiza dentro dos princípios cristãos de observância da bondade e da generosidade para com o próximo.

Do Primeiro Livro de Leitura, escolhemos para analisar a edição de 1921. Entretanto, não houve alterações em relação as outras cinco edições citadas, a não ser as de caráter ortográfico. A edição de 1945, é a única que não encontramos as lições “Caridade” e “Confiança em Deus”. Como todas as lições nesta edição estão em seqüência, resta-nos a hipótese de que houve problemas na impressão gráfica desse Livro de Leitura.

O índice do Primeiro Livro de Leitura consta de 38 lições na forma de crônica, poesia, provérbio, ditado, fábula e carta. Destas são vinte e nove as lições não assinadas, o que nos leva a crer que são de autoria do próprio professor Fontes, organizador da Série Fontes. Há mais um aspecto que nos faz afirmar a sua autoria. Algumas lições em forma de carta são assinadas com os nomes de seus filhos nascidos até o ano da publicação do Primeiro Livro de Leitura, são eles: Paulo (1914), Manuel (1915), José (1917) e Victor (1919).

Da análise do Segundo Livro, faremos um estudo simultâneo das edições de 1920, 1922, 1924 e 1935. Nessas edições encontramos respectivamente 56, 72, 80 e 87 lições, portanto, há um acréscimo de 31 lições desde a primeira edição. As edições posteriores a de 1935 permanecem sem alteração.

O aspecto relevante do acréscimo de 31 lições refere-se à temática. No cômputo geral entre as edições de 1920 e 1935, evidencia-se em 11 delas, a natureza do corpo humano. Porém, se nos detivermos em construir uma análise mais reveladora dessas lições, podemos flagrar uma prática dos preceitos de higiene para conservação da saúde. Entretanto, deste assunto trataremos no terceiro capítulo.

Pontuaremos as lições que nos parecerem mais identificadas com as imagens de cidadania na construção da história-pátria, após a instalação da República, e que na Série Fontes significam a orientação das virtudes cívicas e morais para o ensino elementar.

Começemos pela primeira lição do Segundo Livro (1920):

Nossa Patria

Nossa Patria é o Brasil.

Todos devemos amá-lo e procurar servi-lo e engrandecel-o.

Os meninos devem também mostrar-lhe seu amor; devem também trabalhar pela grandeza da Patria.

Por meio do estudo, da obediência aos pais e aos mestres, da amizade a seus companheiros, do cumprimento de todos os deveres em casa e na escola, mostrarão os meninos o amor que têm a sua Patria.

O menino estudioso, obediente, leal e cuidadoso de suas obrigações será depois um cidadão excelente.

O Brasil é um país grande, bello, glorioso e hospitaleiro.

Nelle todos podem viver em paz e liberdade.

Devemos ter orgulho de ser brasileiros e procurar ser cidadãos dignos de um país tão cheio de riquezas e maravilhas como é o Brasil. (p.7-8)

Logo após, encontra-se uma poesia de Delminda Silveira⁴²:

Meu Brasil

Meu Brasil ! - Terra formosa !
Deu-te o céu a distincção !
Tens a fôrma grandiosa
Dum immenso coração !

Meu Brasil! - Patria bondosa,
Jamais inspiras receio;
Como uma mãe carinhosa,
A todos abre teu seio !
Meu Brasil ! - terra bem dita,
No teu Céu de puro azul,
Com viva luz infinita,
Brilha o Cruzeiro do Sul !

Meu Brasil! - Terra d'encantos
"Onde canta o sabiá"
Os teus primores são tantos,
Que não sei cantal-os já !

⁴² Delminda Silveira [de Sousa] (1855-1832), situa-se na segunda fase do Romantismo em Santa Catarina, escreveu sobre temas patrióticos e religiosos. Foi poetisa, pensadora, professora e Membro da Academia Catarinense de Letras. (ELB, p. 1203 e 1274. v. 2). A autora aparece no Primeiro e Segundo Livro.

Oh! Minha terra guerrida,
 Deu-te o Céu a distincção
 Tens a fôrma, tens a vida,
 Dum immenso coração! (p.8-9)

O ufanismo é uma corrente dos primeiros anos do século XX. “*Meu Brasil*” e “*Nossa Pátria*” são a presentificação do espírito ufanista de construção da idéia de nação (pátria) em Santa Catarina, contemporâneo aos anseios do momento em que são elaborados os livros de leitura da Série Fontes.

Por isso, exalta-se a grandeza da pátria “*de um paiz tão cheio de riquezas e maravilhas como é o Brasil*”, e os meninos devem ter amor e trabalhar por esse país glorioso e hospitaleiro, onde se vive em paz e com liberdade para, num futuro promissor, ser um “cidadão excelente”.

Ao sentimento natural de patriotismo e à exuberância da terra, uma outra característica, a etnia cordial, isto é, o “encontro feliz” das três raças originárias, seria acrescentada à crônica “*Nossa Pátria*” o sentido de nacionalidade, construído pela corrente ufanista, representada na intelectualidade brasileira, sobretudo por Afonso Celso e Olavo Bilac⁴³.

⁴³ Afonso Celso (1860-1938), jornalista, romancista, professor, presidente perpétuo do IHGB (ELB, p. 421. v. 1). Filho do visconde de Ouro Preto (último presidente do Conselho de Ministros do Império). Pertenceu a um grupo de intelectuais, que pretendeu no início da República reabilitar o passado nacional, defendendo a excelência da raça portuguesa e do catolicismo na colonização brasileira. Entre os predicados do caráter nacional apontados por ele, destacamos aqueles que encontramos na Série Fontes: o sentimento de independência, a afeição à ordem, o escrúpulo no cumprimento das obrigações, a caridade, a tolerância, a honradez, a doçura e o desinteresse (OLIVEIRA, 1990, p. 130-131). Olavo Bilac (1865-1918), poeta lírico, formou ao lado de Alberto de Oliveira e Raimundo Correa, constituindo a famosa trindade parnasiana. Foi o mais lido nas duas primeiras décadas do século XX. Como jornalista, teve participação intensa na política e em campanhas cívicas. Granjeou grande popularidade como propagandista dos princípios nacionalistas. Produziu obras didáticas (ELB, p. 326 v.1). A “*Geração da Academia*”, da qual fazia parte o professor Henrique Fontes, entre outros escritores catarinenses, declarou uma admiração incondicional ao romance de Eça de Queirós e a poesia de Olavo Bilac. (ELB, p. 1203. v.2)

A questão do ufanismo / patriotismo exacerbado foi estudada por Lúcia Lippi Oliveira. Ao analisar o ufanismo, na obra A questão nacional na Primeira República ela declara: *“Em suas formas de ver e interpretar a nação, o ufanismo deitou raízes na cultura brasileira e se fez presente em inúmeras construções simbólicas que pretenderam marcar a identidade nacional”*.⁴⁴

Entre as construções simbólicas da corrente ufanista encontraremos a construção da história da nação ou história-pátria nos livros escolares para o curso elementar, elaborados a partir da criação da República.

Uma outra história construiu-se para substituir a do Brasil Império. Contudo, *“não estamos pensando a história dos fatos, e sim o processo simbólico, no qual, em grande medida, nem sempre é a razão que conta: inconsciente e ideologia aí significam”*.⁴⁵ Nesse processo simbólico, é a memória histórica que toma um novo significado no fazer-se de uma “outra” tradição, num momento diferenciado do nacionalismo brasileiro.

Nessa perspectiva, situamos a rede discursiva na Série Fontes, como uma construção simbólica, e se constitui no cruzamento da ação do pensamento e do sentimento dos inúmeros autores locais, nacionais e até estrangeiros que assinam as lições de história-pátria e de educação cívica.

Eni Puccinelli Orlandi organiza textos significativos para o estudo da formação do país e da construção da identidade nacional na obra que intitula Discurso fundador e, especialmente, nesse caso, o processo de instalação do discurso fundador: *“irrompe pelo fato de que não há ritual sem falhas, e ele aproveita frag-*

⁴⁴ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. A questão nacional..., op. cit., p. 24.

⁴⁵ ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). Discurso Fundador, op. cit., p. 13.

*mentos do ritual já instalado - da ideologia já significativa - apoiando-se em retalhos dele para instalar o novo.*⁴⁶

Tomando a “riqueza da terra” como exemplo da rede discursiva nacional do ufanismo, *“Este pensamento tem uma genealogia que se inicia com a Carta de Pero Vaz [de Caminha], passa por Afonso Celso e tem muitos outros continuadores. ‘É uma terra em que se plantando tudo dá’[...]”*⁴⁷

No início deste capítulo, fizemos referências aos objetivos de Didactica, revista para professores e alunos, dirigida por Henrique Fontes. Nesta Revista foi publicada parte de seu discurso de paraninfo proferido na Escola Normal Catarinense, a 1º de janeiro de 1919, por ocasião da entrega dos diplomas aos magistrandos de 1918. O discurso é sobre a formação moral e ocupa-se em primeiro lugar da *educação cívica* nos programas escolares: *“O amor da patria é sentimento innato no coração humano. É um instinto. Mas é força avigoral-o, aperfeiçoal-o, tornal-o raciocinado e fecundo. E quão facil se torna tão grave tarefa para quem tem o Brasil por patria !”* (p. 12-13)

Idéias semelhantes a estas, propagadas pelo Professor Fontes, circulam em um outro texto do início da República com caráter de “educação moral e cívica”:

[...] Porque me ufano do meu país [1900], de Afonso Celso, obra em que a nacionalidade toma como referência principal o território, fonte de riqueza do Brasil. Versão quase caricatural do que se chamou mais tarde “ufanismo”, o livro foi escrito para comemorar o IV Centenário do Descobrimento e para ensinar o patriotismo aos filhos do autor. Afonso Celso inicia seus ensinamentos dizendo: “não deveis prezar a vossa terra só porque é nossa terra, o que, aliás, bastaria. Sobejam motivos para que tenhais orgulho de vossa nacionalidade. [...]”⁴⁸.

⁴⁶ Id., *Ibid.*, p. 13.

⁴⁷ OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 130.

⁴⁸ OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 129.

Vejamos o cruzamento dos discursos em Henrique Fontes e Afonso Celso: “*para quem tem o Brasil por pátria e tão fácil amá-lo e, portanto, ter orgulho de ‘ser brasileiro’*”. Assim, parece correto supor ter sido a obra do Conde Afonso Celso inspiradora é a formação do discurso de Henrique Fontes.

Ainda dando seqüência ao discurso aos magistrandos, proferido por Henrique Fontes, percebemos a confirmação dos ideais proclamados:

Não tendes necessidade de ir a alheias historias buscar modelos para os grandes rasgos do coração humano. Timbrai mesmo em não o fazer, porque o vosso acto, sobre impatriotico, denunciaria o desconhecimento da formação de nossa nacionalidade. A geographia patria não facilita menos a missão de tornar nossa terra amavel aos educandos. Quem não se orgulhará de ter por patria esta terra gigantéa, que se alarga dominadora desde o Atlantico até á vertente dos Andes ? (Didactica, p. 13)

O texto continua exaltando a natureza da terra abençoada, porque não há desertos e nem geleiras, e estamos protegidos dos cataclismos. Henrique Fontes concebe uma “unidade política”, que já dura mais de quatro séculos “*e que resistiu a invasões estrangeiras, a oppressões execraveis da metropole, a guerras separatistas, a mudanças de regimens e instituições*” (Didactica, p.13)

Faz uma analogia entre a América Hispânica e a América Portuguesa e pondera que esta “*conservou-se una, cohesa, concorde, poderosa*”. E tal como no texto “A grandeza do Brasil” (2º L. 1920, p. 34-35), onde compara com a superfície da Europa, aqui diz: “*quasi equivalente a todas as terras castelhanas da America do Sul*”.

Outra abordagem feita na Série Fontes e que nos pareceu muito importante foi o processo simbólico das águas, a descrição de sua força as quais já foram descritas na Carta de Caminha, e reproduzidas por Eni Orlandi: “[...] (As) águas

*são muitas; infinitas. Em tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se-á nela tudo; por causa das águas que tem ! [...]*⁴⁹

Também na Revista Didactica aparece o mito das águas.

[...] Olhai os rios: o Amazonas e o Tocantins parecem completamente separados do Paraná e do S. Francisco, mas não ha tal: em Goyaz affluentes do Tocantins quasi se unem a tributarios do Paraná e do S. Francisco, sahindo ás vezes de um mesmo alagado agua para os tres rios; no Matto Grosso, tributarios do Amazonas e do Paraná quasi se tocam.

Eis ahi nos rios o cunho da unidade nacional; eis ahi, como já observou um viajante famoso, o symbolo da unidade que deve existir entre todos os brasileiros ! (Didactica, p. 13-14)

As águas representam a unidade e a identidade nacional. Henrique Fontes identifica: *“A nossa historia é qual muitos de nossos rios [...] Nella se enthesouram lances para todas as virtudes”*. Para ele são os laços geográficos e não os históricos que unem as regiões brasileiras, *“[...] pois sul e norte, afastados pela distância, desirmanados por conveniências da metropole se desenvolviam em mutua ignorância”*.

A sua exaltação à Amércia Portuguesa nos indica a sua origem, pois é filho de Manoel Fontes, açoriano do Faial que aos quinze anos emigrara com a família para o Brasil. Além da descendência de navegadores, sua terra natal é Itajaí, no litoral catarinense, e como se não bastasse, aos vinte e cinco anos passou a residir na capital Florianópolis, ilha de Santa Catarina.

Todas essas evidências parecem justificar a presença da água em seus textos, além da sua identificação com as matrizes ideológicas ufanistas. As águas, fazem parte da sua vida e de seu discurso, e são usadas como metáfora, em 1951, para identificar sua idéia de geração. Ele escreve: *“semelhante a um rio, que, estando em perpétua mudança, é, entretanto, a cada momento, composto da*

⁴⁹ ORLANDI, Discurso Fundador, op. cit., p. 12.

água de todos os seus afluentes e mananciais". Após trinta e dois anos de seu discurso proferido aos magistrandos da Escola Normal Catharinense, em 1918, a tradição aparece re-significada, no discurso para os bacharelados da Faculdade de Direito de Santa Catarina.

Prosseguindo neste viés de interpretação, buscando suas referências maiores, tomamos como outro exemplo a ser mostrado a poesia Hymno ao Brasil, de Thomás Galhardo e transcrita no Segundo Livro de leitura, juntamente com a poesia Meu Brasil da poetisa Delminda Silveira, já transcrita aqui.

Hymno ao Brasil

Quem nasceu sob este céu
Tão puro, meigo e gentil
Tem orgulho de dizer:
- Eu sou filho do Brasil.

Côro

Eia avante, mocidade!
Entoemos canto mil,
Somos todos brasileiros,
Somos filhos do Brasil.

Não seremos como ovelhas
Recolhidas num redil,
Somos livres, somos fortes
Somos filhos do Brasil.

Côro

Eia avante, mocidade! etc.

Nossa Pátria é rica e grande,
É formosa e senhoril,
Trabalhemos por erguel-a
Somos filhos do Brasil.

Côro

Eia avante, mocidade! etc.

Das escolas nasce a luz
E o batalhão infantil
É Também guarda avançada
Na defesa do Brasil.

Côro

Eia avante, mocidade! etc.

Nas campinas verdejantes;
Das montanhas no alcantil,
Vibra um canto de esperança,
Um viva intenso do Brasil.

Côro

Somos livres, não curvemos
A cabeça ao jugo vil
Na guerra a vida sem pena
Daremos pelo Brasil! (2º L. 1920, p. 100-101)

Meu Brasil, de Delminda Silveira, e Hymno ao Brasil, de Thomás Galhardo, mostram claramente as louvações à grandiosa e formosa terra brasileira sob o “Céo tão puro, meigo e gentil”, e parecem significar a famosa estrofe do Hino Nacional.

Se em teu formoso céu, risonho e límpido
A imagem do Cruzeiro resplandece.

Nas louvações desses autores, a pátria é bondosa e como uma mãe carinhosa “a todos abres teu seio!” E como filhos dessa “terra bem dita”, jamais precisamos ter receio. Seus encantos, sua natureza já estão estampados na sua forma “dum immenso coração!” Por isso, “Eia, avante mocidade!” somos livres e fortes. A nossa pátria é rica e grande e como seus filhos, “trabalhemos por erguei-a”. Vejam! O batalhão infantil nas escolas já é: “guarda avançada na defesa

do Brasil". Nessa terra vibra um canto de esperança, por isso não curvemos, e na guerra se preciso fôr, "daremos nossa vida pelo Brasil!"

Este ideal romântico e ufanista vai estar presente com certa recorrência nas obras do professor Fontes. Para tal, parece instigante reproduzir e comentar alguns autores escolhidos que fazem parte da Série Fontes. Gonçalves Dias⁵⁰ é outro autor presente e aqui destacamos a poesia intitulada Canção do Exílio, onde o poeta comenta em versos a saudade de sua terra natal.

Canção do exílio

*Minha terra tem palmeiras
Onde canta o sabiá;
As aves que aqui gorjeiam,
Não gorjeiam como lá.*

*Nosso céu tem mais estrelas,
Nossas varzeas têm mais flores
Nossos bosques têm mais vida,
Nossa vida, mais amores.*

*Em scismar sózinho, á noite,
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.*

*Minha terra tem primores,
Que taes não encontro eu cá;
Em scismar-sózinho, á noite -
Mais prazer encontro eu lá;
Minha terra tem palmeiras,
Onde canta o sabiá.*

*Não permita Deus que eu morra,
Sem que volte para lá;
Sem que eu desfructe os primores
Que não encontro por cá;*

⁵⁰ Antônio Gonçalves Dias (1823-1864, MA) merece algumas referências, porque formou com José de Alencar (1829-1877) a dupla que liberta a literatura brasileira do jugo luso, imprimindo-lhe caráter nacional. Com eles concretizou-se o movimento Indianista no século XIX, representando a segunda fase do Romantismo. Sua obra indianista celebrou a terra e o meio, a natureza e a gente, traduzindo os sentimentos e emoções da raça nova. (ELB, p.518.v.1).

*Sem que inda aviste as palmeiras,
Onde canta o sabiá. (2º L. 1920, p. 53)*

Entre os poemas que re-significam a história-pátria, criando uma “outra” tradição, a “Canção do exílio” é o que mais se identifica, porque inúmeros autores a usaram como referência, no sentido de paráfrase ou de paródia.⁵¹ Os dois exemplos mais conhecidos são os de Osório Duque Estrada e Oswald de Andrade.

Somos filhos da pátria que é mãe gentil, quem não ouviu e/ou cantou o último verso do Hino Nacional, uma composição de Joaquim Osório Duque Estrada. Pois nele observamos a paráfrase do segundo verso da “Canção do exílio”, inclusive colocada entre aspas:

Do que a terra mais garrida
Teus risonhos, lindos campos têm mais flores;
“Nossos bosques têm mais vida”,
“Nossa vida”, no teu seio “mais amores”.

“Canto do regresso à pátria”, dele conhecemos a célebre ironia: “*Minha terra tem palmares*”. Essa foi a forma que Oswald de Andrade encontrou para parodiar a “Canção do exílio”, e realizar com toda a sua irreverência um protesto a situação étnica e social em que se encontrava o Brasil da “modernidade”. Por outro lado, é uma crítica à tradição romântica de exaltação à natureza paradisíaca, à “etnia cordial” e ao sentimento “natural” de patriotismo.

⁵¹ PREUSS, Mara Aguiar S. *Exílio - Aspectos de intertextualidade na poesia*. Florianópolis, 1993. Monografia na disciplina: Teoria do Texto Literário (Mestrado em Literatura Brasileira) - Centro de Comunicações e Expressão, Universidade Federal de Santa Catarina. p. 6-20.

Prosseguindo na análise dos textos da Série Fontes, no que diz respeito às lições de história-pátria veremos no Segundo Livro o “Descobrimento do Brasil”, “Os dias feriados” e “O ovo de Colombo”, que parecem deixar evidente a preocupação com a exaltação das datas nacionais.

Além de que, no dia 22 de abril do ano de 1500, Pedro Álvares Cabral descobriu o Brasil, lemos:

Outra missa foi celebrada no dia 1º de maio, em terra firme, com muita pompa e em presença dos índios, que, em grande numero, espantados, assistiram às cerimônias.

Esta missa foi cantada ao pé de uma grande cruz de madeira que, com ajuda dos índios, os portugueses ergueram.

Esta scena deu assumpto para o famoso quadro “A Primeira Missa no Brasil”, de que é autor o catarinense Victor Meirelles.

A terra, que os descobridores supuzeram ser uma grande ilha, foi chamada Vera Cruz. Este nome foi mudado depois para o de Terra de Santa Cruz, mas prevaleceu o nome de Brasil, devido a uma madeira côr de brasa, que nos primeiros tempos era levada daqui em grande quantidade para a Europa.

A 2 de maio, Cabral, deixando em terra dois degredados, continuou sua viagem para a Índia. Em carta escripta por Pero Vaz de Caminha, que era o escrivão da armada, mandou ao rei de Portugal noticia do **feliz e rico achado** [sem grifo no original] (*2º L. 1920, p. 47-48*).

Através de uma grande cruz de madeira, o maior símbolo do cristianismo é enunciado na realização da Primeira Missa, a que os índios assistiram espantados. Entretanto, fica na memória a cumplicidade “da gente” que ajudou a erguê-la, pois, o melhor fruto que se poderia tirar desse “feliz e rico achado”, seria salvá-la pela catequese.

Esta mesma imagem está estampada na tela “Primeira Missa” de autoria do pintor catarinense Victor Meirelles que, ao reproduzir na tela o símbolo, constitui uma memória institucionalizada da identidade histórica da “terra de Santa Cruz”.

“Os dias feriados” assim como “O Descobrimento do Brasil” são textos não assinados. São dias de descanso em que não há aula e em que não se abrem as

repartições públicas. Eles marcam acontecimentos importantes que devem ser “constantemente lembrados”, e para que neles se comemore “festas patrióticas”.

Por não estarem assinados, trabalhamos sempre com a hipótese de que sejam de autoria do próprio Henrique Fontes. Destacamos:

1º DE JANEIRO é o dia consagrado à fraternidade universal.

[...] - nesse dia devemos lembrar-nos que todos os homens são irmãos e que, apesar de divididos em raças e nações, todos os homens devem ajudar-se, todos devem unir-se, procurando a paz e o progresso.

24 DE FEVEREIRO marca o dia em que foi publicada a Constituição Brasileira [1891]. [...] e vem declarados os deveres e os direitos dos cidadãos brasileiros. [...] Os meninos devem, quando se fizerem moços, lêr com toda a atenção a Constituição de nossa Patria.

21 DE ABRIL, é o anniversario da morte de Tiradentes.

Tiradentes, ajudado por outros patriotas, desejava fazer uma revolução para que o Brasil deixasse de pertencer a Portugal. Este facto passou-se em Minas Geraes no anno de 1789. [...]

Tiradentes morreu com grande coragem, feliz de dar a vida por sua Patria. Por isso, em todo o Brasil se festeja o anniversario da morte desse martyr do amor da Patria.

3 DE MAIO é o dia em que se festeja o descobrimento do Brasil.

Este facto, como já vimos, succedeu a 22 de abril de 1500, mas até hoje se conserva a festa no dia 3 de maio, no qual os antigos pensavam que tinha sido descoberto o Brasil.

13 DE MAIO é uma das principaes datas brasileiras. Nesse dia, no anno de 1888, o Brasil deixou de ter escravos.

[...] Os escravos não trabalhavam para si, mas para seus senhores, e podiam ser vendidos como si fossem animaes!

A escravidão, apesar de ter tambem existido em outras nações, era uma mancha na sociedade brasileira.

14 DE JULHO é uma data francesa, mas passou a ser festejada no Brasil para lembrar a liberdade que deve existir entre todas as nações bem organizadas. Assignala o dia em que o povo de Paris, capital da França, tomou e destruiu uma prisão e fortaleza chamada **Bastilha**.

7 DE SETEMBRO é um dos dias de gloria no Brasil.

[...] no anno de 1822, [...] descoberto e colonizado pelos portuguezes, se tornou independente de Portugal.

Gloria a José Bonifácio, a D. Pedro I, que deu o brado de “Independencia ou Morte”, e a quantos trabalharam para que o Brasil se tornasse nação livre!

12 DE OUTUBRO é o anniversario do descobrimento da America, facto que succedeu em 1492. Nesse anno, o navegador italiano Christovam Colombo, que estava ao serviço da Hespanha, chegou, depois de uma viagem cheia de perigos e de desgosto, ás terras americanas, que desde então se tornaram conhecidas dos europeus.

2 DE NOVEMBRO é o dia dedicado aos mortos.

[...] É nossa obrigação procurarmos ser uteis á familia e á Patria, para mais tarde sermos tambem lembrados e chorados neste dia de tristezas e saudades.

15 DE NOVENBRO é outra data de ouro da história brasileira, por ser o dia em que o marechal Manuel Deodoro da Fonseca, em nome do povo, do exercito e da marinha, proclamou a Republica do Brasil. (2^o L. 1920, p. 107-113)⁵²

Ainda são observados os feriados do Estado:

A 1^o de maio, celebra-se a festa do Trabalho; a 11 de junho, comemora-se a publicação da primeira Constituição do Estado de Santa Catarina; e a 17 de novembro, festeja-se o facto de ter Santa Catarina aceitado o governo republicano.

A importância da correlação dos fatos, das datas e dos heróis pátrios é reveladora de um paradigma tradicional de construir a história: uma história positivista, centrada na predominância de heróis. Nos parece adequado nesse instante, relembrar os objetivos do já citado autor de livros didáticos: J. Pinto e Silva. Em sua obra Minha Patria, também para o segundo ano do curso preliminar, ele prioriza em seu texto uma ordem cronológica, porque é ela que permite ao educando conhecer as diferentes etapas do progresso da humanidade e, portanto, “seus feitos e seus grandes homens”.

Os autores imbuídos da concepção moderna da História, na perspectiva da idéia de progresso material e moral da humanidade, porém, sem separá-la da presença dos heróis como força centralizadora e da cronologia, como a organizadora das ações humanas, pois é esta que revela as diferentes etapas do progresso, oferecendo-nos uma ordem de estudo.

Percebe-se que sua postura, diante da história da humanidade, está implícita nos ideais do pensamento positivista do final do século XIX e início do nosso

⁵² Notamos, na edição posterior (1935) do Segundo Livro, um novo arranjo na ordem das lições, o que indica o objetivo de facilitar a compreensão dos assuntos tratados no livro de leitura. Constatamos também afinidades nos discursos das lições “A grandeza do Brasil” e “Os dias feriados” de Henrique Fontes, aparecem respectivamente ao lado das poesias “A Patria” e “Hino à Bandeira Nacional” de Olavo Bilac.

século. Para estes pensadores, a história significava a narrativa dos acontecimentos passados e registrados nos documentos oficiais, organizados pelo historiador num encadeamento cronológico dos fatos, no sentido de demonstrar o progresso da humanidade.

Os feriados se iniciam no 1º de janeiro, e nos revelam uma história-pátria de tradição cristã, herança de uma cultura dos “descobridores” da Terra de Santa Cruz. Por isso todos os homens “são irmãos”, e devem unir-se procurando a “paz e o progresso”.

O segundo feriado, em 24 de fevereiro, assinala a publicação da Constituição Brasileira de 1891. Portanto, faz-se necessário, aos futuros **moços**, tomar conhecimento da primeira Constituição da República dos seus deveres e direitos de cidadãos. Entretanto, nela, o direito à cidadania é limitado pelas restrições ao direito do voto: analfabetos e mulheres são proibidos de votarem.

Realizamos, então, uma reflexão: a relevância do papel do menino na Série Fontes. A sociedade na Primeira República não reconhecia na mulher uma cidadã, só a Constituição de 1934 consagra o direito de voto às mulheres. O Quarto Livro de Leitura, e o último da Série, foi publicado em 1930. Portanto, isso nos indica uma das razões, porque as lições silenciam sobre a cidadania para as mulheres privilegiando os meninos como futuros “bons cidadãos”, que têm como *objetivo “trabalhar com amor pela grandeza da Pátria”*.

Como bem diz o texto em seu parágrafo inicial, os dias feriados assinalam “acontecimentos que devem ser constantemente lembrados e festejados”. Por isso, se comemora o aniversário da morte de Tiradentes: “mártir do amor da Pátria”. E o sete de setembro é um dia de glória a D. Pedro I, e a todos que tornaram essa nação “livre de Portugal”. Outra “data de ouro” na nossa história é o

quinze de novembro, porque nela o marechal Deodoro proclamou a República “em nome do povo”, que assistiu “bestializado” a mudança de regime político.

Coloca que a mudança social ocorreu no ano anterior ao retirar “*uma mancha da sociedade brasileira*”, é o 13 de maio de 1888. Nesta data, o Brasil “deixou de ter escravos”. Das senzalas eles vieram para as cidades, e disputaram com os imigrantes a condição de “homem livre”.

O 3 de maio e o 12 de outubro nos remetem aos conquistadores europeus que desembarcaram na Terra de Santa Cruz no Novo Mundo. Do resultado dessa conquista somos herdeiros da Península Ibérica. Entretanto, desde o século XVIII os movimentos históricos nacionais na França, de uma certa maneira repercutem no pensamento da intelectualidade brasileira, e, por isso, festejavam o 14 de julho ouvindo e/ou cantando a Marselhesa. Assim, comemoravam a tradição dos antepassados, que prepararam os “benefícios do progresso” e da “liberdade” de que gozavam.

Na edição de 1935 do Segundo Livro, percebemos algumas alterações na lição “Os dias feriados”. Depois do dia *1º de janeiro*, o feriado do dia 24 de fevereiro é substituído pelo do dia *16 de julho*, que marca a publicação da nova Constituição Brasileira, no ano de 1934. Permanecem os feriados dos dias *21 de abril*, *3 de maio*, *7 de setembro*, *12 de outubro*, *2 de novembro* e *15 de novembro*. O dia 13 de maio não é mais considerado feriado nacional. Entretanto, o *1º de maio*, que, na primeira edição, apareceu como um feriado estadual. Nessa edição, “é o dia consagrado à confraternidade universal das classes operárias”. É acrescentado o feriado do dia *25 de dezembro*. Nele comemora-se o nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo e os benefícios com que a doutrina cristã deu nova feição à

civilização ocidental. O 19 de novembro, ainda que não seja feriado, é dia de festa consagrada à glorificação da Bandeira Nacional. (1935,p.130-133)

Ainda em relação às alterações na referida lição, na edição de 1945 do Segundo Livro os Feriados Nacionais são os dias seguintes: 1º de janeiro, 21 de abril, 1º de maio, 7 de setembro, 2 de novembro, 15 de novembro e 25 de dezembro.

Como se vê, o Segundo Livro da Série Fontes organiza, em suas páginas de leitura para as séries iniciais as noções, os marcos e os dados da história brasileira oficial.

A construção da história da nação é um dos capítulos abordados por Lúcia Lippi de Oliveira, sobre os valores da nacionalidade na Primeira República. A autora seleciona alguns textos produzidos nesse período e que hoje poderiam ser considerados fontes para a “educação moral e cívica”.

Lúcia L. Oliveira comenta sobre Festas Nacionais (1893) de Rodrigo Otávio, e nos pareceu pertinente confrontá-lo com “Os dias feriados” da Série Fontes para perceber a correspondência entre estes dois autores no que se refere ao projeto de construção da história-nação. De acordo com Oliveira:

[...] o livro compõe-se de artigos sobre as “datas nacionais”, instituídas por decreto de Deodoro da Fonseca em 14 de janeiro de 1890, e é dedicado à mocidade brasileira, tendo por objetivo ensinar o “significado dos dias que a República manda guardar”. O que ordena os diferentes artigos é a defesa da República, definida como o “governo democrático, sem reis nem oligarquia, que deveria presidir os destinos da nova pátria” (p. 171).⁵³

Ainda segundo a autora, o livro Festas Nacionais nomeia uma série de derrotas ao invés de só contar “*vitórias da nossa Pátria*”. Talvez como um meio de

⁵³ In: OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 127.

enaltecer os heróis que precisaram lutar em meio a vitórias e derrotas na construção do Brasil. O Brasil que recebemos de nossos antepassados deve ser venerado, pois é o resultado de muitas lutas. Este é o sentido de uma história heróica. Este objetivo vamos encontrar na Série Fontes, na lição “Os dias Feriados”, ou seja, legitimar a instituição da comemoração das “datas nacionais” na história-pátria ensinada para as crianças do curso preliminar.

O projeto ufanista de reinvenção da história-pátria fundamentado na riqueza natural dos trópicos, na boa índole de “suas gentes” e no drama heróico de sua história encontra eco na voz de autores catarinenses que assinam textos na Série Fontes, entre os quais, o seu próprio organizador.

Enfim, chegamos ao “Ovo de Colombo” assinado por Olavo Bilac. O texto nos diz que devemos conhecer a origem da expressão, mesmo supondo que o fato a que ela se refere pode não ser real. A descoberta do Novo Mundo por Colombo deu motivos a inúmeras discussões em sua época e, despertou os mais diversos sentimentos por toda a parte.

“Negaram-lhe valor, negaram-lhe todo o merito”.

- Sim ! realmente, nada mais facil do que descobrir a America!... Mas, ás vezes as cousas mais faceis são as mais defficeis ... por exemplo: aqui está um ovo, parece muito facil polo em pé. No emtanto, duvido que qualquer das pessoas presentes o faça !

.....
Ora! Quebrando uma das pontas, qualquer um de nós seria capaz de fazer o mesmo, - exclamaram em côro os fidalgos.

- É verdade ! - disse o glorioso navegador - mas nenhum dos senhores se tinha lembrado disso ! (2ºL. 1920 , p.118-119)

“O glorioso navegador”, diz o autor do texto, responde com a tranqüilidade

de quem tem a consciência do próprio merecimento. Essa expressão nos indica mais uma vez a tradição da herança ibérica enquanto construção da idéia de nacionalidade.

Além das obras Festas Nacionais, de Rodrigo Otávio e Porque me ufano do meu país, de Afonso Celso, outras duas obras também, de caráter cívico-educacional marcaram os anos iniciais do regime republicano. São elas: Através do Brasil (1910) de Olavo Bilac e Manuel Bomfim e Minha terra, minha gente, (2.ed., 1916) de Afrânio Peixoto.⁵⁴

Na primeira, Através do Brasil, pode ser constatada a permanência do ufanismo. Esta obra, segundo a autora, Lúcia Lippi de Oliveira, apresenta sob forma ficcional os mesmos temas presentes em Porque me ufano do meu país. Sua aceitação é “inquestionável” e seu objetivo é ensinar às crianças a história e a geografia de sua nação.

Olavo Bilac privilegia a educação em seu discurso como elemento preponderante na formação do cidadão “excelente”. Com Manuel Bomfim integrava o grupo de homens de mentalidade “ilustrada”, que acreditavam na educação como “redentora da pátria”, imbuídos deste ideal, escreveram juntos algumas obras didáticas. Desse modo, esta parece ter sido a preocupação de Henrique Fontes, que tinha afinidades com esses autores.

Por último, Minha terra, minha gente, assim como a Série Fontes, posiciona o Brasil como herdeiro da cultura latina e da moral cristã. Fazendo uma análise sobre os benefícios e os males advindos do novo regime político, Afrânio Peixoto elege entre os últimos a degeneração da instrução pública. “*Só a instrução difundida que cria uma consciência coletiva, capaz de escolher e impor homens idôneos, nos dará bons administradores (...). Por isso, à medida que baixa o nível dela, aumenta o desgoverno no Brasil*” (p.190).⁵⁵

⁵⁴ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p. 127-143.

⁵⁵ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p. 141.

A preocupação do autor com a instrução pública na República, nos revela uma posição semelhante a da Série Fontes, isto é, a educação popular formará um cidadão consciente do exercício do voto e da escolha de “homens idôneos” para dirigir “*um país tão cheio de riquezas e maravilhas como o Brasil*”. Percebemos a construção otimista do nacionalismo ufanista. O ensino da perseverança ao amor da pátria, é uma semente que deverá frutificar e perpetuar-se através de gerações e gerações.

II – DA ESCOLA NASCE A LUZ: UMA BOA EDUCAÇÃO FORMA UM BOM CIDADÃO

Para a escola

Uma roseira abotoada,
Pelo orvalho acariciada,
Espera o sol para abrir...

Crianças, botões de flores,
Não bastam mimos de amores,
A escola é luz a sorrir!

Retoiçando um dia inteiro,
Com sede desce ao ribeiro
Um rebanho de ovelhinhas...

A Escola é água a correr...
Descei á Escola a beber,
Vinde, vinde, criancinhas.

Coitado o que na cadeia,
Em que o ar e a luz rareia,
Espia acaso algum crime!

A Escola é prisão, mas calma.
Que dá luz e ar á alma,
E que a liberta e redime.

Mal emplumado, do ninho
Já saíu o passarinho...
Lá vòu por sobre as casas

Criança, ave a emplumar,
Vinde aprender a voar!
Vinde á Escola p'ra Ter azas. (2º L. 1920, p. 36)

Anna de Castro Osorio

Sobre a participação dos livros didáticos na construção da idéia de nacionalismo brasileiro, Miriam L. Moreira Leite escreve: "O pensamento nacionalista brasileiro foi construído durante o século XIX, através de vários processos paralelos: lutas armadas, medidas políticas, obras literárias e um esforço concentrado de europeização e modernização do país".⁵⁶

Em consonância com um momento que se revivifica o pensamento nacionalista brasileiro construído no século XIX, a política nacional para a educação foi implementada em cada Estado da Federação, através da reorganização do ensino público para a instrução elementar nas décadas de 1910 e 20.

Pretendendo integrar-se nesta conjuntura nacional, o Governo de Santa Catarina empreendeu na educação "*investimentos públicos de maior envergadura*". Esta é a observação de Joana M. Pedro, para quem "*nos programas adotados a partir de 1911, e nos livros escolares publicados a partir de 1920, observa-se a divulgação, para as camadas populares de valores de domesticidade e de trabalho*".⁵⁷

Essa recorrência pode ser encontrada já na primeira lição do Primeiro Livro⁵⁸ da Série Fontes, cujo texto convida ao trabalho:

Menino, olha em redor de ti: tudo trabalha, tudo convida ao trabalho.

⁵⁶ LEITE, Miriam, L. Moreira. Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo. Ciência e Cultura. (Revista da SBPC). 42 (2): 144-149, fev. 1990.

⁵⁷ PEDRO, Joana Maria. "Mulheres honestas e mulheres faladas: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis - 1880/1920". São Paulo: Universidade de São Paulo, 1992, Tese (Doutorado em História). p. 239-241.

⁵⁸ Helena Anna de Souza em carta à autora em 16 de julho de 1997, declara: "fazíamos versão para o alemão das lições do 1º livro de leitura da Série Fontes [concluiu o Curso Normal do Colégio Coração de Jesus, em 1935] pois na época para a aprendizagem do Português eram usados do 1º ao 4º ano do Curso Primário ou Preliminar como era chamado". Explica: "Como no Estado a colonização alemã era muito grande [...] surgia o impasse: crianças e professoras que não se entendiam; Como alfabetizar? Daí a necessidade de conhecer um pouco da língua alemã para se fazer entender pelas crianças e a razão de fazermos a versão do 1º livro da Série Fontes para o alemão". (anexo 2)

Os homens trabalham. Uns são lavradores, outros ferreiros, outros carpinteiros, sapateiros, negociantes, médicos, professores, soldados. E em muitos outros serviços se ocupam os homens.

Os animais também trabalham, todos eles, grandes e pequenos, se ocupam em alguma coisa.

- Vê como a abelha e a formiga trabalham sem descansar!

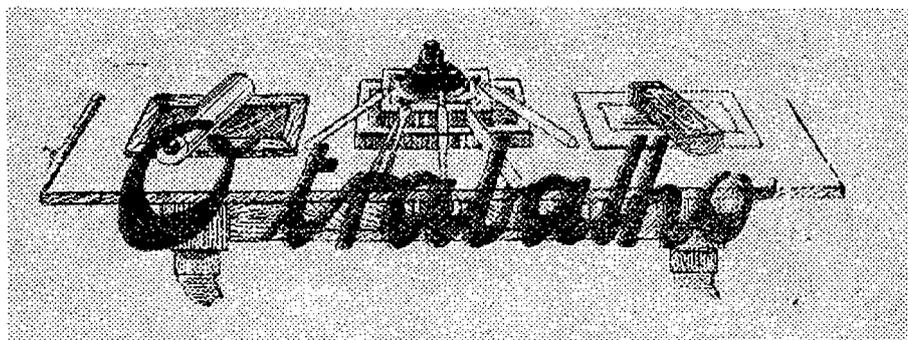
As plantas também trabalham e nos dão comida, roupa, casa, fogo e muitas outras coisas.

O Sol, o vento, o mar, os rios e as nuvens também trabalham.

Trabalha também tu, meu menino!

Só pelo trabalho poderás aprender, só pelo trabalho te prepararás para ser um homem útil.
(p. 5-6)

Esta crônica é intitulada “O trabalho” e não é assinada. Estampa a figura de uma mesa onde estão expostos os instrumentos de trabalho de algumas das profissões citadas.



Nesta lição fica bem claro o empenho na normatização do trabalho com o intuito de forjar um cidadão útil à sociedade. Em suas sentenças constatamos o apelo moral concatenado à harmonia da natureza. Se os seus elementos sobrevivem com o trabalho constante, o homem para fazer parte dessa “harmonia”, precisa cumprir igualmente sua função laboriosa nesse “mundo do trabalho”. Esta concepção de trabalho é igualmente enfatizada pelo historiador Sidney Chalhoub em seus estudos sobre o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro nas primeiras décadas do século XX, mostrando os esforços feitos pelo Governo para que o conceito de trabalho ganhasse uma valoração positiva, articulada a con-

ceitos como “ordem” e “progresso”, transmitindo ao recém-liberto a noção de que o trabalho era o valor supremo da vida em sociedade, *“tornando-se elemento fundamental para a implantação de uma ordem burguesa no Brasil.”*⁵⁹

Com o objetivo constante de construir o caráter da criança para a obediência, atitude de caráter necessária á formação do trabalhador, no Segundo Livro há algumas lições de natureza trágica. Um exemplo, é o *“O filho desobediente”*, que morre afogado, *“[...] fructo da desobediência ! e que immensa dôr a da infeliz viúva, que só tinha no mundo aquelle filho !”* (p. 90)

A obediência já se encontra exaltada na Cartilha Popular, e é evidenciada nas cartas do professor Fontes. No acervo de Henrique da Silva Fontes encontramos uma grande riqueza representada por sua correspondência pessoal. As *palavras* escritas fizeram parte de toda a sua existência, sobretudo, na forma de cartas. Entre elas, escolhemos uma muito especial:

Minha querida Mãe,

Acceite com meus protestos de filial amor muito sinceros parabens pelo seu anniversario natalicio.

Queira Deus derramar sobre a Senhora copiosas bençãos e conceder-lhe longos annos de vida!

Seu filho obediente e reconhecido.

H.

Vejamos uma outra carta do Segundo Livro:

Carta de parabens

⁵⁹ In: CHALHOUB, Sidney. Trabalho, Lar e Botequim. São Paulo : Brasiliense, 1989. p.22-40.

Florianópolis, 8 de janeiro de 1920.

Minha querida Mãe.

As saudades que sinto da Senhora são dobradas hoje, dia do seu aniversário.

.....
Ah ! minha querida Mãezinha, muito me arrependo de lhe ter dado desgostos e creio que hoje, dia de festa para a Senhora, lhe será agradável ouvir esta declaração sincera que lhe faz seu filho.

Creio ser este o presente mais agradável que lhe posso fazer. A elle acrescento meus parabens e os votos que, dirijo a Deus para que a Senhora tenha vida muito longa e muito feliz.

Abraça-a e beija-lhe as mãos muito respeitosamente.

Seu filho saudoso
Manuel. (p. 18-19)

Manuel é o segundo filho de Henrique Fontes e como tal o representa no dever de obediência aos pais e, portanto, não lhes causando nenhum desgosto. O amor aos pais é um dever, e a obediência é uma prova desse amor.

No Primeiro Livro encontramos também configurados em carta assinada por Paulo (nome do Filho mais velho de Henrique fontes), os deveres para com os pais:

No aniversário de Papai

Meu bom e querido Pai.

Venho trazer-lhe meus problemas pelo seu aniversário.
 Peço a Deus que lhe dê muitos anos de vida e de saúde.
 Prometto-lhe ser, daqui em diante, muito bom para o Senhor, para minha Mãe e meus irmãos.
 Com muito respeito, abraça-o e pede-lhe a benção.
 Seu filho obediente e agradecido

Paulo. (p. 19)

Nessas cartas percebe-se a reverência no tratamento para com os familiares, até na maneira da escrita, usando-se letras maiúsculas nas iniciais de Mãe e Pai.

A família: pai, mãe e irmãos são abençoados pelo Criador com saúde, harmonia e paz. Os filhos devem ter para com seus pais muito respeito e admiração. Fica confirmada a imagem de agradecimento e obediência entre os principais deveres filiais.

Lições contidas no Primeiro e Segundo Livro valorizam a obediência às normas de conduta com o objetivo de formar o caráter da criança.

Um menino exemplar

Xisto, ao sair da escola, mostra-se, como tudo o mais, um menino bem educado. Não faz como tantos outros seus colegas, que correm pelas ruas aos empurrões, às gargalhadas, provocando as pessoas que passam, não respeitando os velhos, escarnecendo dos pobres e dos aleijados, apedrejando e perseguindo os cães. Não. Xisto nunca pratica ações tão feias. Saindo da escola, vai direto para casa, sem parar no caminho para brincar ou para conversar. Cumprimenta os conhecidos que encontra. No passeio, cede sempre o lugar junto à parede às senhoras e às pessoas mais idosas. Em fim, basta olhar para ele na rua e vê-lo muito sério, com os seus livros, muito em ordem, para se ficar sabendo que é um menino bem educado. (1ºL. 1921, p. 20-21).

“*Vai direto para casa*”, o espaço público, as ruas, não são lugar de um bom menino, o lar é o lugar seguro e preservado para se estar com a família.

A família tornou-se, assim, um bem supremo, o lugar, por excelência da formação da classe trabalhadora no Brasil. A família, de forma alguma desvinculada da estrutura social, visava no contexto da formação da classe trabalhadora do Brasil, nas primeiras décadas do século XX, controlar as relações entre os sexos, evitando desordens e promiscuidade, prejudiciais ao bom desempenho no trabalho assalariado.⁶⁰

O olhar, “*basta olhar para elle*” e logo percebemos que é sério, organizado, ordeiro e, portanto, um menino exemplar.

Normas de conduta aqui se encontram detalhadas para serem cumpridas em lugar público, isto é, nas ruas por onde passam as crianças ao sair da escola. Com certeza o menino bem educado será também um cidadão bem educado, o qual não praticando desordens, respeitando os velhos, os pobres, os aleijados e até os animais, que são colocados no mesmo nível de consideração. O dever da caridade, representa a prática das boas ações. É dever não faltar ao compromisso para com o próximo, sobretudo, os desamparados.

O que se percebe é que os atributos do bom trabalhador são atributos atribuídos aos bons meninos, futuros trabalhadores, cumpridores de deveres patrióticos e civis, conscientes dos seus deveres e do futuro.

A lição a seguir reforça e amplia a intenção das anteriores, e constitui um discurso sobre as regras de conduta que um bom menino deve cumprir nas suas relações familiares, ou no espaço público da escola.

Boas qualidades e defeitos das crianças

⁶⁰ CHALHOUB, Trabalho,..., op.cit., p.114-115. Ver: RAGO, Margareth. Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890 – 1930. 2. Ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1985.

O menino aplicado ouve tudo o que diz o professor e por isso aprende com facilidade.

O menino leviano e vadio nunca presta atenção às palavras do professor; cuida mais de observar as moscas do que de estudar as lições, ficará por isso ignorante.

O menino dedicado sabe agradecer às pessoas que lhe fazem algum favor ou lhe dão algum presente; cumprimenta as pessoas mais velhas; é um menino amavel.

O menino grosseiro não agradece os favores que recebe, nem cumprimenta as pessoas de respeito; é um menino desagradável.

O menino serviçal gosta de ajudar aos outros; o menino egoísta cuida só de si.

O menino discreto não fala a torto e a direito e sabe guardar segredos.

O menino agradecido lembra-se sempre do favor que lhe fizeram e é amigo da pessoa que lhe fez bem.

O menino ingrato esquece-se dos benefícios que recebe e não gosta do seu benfeitor.

O menino que chega à escola à hora certa, é pontual.

O menino descuidado chega sempre atrasado à escola e não prepara as suas lições. (1^oL. 1921, p. 34-36).

Embora a lição refira-se a qualidades e defeitos das crianças, apenas o menino é nomeado. Essa observação confirma a idéia colocada anteriormente, ou seja, a relevância do papel do menino enquanto futuro "bom cidadão". Todas as lições são destinadas aos meninos, futuros provedores da família, atuantes na vida pública, como se a sociedade fosse inteiramente masculina.

Interessante seria mostrar a total exclusão das meninas destas idéias e, ao mesmo tempo, a inclusão delas na realização das mesmas leituras. Isto deve Ter criado nas meninas uma sensação de inferioridade, de não-significância e uma possível admiração aos seres sobre os quais recaía a responsabilidade dos destinos da nação. Não podemos neste momento, por falta de tempo e por limitação das discussões, interpretar este dispositivo na formação das relações hierárquicas de gênero, mas podemos afirmar que, por certo, as lições da Série Fontes participaram da re-atualização das fronteiras sexuais, empreendida por várias políticas públicas no contexto das Guerras Mundiais. Elisabeth Badinter afirma que os homens, com sua identidade ameaçada pelos movimentos feministas do final do século XIX e começo do XX, bem como, pela economia industrialista, encontra-

ram no militarismo a oportunidade de retomar e reafirmar a masculinidade e seus papéis de homens guerreiros, provedores, superiores frente às mulheres.⁶¹

Parece-me que a predominância do gênero masculino nas lições dos livros da Série Fontes está bem calcada nestes princípios vigentes no período das Guerras. Não há meninas dando o tom da lição, mas sempre meninos, como por exemplos: Xisto, Orlando, Aniceto e tantos outros. São eles os portadores dos valores da generosidade e da solidariedade para compor as normas de relacionamento na sociedade. São eles indivíduos que devem aprender normas de comportamento para viver bem com os outros.

"Nunca se deve mentir", conta a brincadeira de alguns meninos perseguindo uma lagartixa junto à escola, enquanto aguardavam a hora da aula. Resultado, o menino Manuel (segundo filho do professor Fontes) acabou quebrando com uma pedrinha a vidraça da janela. Um dos companheiros o aconselhou a calar-se, mas ele retrucou.

- Mas, - disse Manuel, - eu seria obrigado a mentir, e ainda ontem nos foi ensinado que a mentira é coisa bem feia. E depois a professora logo que veja o estrago, procurará conhecer o autor, e outro será, talvez, castigado em meu lugar. Não, não negarei; não quero mentir. (1ºL. 1921, p. 52)

Assim o menino cumpriu com seu dever de falar a verdade, pois *"quem fala a verdade não merece castigo"*. Assumiu seus atos para não prejudicar os outros, confessando com coragem sua falta. Essa lição nos dá exemplo do valor da verdade, da honestidade e da retidão dos atos do futuro cidadão para com seus semelhantes, e evidencia sua preocupação em "repassar" estes valores de civilidade aos alunos.

⁶¹ BADINTER, Elisabeth. Sobre a Identidade Masculina. Rio de Janeiro : Nova

Lição semelhante no seu teor encontra-se no Thesouro da Infância de Joaquim M. de Lacerda,

Defeitos que se devem evitar na sociedade

O espirito de contradicção é um grande defeito que se deve evitar com summo cuidado. Assim só em caso de necessidade é permittido contradizer alguém, para o que se devem empregar sempre expressões polidas, taes como: ... *Permitta-me observar-lhe que se engana, que foi mal informado, etc.*

Quando numa sociedade se ventila uma questão, não devem os mancebos emittir sua opinião sem que para isto serem rogados. [...] todavia é permittido expôr com boas maneiras as suas razões, sem teimar.

Não se deve nunca gracejar com os superiores; com os iguaes é licito ás vezes gracejar, sem porém nem de leve offendel-os ou vexal-os.

São graves defeitos: falar mal dos ausentes, aborrecer os circumstantes, com praticas longas e fatidiosas, falar muito de si, querer ostentar erudição, usar a cada momento de palavras equivocadas, fazer perguntas indiscretas, rir sem motivo e ás gargalhadas, mostrar desconfiança.

O tratamento por *tu* só é dado entre pessoas de grande intimidade, entre irmãos, parentes, amigos de infancia, etc., não se devem pois tratar por *tu* os criados e os subordinados. (2ºL. 1920, p.77-78)

Essa crônica é assinada por Joaquim Maria de Lacerda, autor do já citado Thesouro da Infancia ou Novo Manual das Escadas Primárias (1885). Pontuada de regras de civilidade, formas de comportamento, ela nos revela as posições hierárquicas numa mesma classe social, principalmente entre gerações; as pessoas mais velhas merecem todo o respeito dos "mancebos" que só deverão manifestar-se quando solicitados. O espírito de rebeldia é combatido, porque causará constrangimento entre os membros do grupo social. Entre os graves defeitos, parece que o "silêncio" é a melhor atitude para nos deixar livres deles. E entre diferentes classes sociais o aconselhável é manter "distância", a iniciar pela forma de tratamento dirigida aos subalternos.

Desde a Cartilha Popular “o saber é um thesouro”. Acorado nos princípios positivistas em que o saber e as ciências são os caminhos para o progresso da sociedade, Henrique Fontes institui, a todo momento, a escola, a leitura e a instrução como os maiores tesouros que se pode acumular. No Segundo Livro encontramos esse valor reafirmado na lição citada a seguir:

O fabricante de cestos

Jacinto era um menino rico e orgulhoso. Confiando na riqueza, pouco se importava com os estudos, só cuidava de passeios e divertimentos e zombava de Eduardo, menino pobre, que, para adquirir os meios de subsistência, fabricava cestos e os vendia pela ruas [...] (2ºL. 1920, p. 58)

A analogia entre o menino rico e o menino pobre nos confirma a idéia de que o saber representa um bem permanente que ninguém nos pode tirar, enquanto a riqueza é passageira e “podemos perdê-la por qualquer vicissitude da vida”. De acordo com a filosofia positivista, cabia às classes trabalhadoras tornarem-se esclarecidas, não para ascenderem socialmente através da riqueza, mas para tornarem-se conhecedoras de seu lugar – de trabalhador – no funcionamento da sociedade vigente e, então, contribuírem para a harmonia e o bom funcionamento de seus mecanismos pautados na desigualdade social. A lição é de educação moral e suscita a retidão no cumprimento dos deveres, como por exemplo, ser um menino estudioso e aplicado na escola.

O Segundo Livro apresenta os “provérbios”, que consideramos “populares”. No Primeiro Livro, eles aparecem com o título de “Ditados” e na Cartilha Popular estão intercalados nas lições. Destacamos alguns que nos parecem reforçar a educação moral:

Quem muito dorme, pouco aprende.

Honra e proveito não cabem num saco.

De pequenino é que se torce o pepino.

Quem o alheio veste, na praça o despe.

A mentira tem pernas curtas.

Água mole em pedra dura tanto dá até que fura.

Barco parado não ganha frete.

Comer para viver, não viver para comer.

Faça bem, não olhe a quem.

Guarda que comer, não guardes que fazer.

Uma andorinha não faz verão.

Pelas obras e não pelos vestidos, é o homem conhecido.

No início desse estudo consideramos a importância da fiscalização pedagógica do Estado para controlar o processo da organização do ensino em Santa Catarina, prevenindo a eficiência das técnicas educativas. O inspetor escolar era uma figura muito conhecida e até temida, nos meios escolares. Seu papel foi muito importante na organização e funcionamento do sistema escolar na primeira metade do século XX.

Essa fiscalização, como vimos, era exercida pelo inspetor escolar, que aparece no Segundo Livro:

O que custamos a nossos paes

I

O inspetor

.....
Uma vez, indo o inspetor visitar a escola, desejou saber qual o alumno mais habil em fazer contas.

O professor, sem hesitar, indicou Joãozinho, a quem o inspetor fez a seguinte pergunta:

- Sabe quanto tem custado a seu pae ?

Como era natural, Joãozinho sentiu-se embaraçado e baixou a cabeça sem dizer palavra.

II

Uma conta

- Nunca pensou em fazer esta conta, não é verdade ? Entretanto ella é bem importante meu menino.

Vejamos:

Vestuario,

Alimento,

Lavagem de roupa, etc.

III Outra conta

- Entretanto não é tudo, acrescentou o inspector: - é preciso contar ainda o dinheiro que seu pae tem gasto com médicos e botica, com livros de escola e ... [...] finalmente os desvelos e inquietações que tem custado e continuará a custar a seus paes.

Estas fadigas, todos esses cuidados e desvelos devem ser calculados em *dinheiro*, não Joãozinho ?

- De certo que não, sr. Inspector !

- Sendo assim, como pagará tudo isso que tem custado a seus paes ?

Joãozinho reflectiu um instante e disse:

- Amando-os de todo o coração, obedecendo, respeitando-os e, quando eu fôr homem, trabalhando para elles.

- Muito bem, muito bem Joãozinho !... És e serás com certeza um bom filho. (p. 72-75)

Hilário Ribeiro⁶²

É "natural" diante da pergunta "*o que custamos a nossos paes ?*" Joãozinho sentir-se embaraçado e baixar a cabeça sem dizer palavra. Isto caracteriza uma postura de completa obediência aos seus superiores.

O Regulamento Geral da Instrução Pública em Santa Catarina, assim considera a figura do *inspector*, previa em seu Art. 7:

Os inspectores escolares deverão visitar constantemente as escolas e os estabelecimentos de ensino estadual, particular e Municipal, de seus districtos, obrigando os respectivos directores ou professores a cumprir os regulamentos e leis em vigor, bem como organizar o movimento escolar dos seus districtos, de accordo com os modelos existentes, e enviar ao Director de Instrucção.⁶³

Neste Regulamento a obediência aos seus superiores também é exemplo de boa conduta. Os professores e diretores devem cumprir perfeitamente suas obri-

⁶² Hilário Ribeiro (1847-1886), poeta, teatrólogo, professor e autor de obras didáticas (ELB, p.1148, v.2). Os seus textos aparecem no Primeiro e Segundo Livro de Leitura da Série Fontes.

⁶³ Regulamento Geral da Instrucção Publica do Estado de Santa Catharina. Lei n. 1230, de 30 de outubro de 1918, Decreto n. 1181, de 3 de dezembro de 1918. Titulo I, Cap, VI: Dos Inspectores Escolares. Apud: FONTES, Revista de Ensino ..., p. cit., p. 7.

gações do ofício de educadores, porque deverão prestar contas para o inspetor escolar, e este por sua vez, ao Diretor de Instrução.

Nas lições em que analisamos a construção do caráter infantil, este constitui-se na obediência e respeito aos pais, bem como na obrigação de retribuir os cuidados recebidos desde os primeiros anos de vida. Percebe-se a normatização do trabalho para tornar-se um cidadão digno e honesto e, portanto, cumpridor de seus deveres de homem e de filho.

No Primeiro e Segundo Livro da Série Fontes o menino exemplar é aquele obediente, agradecido, laborioso, honesto, carinhoso, generoso, ordeiro, sério, gentil, discreto. Enfim, são pontuadas regras de civilidade para compor atitudes de comportamento que o bom menino deve cumprir nas suas relações com a família e a sociedade. O homem por “natureza” é um ser social e, por isso, deve lutar para o seu bem-estar e o de todos.

Os textos abaixo, extraídos do Primeiro e Segundo Livro, respectivamente, parecem elucidativos da idéia de educação do caráter que se buscava plasmar.

Ao entrar na aula

Bom dia ! Bom dia !
Começa o labor
Produz alegria
Do estudo o fervor,
Meu mestre, meu guia,
Meu bom professor !

Ninguem de improviso
Consegue saber.
Na vida é preciso,
Luctar, aprender.
Quem fica indeciso
Não póde vencer.

É vão todo o ensino
Que a Deus não conduz;
Por isso me inclino,

Pedindo que a luz
Do auxilio divino
Me tragas, Jesus ! (1ºL. 1921, p. 44)
Afonso Celso

A lição

- “A, b, c ...” - E mal olhava,
Alheio e triste. Que tinha ?
Seu pensamento caminha;
Das mãos o livro tombava

- “Sabe, Mãe! Do que eu gostava ?
Era de ser andorinha:
Desde a manhã á noitinha,
Batia as azas, voava!”

- “Então, não scismes, á toa!
Quem sabe lêr também voa, -
Diz-lhe a mãe em voz serena
“Azas de luz ... Estudando,
Vão-se em nossa alma ajuntando:
Letra a letra: penna a penna!” (2ºL. 1920, p. 21)
A. Correa de Oliveira

As duas poesias citadas nos confirmam a educação como modeladora do caráter e do espírito da criança. A escola é “prisão” que dá asas à liberdade. Lembramos que na Cartilha Popular, “*O saber é um thesouro*” e, portanto, enriquece a alma da criança que deseja aprender a “voar”. Nesse sentido, os princípios das virtudes morais e da ética cristã são os que orientam a Série Fontes, com o intuito de forjar nas novas gerações “o bom cidadão”, como parece mostrar o texto que se segue:

Sonhos de um estudante

- Quando sahir do gynnasio, exclamava elle comsigo, hei de entrar para a escola militar em breve, por me distinguir entre meus collegas, serei segundo tenente, depois [...] si o Brasil entrar em guerra com outra nação, pelos actos de bravura que hei de praticar, galgarei o posto de tenente coronel, serei logo promovido a coronel, e dahi a general a distancia é pouca. Serei um general celebre em todo o Brasil, e meus cidadãos lembrar-se-ão de mim

para Presidente da Republica; então meu nome se tornará conhecido em todo o mundo. (2ºL. 1920, p.84-85)

Esta é a história de Orlando, aluno interno de um “gymnasio”, inteligente e dotado de ardente imaginação, que lhe davam asas para conceber idéias arrojadas. Por ocasião do seu aniversário recebeu de presente do seu padrinho um completo fardamento de general. Após obter licença para fardar-se, Orlando foi à aula, mas na hora do recreio desentendeu-se com um colega “invejoso” e, foram os dois a uma grande briga.

Henrique Fontes (H) assina esta crônica que nos confirma como a idéia de ascensão política no Brasil, nos primórdios da República, estava relacionada à carreira militar. Após a guerra contra o Paraguai (1865-1870) o Exército brasileiro, antes sem maior relevância, retornou fortalecido e com projeção nacional; até que, em 1889, unido ao poder dos republicanos radicais, proclama uma nova ordem.

“Jovens das camadas médias urbana e filhos dos pequenos proprietários rurais dispunham apenas de duas vias de acesso a um diploma de curso superior e ao prestígio e posição social decorrentes. Podiam ir ao seminário (o mais comum no início do século) ou para as escolas técnicas do Exército (escolha freqüente no final do século)”⁶⁴

Esses jovens, segundo o historiador Jeffrey Needell, absorveram o cientificismo difundido pelo pensamento europeu da época e sentiam-se “os defensores altruístas e militantes da ‘modernização’ da pátria”. Nesse sentido, identificaram

⁶⁴ COSTA, João Cruz. A history of ideas in Brazil. Berkeley, Califórnia: 1964. Apud: NEEDELL, Jeffrey D. Belle époque tropical: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo: Companhia de Letras, 1993. p. 26.

na elite agroexportadora um 'inimigo natural', e na Monarquia um entrave para o Brasil 'moderno' que vislumbravam⁶⁵.

Vejamos, agora, no último parágrafo da crônica "Sonho de um estudante", a decepção de Orlando. Depois do desentendimento com o colega: *"Ahi, considerando friamente no ocorrido, conclui que, si entre rapazes era tão difficil ser general, quanto não custaria chegar a sel-o em realidade; e jurou nunca mais deixar arrebatarse por um vão enthusiasmo."* (p. 87)

A partir da desilusão de Orlando com a possibilidade de fazer uma carreira militar, realizamos algumas conexões com o pensamento e a ação de Henrique Fontes.

Constatamos seus estudos no ginásio Nossa Senhora da Conceição (1903-1906), de São Leopoldo-RS, onde também estudaram os seus conterrâneos Adolfo e Victor Konder. Depois, Fontes foi Secretário da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura no governo Adolfo Konder (1926-1929), porém, em período anterior, foi Diretor da Instrução Pública em Santa Catarina no governo de Hercílio Pedro da Luz (1919-1926).

A Campanha Civilista em 1910 obteve a adesão de alguns líderes políticos em Santa Catarina, entre eles Adolfo e Victor Konder e Hercílio da Luz. Cria-se a Junta Civilista e seu programa encontra apoio no jornal da capital a Gazeta Catarinense. A campanha se organiza em Itajaí, na residência da família Konder e, entre os presentes estava Henrique da Silva Fontes.⁶⁶

⁶⁵ NEEDELL, *Belle époque...*, p. 27.

⁶⁶ 9 CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. *A Secretaria da Justiça e sua relação com a Educação*. Florianópolis : Ed. da UFSC/Arquivo Público do Estado. SC, 1985. p. 18.

A repercussão da Campanha Civilista em Santa Catarina, tem um aspecto específico, isto é, viabiliza a posse de Hercílio Luz no Executivo do Estado em 1918, com apoio dos Konder e da Junta Republicana.

Após a compreensão dos resultados do processo político da Campanha Civilista, viabilizam-se alguns indicativos, os quais nos possibilitam compreender o encaminhamento final da crônica "Sonho de um estudante", realizado por Henrique Fontes, ou seja, a decepção de Orlando com a carreira Militar.

Fica evidente sua postura civilista na sua proximidade com os Konder, porque afinal eram conterrâneos e, posteriormente, em função de cargos que ocupou no período em que membros da família Konder exerciam a liderança política no governo do Estado de Santa Catarina. Citamos ainda a participação de Adolfo Konder e Marcos Konder no Quarto Livro de Leitura.

A simpatia de Henrique Fontes pela Campanha Civilista em Santa Catarina, estende-se à figura do seu líder nacional Rui Barbosa⁶⁷. Isso fica evidenciado sobretudo, no Quarto Livro de Leitura, onde o político e orador assina oito textos, além de vários provérbios que já aparecem no Terceiro Livro.

O bom estudante

O bom estudante levanta-se cedo, tanto no verão como no inverno. Deita-se também cedo, mas depois de ter preparado as lições do dia seguinte.
Não perde tempo em inutilidades. Todos os dias estuda cerca de quatro horas.

⁶⁷ Rui Barbosa (1849 - 1923), político, escritor, orador, jornalista. Ainda no Brasil Império, destacou-se como parlamentar, nos pareceres sobre a reforma do ensino (1882-83). Como jurista, é criador do culto da lei, da constitucionalização e do regime jurídico. Em 1910, dirigiu a Campanha Civilista, contra a candidatura militar de Marechal Hermes da Fonseca. Foi outra vez candidato da oposição à Presidência, em 1919, substituindo a bandeira civilista pela democracia social (ELB, p. 299. v.1) A crônica "A Patria", de sua autoria, aparece no Quarto Livro ao lado de mais sete crônicas: Trabalhador, Trabalhar, Lê e reflectir, A Guerra, a Paixão da verdade, As boas acções e O ideal. Ele é o autor privilegiado, nesse último volume da Série Fontes. Seu pensamento é revelado a partir do Terceiro Livro, na forma de provérbios ao final das lições.

De manhã, antes de sahir para o Collegio, repassa as lições.
 Tem os cadernos limpos, sem borrões nem rasuras. Cuida muito dos livros, trazendo-os sempre encapados em papel grosso.
 Só falta ás aulas por motivo muito sério e chega sempre á hora.
 Respeita os seus professores e estima os seus condiscipulos.
 É delicado e condescendente para todos. Está sempre prompto a prestar serviços seja a quem fôr.
 Nunca usa de expressões improprias de pessoas bem educadas.
 Tem muito amor a seus pais: sacrificas-se, si fôr necessario, para lhes poupar dissabores.
 Pensa muitas vezes no melhor meio de vir a ser um cidadão util a si, á familia, á Patria e á humanidade. (2ºL. 1920, p.39-40)

O texto não é assinado e, como na lição "Nossa Pátria", o menino estudioso e cumpridor de seus deveres para com a família, a Pátria e a humanidade será um cidadão útil e digno de seus preceitos.

Pontualidade, dedicação, brio, assiduidade, respeito, estima, compreensão e prontidão são as qualidades que orientam o bom estudante; o menino modelo de sala-de-aula é justo e laborioso e, portanto, "será depois um cidadão excelente".

Compreendemos também no exemplo do bom estudante a orientação do professor Fontes de como tornar-se um bom mestre. A Revista Didactica e o seu discurso para os magistrandos de 1918 é o nosso ponto de referência.

No trabalho e na justiça está a segurança de vosso feliz apontamento.
 Precisamos de labutar sem treguas no campo da sciencia e da justiça [...] não só para o rijo combate ao quasi-analfabetismo [...] como ainda para que o magisterio catharinense traga ás reformas na instrucção o concurso de sua experiencia, de seus estudos e de seus bons exemplos.
 Trabalhai, pois, para victoriosos chegardes ao fim de vossa jornada, victoriosos e uteis, victoriosos e abençoados. (p. 10-11).

São dois os faróis que nortearão os encargos morais do professor: o trabalho e a justiça. As responsabilidades que irá assumir exigem muita ponderação em suas palavras em seus atos, em seus conselhos e, principalmente em seu ensinamento.

Na poesia a seguir o professor é fonte de luz e sabedoria, e nos parece que estas noções ainda hoje se encontram presentes no imaginário da sociedade.

O professor

Mas agora já compreendo
 O que seja um professor:
 É como um pai - estou vendo,
 Do nosso affecto credor!

Si papai nos dá o pão
 Para podermos viver,
 O mestre nos dá lição
 para termos o saber.

O saber é sciencia
 De tudo por Deus creado;
 É luz á nossa existencia,
 É um thesouro estimado !

Amemos, pois, amiguinhos,
 O nosso bom professor,
 Como amam os passarinhos
 O sol que lhe dá calor !

Como ama a nossa ovelha
 Ao bom pastor que a conduz
 Á pura fonte que espelha
 O céu, as flores, a luz ! (2ºL. 1920, p. 76)
 Delminda Silveira

A missão do magistério está também regulamentada na Legislação escolar, publicada pela Diretoria da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina, na Revista de Ensino Primário, organizada por Henrique da Silva Fontes, e fundada em 1922, para comemorar o primeiro centenário da independência nacional.

Art. 91. A sua principal missão é de educar physica, moral e intellectualmente, de accordo com os respectivos programas, os alumnos que se matricularem nas escolas do Estado.⁶⁸

⁶⁸ Regulamento Geral da Instrucção Publica do Estado de Santa Catharina. Lei nº 967, de 22 de agosto de 1913, Decreto n. 794, de 2 de maio de 1914. Titulo III, Cap. I, Secção VII: Dos professores e directores do curso preliminar. Apud: FONTES, Henrique da Silva. Revista de Ensino Primario. Florianopolis : Typ. da Liv. Moderna , n. 1, p. 15, set. 1922.

O professor cumpre sua missão, tornando-se um *cidadão útil* e competente em despertar no espírito da criança os mais nobres sentimentos, para que ela possa vir a ser um cidadão útil a si, à família, à Pátria e à humanidade. Enfim, das escolas nasce a luz, por isso, “avante mocidade na defesa do Brasil”.

O professor é “bom pastor” que conduz a “mansa ovelha”, como também aquele que deve semear sem nunca esmorecer no trabalho e afastar-se da justiça e, “ter sempre por ideais Deus e a Pátria, a Virtude e a Sciencia”.

Essa “missão de glórias” encontramos em Didactica:

[...] ireis derramar a luz em cerebros que desabrocham para a vida e para patria, irei acalentar os mais nobres sentimentos civicos no ardoroso peito de nossos patriciosinhos, ireis orientar-lhes o patriotismo no sentido de formal-o não palavroso e vão , mas util e efficiente, ireis cimentar a unidade nacional (p.15)

“Vós sois bandeirantes da instrução”, e, portanto, avançai trabalhando incansáveis para manter o nível intelectual e moral da classe a que agora pertenceis, e para elevá-lo ainda mais. Assim, “o professorado será entre nós uma classe realmente ilustrada”.

O exercício de sua profissão será o seu “apostolado” e a justiça lhe concederá o prestígio imprescindível ao educador.

Vimos que a justiça e o trabalho são os faróis que guiarão o apostolado dos educadores no combate ao analfabetismo, como ainda para que o magistério catarinense dignifique sua classe cumprindo as reformas na instrução com retidão e bons exemplos.

A justiça é a virtude básica da formação moral do magistério, e como educadores, estes deveriam praticá-la para exemplo dos alunos. Isto, ainda, evitaria as reclamações que, por vezes ‘desarrazoadas’, levantam-se contra os mestres.

O exemplo do bem proceder “*será a mais proveitosa lição para a formação moral de vossos alumnos*”. (p. 10-11).

O professor será para o aluno: o pai, o mestre, o instrutor e o guia. A escola, a extensão da família. O saber toma o significado de ciência, porém, “de tudo por Deus creado”. O magistério transforma-se em uma “missão”, e o educador deverá exercê-lo com muito preparo, com competência e com retidão para dignificar a sua profissão e a sua classe, e é esta visão que vai alimentar o imaginário desta e de gerações que lhe sucederam; ainda hoje, é comum identificar o magistério como “missão” e “dom”.

III - PROJETO DE FORMAÇÃO DO CARÁTER NACIONAL: EDUCAÇÃO E SAÚDE PARA A REDENÇÃO DA PÁTRIA

A Pátria

A Pátria é o berço mimoso
Que a nossa infância emba-
lou:
É o regaço carinhoso
Que a vida nos amparou.

É tudo o que nos rodeia
- Nossos paes, nossos irmãos,
E o lar, e os mestres, e aldeia,
E os nossos concidadãos,

.....
É a historia, que relembramos
Dos que morreram por nós;
É a lingua que nós falamos,
É o Deus de nossos avós.

É, sob a luz do Cruzeiro
Que palpita lá no Azul -
O coração brasileiro
Vibrando de norte a sul.

É a riqueza feiticeira
E o verde primaveril
Desenhados na bandeira
Do nosso caro Brasil. (3º L. 1929, p.20-21)

Carlos Porto Carreiro⁶⁹

⁶⁹ Carlos Porto Carreiro(1865 – 1932), foi professor e poeta pernambucano (ELB, p.394,v.1). Ele também aparece com contribuições no Primeiro e Quarto Livro.

A análise das lições no Terceiro e Quarto Livro de Leitura, se fará simultânea, priorizando a temática: a pátria como extensão da família na educação cívico-patriótica.

O Terceiro Livro foi publicado em janeiro de 1929 e o Quarto Livro de Leitura, em maio de 1930. Nesse período, conforme nomeamos, Henrique Fontes não mais se encontrava na Diretoria da Instrução Pública de Santa Catarina.

No prefácio do Terceiro Livro, uma nota explicativa: "*A Directoria da Instrucção, editando o presente livro, organizado naquella época, procura completar a série de que este constitue o terceiro volume*". Concluimos após essa nota, que o referido volume, conforme os anteriores, foi organizado pelo professor Fontes, no ano de 1920.

Constatamos na Série Fontes, a partir do Terceiro e Quarto Livro o acréscimo de citações de autores nacionais e estrangeiros ao final das lições. Desse modo, os alunos são iniciados no pensamento de escritores prestigiados, entre eles os brasileiros Rui Barbosa e Olavo Bilac e dos romancistas franceses Alexandre Dumas Filho e Victor Hugo. A presença dos escritores franceses parece indicar a possibilidade de um saber mais cosmopolita, além, é claro, do fascínio que a França exercia na elite intelectual do Brasil.

Ainda no Terceiro Livro encontramos intercaladas nas lições, algumas regras do Código dos Escoteiros, e que consideramos um novo componente de formação cívico-patriótica para os alunos.

O escoteiro sabe obedecer. Compreende que a disciplina é uma necessidade de interesse geral. (Do Código dos Escoteiros) (p. 11)

No prefácio do Quarto Livro, identificamos a continuidade do objetivo dos anteriores, ou seja, a educação popular.

Sem ter presentemente nenhuma responsabilidade na administração do ensino público, continuo, entretanto, com o mesmo carinho e a mesma firmeza de outr'ora, a preocupar-me com o problema da *educação popular*. [sem grifo no original] [...]

No presente livro - *compilação de trechos em que brilham lições de moral e civismo* - [sem grifo no original] como nos anteriores, sem prejuizo que no feitio pedagogico e literario, pudesse emparelhar com os congêneres. Procurei a modicidade do custo, para lhe facilitar a aquisição aos menos providos de recursos e para que o Estado o possa tambem largamente distribuir.

Para esclarecer o papel do Estado na educação podemos afirmar que esta instituição se sentia na obrigação moral de garantir a instrução elementar a seus cidadãos, fazendo cumprir assim, os princípios constitucionais, como por exemplo, a exigência da alfabetização para o exercício do voto.

No Regulamento Geral da Instrução Pública, sobre o programa das escolas identificamos a semelhança com o propósito educacional da Série Fontes:

Art. 72. As escolas preliminares isoladas e as intermedias terão tres annos de curso, obedecendo ao seguinte programma: - leitura, calligraphia, linguagem, contas, principios de geographia, historia, educação civica, canto e gymnastica.

1. A geographia, a historia e a educação civica, serão dadas mais sobre o ponto de vista educativo do que propriamente instructivo.

2. Os grupos escolares e as escolas complementares - terão programas adequados.⁷⁰

O regulamento reforça o cumprimento dos programas pelos professores e diretores do curso preliminar:

⁷⁰ Decreto n. 1.322, de 29 de janeiro de 1920. Titulo III, Cap. I, Secção III: Dos programmas das escolas. Apud: FONTES, Revista de Ensino..., op. cit., p. 12-13.

Art. 91. A sua principal missão é educar physica , moral e intellectualmente, de accordo com os respectivos programmas, os alumnos que se matricularem nas escolas do Estado.

Art. 94. Aos professores e aos directores cabe:

3. Usar nas escolas, exclusivamente, os livros adoptados pelo Governo;[...] ⁷¹

Analisando no Regulamento, o programa do curso preliminar, pode-se fazer duas ponderações. A primeira, é o ensino da geografia e história-pátria, bem como da educação cívica, confirmando a finalidade de cuidar do espírito do aluno para depois instruí-lo. Há, portanto, uma educação humanística, enciclopédica. A segunda ponderação nos indica a mesma data do decreto para o cumprimento do programa e o da publicação dos primeiros volumes da Série Fontes, isto é, o ano de 1920.

Retomando a proposta inicial de análise da pátria como extensão da família, já encontramos na obra didática catarinense do início do século, O bom cidadão ⁷², alguns conselhos a serem seguidos pelos “escolares estudiosos”, que sentirão a obrigação de trabalhar e de aproveitar a inteligência para a sua salvação, da sua família e da sua pátria.:

E vós amareis, creanças, esta terra abençoada; sim, amal-a-heis porque é brasileiro o sangue que vos corre nas veias, porque é brasileira a lingua que fallais, porque são brasileiros os livros que vos educam, brasileiro é o pôvo em meio do qual viveis. [...]

E sabeis quem o ama e quem o honra?

- O homem honesto [...] que sempre está prompto para a defesa nacional [...] enfim, que com a instrucção, a educação e o trabalho, melhora sempre o estado.

- Quem por ambição ou espirito de partido faz nascer discordias entre classes e classes de cidadãos, que provoca a ira, ou mal administra a cousa publica, não é um bom patriota, é um inimigo das instituições.

- Sagrado dever é servir a Patria, e todos os cidadãos o podem fazer, qualquer que seja a sua condição.

⁷¹ Regulamento Geral da Instrucção Publica do Estado de Santa Catharina. Titulo III, Cap. I, Secção VII: Dos profesores e directores do curso preliminar. Apud: FONTES, Revista de Ensino... op. cit., p. 15.

⁷² TARANTO, Salavador. O Bom Cidadão, Deveres para os alumnos da Terceira Classe Elementar. Florianopolis : Gab. Typ. Lealdade, 1905. p. 25-27. A obra tem o parecer de Horacio Nunes Pires, Director da Instrucção Publica e o Despacho de Vidal Ramos, Vice-governador do Estado de Santa Catarina.

O discurso do professor catarinense Salvador Taranto comunga com o ideário dos intelectuais, que defendem a educação como proposta nacionalista de salvação da pátria. Por isso as crianças que pretendem gozar a liberdade e ser bons cidadãos, devem estudar e trabalhar, pela manutenção “da ordem e da justiça”. E assim, cumprirão o sagrado dever de amar, servir e defender a pátria. É, em suma, o mesmo discurso propagado, mais tarde, na Série Fontes.

Prosseguindo no mesmo tema, encontram-se na Série Fontes, vários escritos da professora paulista Rita de M. Barreto, cujo tom ratifica o ideário nacionalista, tão propagado pelo professor Fontes:

Ordem e Progresso

Trazendo uma bandeira brasileira Aristides chegou-se perto do seu pae e perguntou-lhe:

- Que quer dizer esta inscripção, “Ordem e Progresso”, que eu vejo em nossa bandeira?

- Quer dizer, meu filho, que num país onde não haja ordem, não pode haver progresso, porque este é companheiro daquella.

A Patria é uma grande familia. [sem grifo no original] Ora em uma familia é preciso que todos de casa, e principalmente os chefes, tenham energia e carácter, para que tudo corra bem.

Do contrario, vae tudo por agua abaixo, como é costume dizer-se.[...]

Cousa semelhante acontece em uma nação.

Se o chefe não tem bastante energia e capacidade, se os seus auxiliares, em vez de trabalharem para o desenvolvimento do país, só tratam de divertir-se e gastar; se ainda abusando do poder procuram fazer fortuna a custa dos cofres publicos, ou transações illicitas, deixando os negocios do governo de lado; se o povo, em vez de acatar o seu chefe e fazê-lo respeitado, promover desordens continuas, tudo irá para trás e a nação ha de chegar a um ponto de tal enfraquecimento que o estrangeiro pode apoderar-se della com facilidade.

Sem ordem não pode haver progresso.

Este é o desenvolvimento daquella. (3ºL. 1929, p.121-123)

Rita de M. Barreto⁷³

⁷³ Rita de M. Barreto é professora paulista, autora dos livros de leitura Corações de Crianças, série de contos morais e cívicos . No seu Terceiro Livro, com décima edição em 1920 (primeira em 1913), encontram-se as lições “Ordem e Progresso” e “A rua”. São as mesmas da Série Fontes, Terceiro Livro de Leitura. Ainda nesse volume, único da série em que aparece, ela assina mais duas crônicas: “A Caridade” e “Não condenemos sem provas”.

A frase "*A Pátria é uma grande família*", aponta para um princípio positivista, pois sem a ordem dessa não pode haver o progresso daquela. O povo deverá acatar seu chefe, bem como fazê-lo digno e respeitado, porque se, ao contrário, promover desordens a nação poderá tornar-se um alvo fácil para a cobiça do estrangeiro. Quando não é possível a ordem política, no novo regime, se faz urgente a ordem moral. Nesse cenário, a hierarquia e a tradição irão definir os contornos da unidade nacional. Os membros da família exercem um papel específico na construção do caráter nacional. Nessa conjuntura de ideário da nação, a ordem e o progresso formam um "*par perfeito*" e, por isso, a pátria é a extensão da família.

Segundo Lúcia L. Oliveira:

Dentro dessa perspectiva universalista, por conseguinte, a nação não era vista como uma singularidade. O nacional correspondia à pátria, sendo esta o prolongamento da família. A pátria, como a família, devia proteger e integrar seus membros.⁷⁴

Estes princípios positivistas já haviam sido incorporados durante o Império e, tomaram proporções no ideário dos intelectuais que desejaram a Proclamação da República. Uma vez instalado o novo regime, o lema da bandeira nacional inspirou-se no positivismo, que proporciona os instrumentos necessários para o desenvolvimento da nova ordem social. Para os intelectuais seguidores de Comte a história-pátria era pensada como parte integrante da história universal, e uma ênfase muito grande era dada à noção de pátria, como analisa o historiador José Murilo de Carvalho: "*A pátria é a mediação necessária entre a família e a humanidade, é a mediação necessária para o desenvolvimento do instinto social [...] A*

⁷⁴ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p.85.

pátria perfeita deveria ter como característica os dons femininos do sentimento e do amor. A boa pátria será a mãe."⁷⁵

Este tema é recorrente em vários escritores da época, como se pode notar pelos textos selecionados no Terceiro e Quarto Livro, da Série Fontes, a representação de cada membro da "pequena" família, aparece no verso e na prosa de alguns intelectuais, sempre idealizados:

Ser mãe

.....
 Ser mãe é ser um anjo que se libra
 Sobre um berço dormindo! é ser anseio,
 É ser temeridade, é ser receio,
 É ser força que os males equilibra!

.....
 Ser mãe é andar chorando num sorriso!
 Ser mãe é ter um mundo e não ter nada!
 Ser mãe é padecer num paraíso! ... (4º L. 1930, p. 16)
 Coelho Neto⁷⁶

Meu pae

Ulule a ventania, chova ou faça sol, á hora determinada pelo trabalho, meu pae, esteja forte ou esteja combalido, diz um adeus á familia e sae de casa. (4º L. 1930, p. 17)
 Júlia Lopes de Almeida⁷⁷

⁷⁵ CARVALHO, José Murilo de. A formação das almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p.22.

⁷⁶ Se o carioca Olavo Bilac foi considerado o príncipe dos poetas, o maranhense Coelho Neto (1864-1934), foi eleito em concurso público o príncipe dos prosadores brasileiros. Professor de literatura no Colégio Pedro II, deixou 112 obras publicadas, 50 peças de teatro, além de volumes inéditos, foi membro e presidente da Academia Brasileira de Letras (ELB, p.442. v.1). O prosador aparece no Segundo, Terceiro e Quarto Livro.

⁷⁷ Julia Lopes de Almeida (1862 -1934), contista, teatróloga, cronista. Foi considerada a maior figura entre as romancistas de sua época (ELB, p. 187-188. v.1) Suas crônicas encontram-se no Segundo, Terceiro e Quarto Livro.

Em seu artigo "*Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo*", Miriam Moreira Leite argumenta que os livros didáticos participaram da construção da idéia de nacionalismo no Brasil, e do reforço dos papéis sociais esperados de meninos e meninas. A partir da segunda metade do século XIX, analisa as ideologias diferenciadas que os seus autores procuraram transmitir para a educação dos meninos e das meninas, no sentido de cultuar a idéia de uma nação unificada. E acrescenta: "*A leitura desses livros não era feita por toda a população. Era tão diferenciada a educação de meninos e meninas quanto o preparo da vida adulta das diferentes camadas sociais*".⁷⁸ A autora percebe a construção enviesada da idéia de nacionalismo para as mulheres, na medida em que, de um lado se cultuava a vocação "natural" da mulher para ser esposa-mãe-dona-de-casa e, de outro, se enaltecia às heroínas guerreiras que, "*em nome da defesa da idéia de nação, mataram ou induziram à morte marido e filhos*".⁷⁹ Assim, a mulher do século XIX, como outras minorias sociais - índios, negros e imigrantes - , foram excluídas da construção educacional do nacionalismo nos livros de história pátria: "*Elas apareciam apenas para permitir a vitória dos vencedores*".⁸⁰

A partir da análise de Miriam Leite, percebemos na Série Fontes, a continuidade da idéia de representação do papel social dos membros que compõem a "pequena pátria". A imagem da figura feminina em "Ser mãe" e como veremos em

⁷⁸ LEITE, *Uma construção enviesada...* op. cit., p.145. Sobre a idéia de nação nos romances nacionais lidos nas escolas, no século XIX, ver: SOMMER, Doris. "Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre a sexualidade e o patriotismo". *Papéis Avulsos*. Rio de Janeiro: CIEC/UFRJ, (10): 1 - 29, 1989.

⁷⁹ LEITE, *Uma construção enviesada...*, p.144.

⁸⁰ Id., *ibid.*, p. 146.

“A avózinha”, é “*da sua natureza mais mimosa, do seu coração mais sensível*”, dela depende a felicidade e a paz familiar. Enquanto isso, a figura do pai é associada ao trabalho, a ele é atrelada toda a responsabilidade da labuta e do suor, em trazer “o pão de-cada-dia” para o sustento de sua família. Portanto, os estereótipos são mantidos, porque já estavam arraigados na sociedade.

A avózinha

Sempre que me lembro da infantil vivenda,
Pinta-se-me n' alma, que a saudade véla,
A avózinha meiga que fazia renda,
No terreiro limpo junto da janella.

.....

A's ave-marias, na feliz vivenda,
Quando a tarde vinha despedir-se della,
Avózinha erguia-se e enrolava a renda
No terreiro limpo, junto da janella. (4º L. 1930, p 10)
Carlos Porto Carreiro

O Avô

Este, que, desde a sua mocidade,
Penou, suou, soffreu, cavando a terra,
Foi robusto e valente, e, em outra idade,
Servindo a Patria, conheceu a guerra

Combateu, viu a morte, e foi ferido;
E, abandonando a carabina e a espada,
Veio depois do seu dever cumprido,
Tratar das terras, e empunhar a enxada.

.....

E fica alegre quando vê que os netos,
Ouvindo-o, e vendo-o, e lhe invejando a sorte,
Batem palmas, extaticos, e inquietos,
Amando a Patria sem temer a morte ! (4º.L. 1930, p. 12)
Olavo Bilac

Na poesia de Olavo Bilac, “O avô” conhece o suor do trabalho na terra e, para servir a pátria, conheceu a guerra. O exemplo do avô no cumprimento do

dever da defesa nacional, é para os netos sentimento de orgulho. No mesmo livro, como mostra a poesia destacada, a avózinha fazia renda enquanto esperava a noite chegar: um “trabalho” portanto do “lar”, outra vez a manutenção de papéis sociais esperados.

Embora Olavo Bilac, desde as suas crônicas de 1905 na Revista Kosmos já defendesse a educação primária e o serviço militar obrigatórios⁸¹, tudo indica que, a guerra que “o avô” participou é a guerra do Paraguai (1865 - 1870), portanto, o ideário de uma nação unificada, conforme Miriam M. Leite, já está presente a partir da segunda metade do século XIX, na construção da história-pátria dos livros didáticos e, é re-significado na Série Fontes, num momento “outro” do nacionalismo.

Desde o primeiro livrinho da Série Fontes, inúmeros exemplos evidenciam as lições sobre o cumprimento dos deveres com a família, com a sociedade e com a pátria. É contínua a valorização da família, do amor dos filhos pelos pais e, como o verdadeiro amor e a verdadeira união só são encontrados no lar, apresentado como o “*último refúgio das amarguras da vida*”, onde todos estarão resguardados dos vícios e dos males desse mundo. Além de “anjo do lar”, a imagem da mulher é constituída de uma missão a cumprir: educar os filhos e zelar pela economia doméstica. É óbvio, que essa missão deverá ser administrada pela enérgica figura do pai, que a todos deve impor com prudência a obediência, a disciplina e a moral no lar, porque “*cousa semelhante acontece em uma nação*”; se todos trabalharem para o seu desenvolvimento haverá “ordem e progresso”, é claro que administrado com competência e energia pelo seu chefe.

⁸¹ DIMAS, Antonio. Tempos eufóricos; análise da Revista Kosmos, 1904-1909. São Paulo: Ática, 1983. Apud.: OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 120.

Assim como, a família e todos os seus membros exercem um determinado papel social, no ideal de construção da consciência nacional, a casa é o edifício que constitui habitação, refúgio, abrigo e, segurança legitimada, e esta questão também é levantada na Série Fontes.

Inviolabilidade de domicilio

A inviolabilidade de domicilio, respeitada em todos os países livres, é tida como consectário e prolongamento da liberdade individual.

“A casa protege o indivíduo e a família como o corpo protege a alma”.

Estabelece a Constituição Federal: “A casa é o asylo inviolável do indivíduo: ninguém pôde ahi penetrar, de noite, sem o consentimento do morador, senão para acudir a victimas de crimes ou desastres, nem de dia, senão nos casos e pela fórmula prescriptos na lei”. [...]

O Código Penal commina pena contra quem entrar á noite em casa alheia ou em qualquer de suas dependências sem licença do morador.

Só é permittida a entrada á noite em casa alheia nos seguintes casos: a) incendio; b) immediata e imminente ruina; c) inundação; d) pedido de socorro; e) se estiver allí commettendo crime ou violencia contra alguém. (4º L. 1930, p.28-29)

Araujo Castro

Em “*A inviolabilidade de domicilio*”, ratifica-se a máxima de que a casa é o prolongamento da liberdade individual, assim, como a *nação* é o prolongamento da família.

O corpo protege a alma, a casa protege o indivíduo e a família e, por sua vez, a nação protege a todos, instituindo um conjunto de leis (Constituição Federal, Código Civil, Código Penal). Todos esses componentes: a casa, cada membro da família, e o conjunto de leis constituem a nação (pátria). Pode-se argumentar então que a casa significa a segurança da família, bem como o solo (território), a soberania da nação livre e, portanto, capaz de proporcionar liberdade aos indivíduos, que cumprem e honram a lei.

A família, é o gérmen, é o núcleo da sociedade, "o átomo infinitesimal", no dizer de Marcos Konder⁸², sem o qual não existiriam a molécula, o corpo e a matéria (A pequena Pátria, 4º L. 1930, p. 33). Se a pátria é a comunhão da lei, a lei é um reflexo da família. Sendo assim, o procedimento dos seus membros no ambiente público ou privado, devem enobrecê-la e, por extensão, enaltecer os princípios que dirigem.

No texto "Solidariedade familiar", incluído no Quarto Livro da Série Fontes, os deveres morais entre pais e filhos, são amparados pela lei, no Código Civil Brasileiro.

Solidariedade Familiar

O amparo mutuo que deve existir entre ascendentes e descendentes e entre irmãos não é apenas obrigação fixada em lei.

É, por isso, de importancia conhecer as determinações do *Código Civil Brasileiro* [sem grifo no original] relativas aos alimentos, convindo saber que, em direito, tem essa palavra uma significação especial.

Por alimentos se entende tudo o que é necessario ao sustento, habitação, roupa, tratamento de molestias e, se o alimentario é menor, ás despesas de criação e educação. (4º L. 1930, p. 19-20).

O texto pe de autoria do professor e desembargador Henrique Fontes. Após as devidas explicações, estão relacionadas as disposições do código, que constam do art. 397 ao art. 404. Este último artigo diz: - *Pode-se deixar de exercer, mas não se pode renunciar o direito a alimentos.*

A nação se forma com as crianças, e o amparo recíproco entre pais e filhos, além de um dever moral é também um dever disposto em lei. Na família está o aprendizado da solidariedade. Na escola, o segundo grande lar, a educação do

⁸² Marcos Konder (Itajaí- SC, 05 . jan. 1882 - 07. Jul. 1962). Político, exerceu o executivo de Itajaí e foi deputado estadual por várias legislações. Escritor, realizou vários estudos históricos, entre eles, uma biografia de Lauro Müller, premiada pela Academia Catarinense de Letras.

caráter propicia as idéias grandes e generosas e também a prática de bons hábitos. Enfim, é nela que a criança é preparada para viver bem em grupo e em sociedade. Portanto, construir as virtudes de caráter na criança, é construir por extensão o caráter nacional. A prática dos preceitos morais, é “purificadora” do futuro cidadão que constituirá a nação. O cidadão polido, civilizado, e dotado de virtudes máximas, dignificará a sociedade e, portanto, as leis que governam a grande família. Eis o ideário proposto pela Série Fontes!

Assim como a Revolução Francesa instala no imaginário da multidão a noção de cidadania nos perguntamos, até que ponto, a Primeira Guerra instala no imaginário dos diferentes povos envolvidos no conflito, o conceito de nacionalismo? *“É nos momentos de crise que a questão nacional passa a englobar e sintetizar as demais, e o nacionalismo se transforma em um conceito inclusivo”*.⁸³ A constatação supracitada é de Lúcia L. Oliveira, e na sua concepção a Primeira Guerra trouxe um outro significado à questão nacional brasileira:

Não era mais suficiente o sentimento natural de amor à pátria, calcado na grandeza territorial e nas qualidades das raças que formaram o homem brasileiro - dois traços que caracterizam o nacionalismo do tipo ufanista. As novas bandeiras nacionalistas propunham um programa de luta e a necessidade de organização de movimentos que deveriam atuar na **salvação do país**. [sem grifo no original]⁸⁴

Neste momento, delineiam-se os primeiros movimentos de difusão de idéias nacionalistas. Afirmamos aqui, a partir de 1915, um momento significativo na construção do nacionalismo. Exatamente neste ano, os aliados fundaram a Liga

⁸³ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit. p. 23.

⁸⁴ OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p. 145.

Brasileira pelos Aliados, presidida por Rui Barbosa, organização da qual Olavo Bilac era um dos membros.

Olavo Bilac inicia suas conferências em prol da instrução primária e do serviço militar obrigatórios. O resultado dessa campanha patriótica foi a formação da Liga de Defesa Nacional, fundada em 7 de setembro de 1916. A educação conduziria o povo à civilização e o serviço militar obrigatório, na proposta de Bilac, era percebido como um instrumento na concretização da democracia com cidadãos “excelentes”. Vejamos num momento anterior seu discurso aos estudantes da Faculdade de São Paulo, em 9 de outubro de 1915:

Nunca fui, não sou, nem serei militarista (...) O melhor meio para combater a possível supremacia da casta militar é justamente a militarização de todos os civis (...). Que é o serviço militar generalizado? É o triunfo completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da coesão; o laboratório da dignidade própria e do patriotismo. **É a instrução primária obrigatória; é o asseio obrigatório, a higiene obrigatória, a regeneração muscular e física obrigatória.** [Sem grifo no original].⁸⁵

O momento é de conflito mundial, portanto o serviço militar e a instrução primária combaterão os perigos externos e internos que impedem a unidade moral, e a “fé no patriotismo”.

O ideário da democracia social é fruto do novo regime instalado. Por isso, diante de uma ordem política não estabelecida se faz urgente a ordem moral. Nesse momento, portanto, a educação é percebida como responsabilidade da República, na tentativa de eliminar o analfabetismo e consolidar a nova ordem social. Nesse sentido, encontramos no discurso de Orestes Guimarães, mentor da reorganização do ensino em Santa Catarina (1911) uma posição articulada com

⁸⁵ BILAC, Olavo, A defesa nacional (discursos). Rio de Janeiro, Liga de Defesa Nacional, 1917. p. 7. Apud: OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 120.

os discursos de Bilac: "colocando como responsabilidade republicana a educação em função da aspiração por um exército, marinha, magistratura e instrução primária nacionais." ⁸⁶ Como se pode inferir há nos discursos em pauta uma recorrência de temas o que parece indicar uma preocupação generalizada de vários setores com a educação.

Segundo Jorge Nagle, a proposta de Bilac

representou o lema da Liga de Defesa Nacional, isto é, o serviço militar obrigatório e a educação cívico-patriótica. Esse foi um dos movimentos de formação da consciência nacional que proporcionou o surgimento e a atuação de outros grupos, são eles: A Liga Nacionalista de São Paulo (1917), e um outro grupo agressivo, com raízes no Rio de Janeiro que se formou em torno da revista Brazílea (1917), de onde surgirão a Propaganda Nativista (1919) e a Ação Nacionalista (1920). Assim, com o movimento das ligas, configura-se o programa nacionalista; que propõe combater a "estrangeirização" do Brasil e eliminar o analfabetismo, com a difusão da escola primária. ⁸⁷

As ligas nacionalistas tiveram um papel decisivo na difusão do processo educacional. Enquanto movimentos de pregações cívico-patrióticas, sistematizaram o programa de "soergimento moral" da nacionalidade. Este programa se constituía na disseminação da educação popular, considerada a "chave" para todos os problemas sociais, políticos e econômicos que assolavam o país.

Na opinião desse autor o entusiasmo do processo educacional mediado pela campanha nacionalista, especificamente na década de 1920, resultou em

⁸⁶ Relatório da Secretaria Geral dos Negócios de Estado, do Inspetor Geral de Ensino, Orestes Guimarães, para o Secretário Geral do Estado, Gustavo Lebon Régis. p. 349. Governo Vidal Ramos, p. 119, 1911. Apud : CORREIA, A Secretaria da Justiça..., op. cit., p. 27.

⁸⁷ NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In. FAUSTO, Bóris (org.) O Brasil republicano. Tomo III, São Paulo : Difel, 1975. V.1. p. 261-263.

movimentos reformistas estaduais das escolas primárias e normais orientados pelo ideário do escolanovismo.⁸⁸

No Regulamento Geral da Instrução Pública do Estado de Santa Catarina (1918), dois artigos nos confirmam a afinidade da política educacional catarinense com o programa nacionalista:

Art. 9. Fica proibido aos inspectores escolares, directores de grupos escolares, de escolas complementares ou reunidas, fazerem parte das directorias de associações, salvo da “Caixa Escolar” “Liga Contra o Analfabetismo” e “Defesa Nacional”.

Art. 12. Só brasileiros natos poderão ser nomeados inspectores escolares, inspectores municipaes ou chefes escolares.⁸⁹

A Série Fontes, enquanto um dos veículos de divulgação da reorganização da política educacional do Estado de Santa Catarina que procurava cumprir o direito de gratuidade á instrução primária, assegurado na Constituição Estadual e Federal, nos revela sua integração no projeto nacional de “moralização da pátria”, o que nesse momento significa difundir a educação popular, apregoada pelas ligas nacionalistas, e mais tarde, reforçado pela Escola Nova.

Alfabetizar, é portanto, formar “o bom cidadão” já que a Constituição proíbe o voto para o analfabeto. Enfim, no discurso dos intelectuais: *“A percepção ‘romântica’ dos problemas da sociedade brasileira e de suas soluções resulta na superestimação do processo educacional; regenerador do homem, ele é, consequentemente, o regenerador de toda a sociedade”.*⁹⁰

⁸⁸ NAGLE, A educação..., p.264-265. O escolanovismo é um movimento da década de 1930, liderado por Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira que revogava os métodos tradicionais de aprendizagem (aluno passivo) para uma pedagogia mais dinâmica, onde o aluno fosse o centro do processo, e não o professor como antes.

⁸⁹ DECRETO n. 1181, de 3 de dezembro de 1918. Título I, Cap. VI: Dos Inspectores Escolares. Apud: FONTES, Revista de Ensino..., op. cit., p. 7-8.

⁹⁰ NAGLE, A educação ... op. cit., p. 263.

Essa percepção otimista de educação no pós-primeira guerra , enquanto alicerce da organização social, é promissora de uma democracia, que combatesse a minoria oligárquica, em posição privilegiada do poder de decisão e de voto. A opinião do professor Fontes na Revista de Ensino Primário (1922), é reveladora de uma postura de cumplicidade com os intelectuais, que tinham como ideário, a educação do povo como base da organização social: “[...] pois sem a instrução real e eficiente dos mestres, isto é, dos formadores de novéis cidadãos, a independência nacional ainda está por completar, porque ignorância e semi-analfabetismo são incompatíveis com a democracia”.⁹¹

Nesse momento a fórmula para a salvação do país recebe um outro elemento, a saúde. Portanto, são agora educação e saúde os principais elementos de redenção da pátria.

Este novo nacionalismo envolveu a busca de uma nova identidade e teve como parâmetro a recusa dos modelos biológicos que embasavam o pensamento racista. Se é verdade que o ufanismo não fazia uso da ciência racista, não é menos verdade que a elite cientista tomava as raças e a miscigenação como limites básicos para a atualização do Brasil e sua adequação aos padrões do mundo civilizado. Neste sentido, o novo nacionalismo, que defendia a consciência de uma identidade nova, rompeu com a herança européia, pelo menos na vertente que pressupunha o determinismo racista.⁹²

Fatores como a raça e o meio não são mais tão prioritários para justificar uma “índole” do povo brasileiro ou um estágio de desenvolvimento em que se encontra o país. A nova construção da identidade nacional procura libertar-se das teorias “científicas” que assinalam os anos iniciais da Primeira República.

⁹¹ FONTES, Revista de Ensino..., op. cit., p. 1

⁹² SKIDMORE, Thomas. Preto no branco, raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976. Apud: OLIVEIRA, A questão nacional..., op. cit., p.145.

Renato Ortiz em sua obra Cultura Brasileira e Identidade Nacional faz a releitura dos precursores das ciências sociais no Brasil, entre eles: Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina Rodrigues. Esses intelectuais discutem a questão racial em fins do século XIX e início do século XX e, às suas interpretações, o autor concede um caráter de "implausibilidade", porque sustentam a superioridade da raça branca. Por outro lado, a releitura desses intelectuais aponta para uma outra constatação: *"um elemento que me parece significativo e constante na história da cultura brasileira: a problemática da identidade nacional"*.⁹³

O discurso da intelectualidade, nos últimos quinze anos da Primeira República, é revelador de um outro significado na construção da nacionalidade e que se concretiza, sobretudo, numa política de saúde pública no combate às endemias e nas campanhas de saneamento básico, enfatizado de forma didática e exemplar na Série Fontes, como, por exemplo, preocupações com a higiene, postura física, etc.

Oswaldo Rodrigues Cabral está entre os intelectuais catarinenses que discutem a questão da saúde. Médico, além de historiador, publica *Problemas Educacionais de Hygiene* (1929), trabalho apresentado à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, com o fim de obter o grau de Doutor em Medicina. O trabalho é aprovado com distinção, e também dedicado além dos seus familiares, ao Dr. Henrique da Silva Fontes, com a sua amizade.

Vejamos na nota introdutória, o seu desejo de edificar a nação numa "nova raça", fruto da miscigenação:

⁹³ ORTIZ, Renato. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo. Brasiliense, 1985. p. 13.

Ainda que sem fazermos, neste momento, profissão de fé patriótica, não descremos do Brasil forte, do Brasil grande que se prepara. É preciso crer, é preciso ter fé e assim animados trabalhar na conquista e no preparo da terra, no preparo e no aperfeiçoamento da raça ... a raça nova, [sem grifo no original] mixta de bravura e de força, raça que se funde hoje, no mesmo cadinho em que se ligam as diversidades ethnicas. A nação se erguerá, conquistando o mais alto grau de progresso e de cultura, construído, sólido e inabalável, o edifício da nacionalidade.⁹⁴

O discurso de Oswaldo Cabral e o de Bilac, parecem confirmar a recorrência da educação e da saúde como as principais fórmulas para a cura de todos os males brasileiros. Evidencia-se também o cruzamento de suas idéias para a salvação nacional: a “*regeneração muscular e física*”, que significa a formação da “*raça nova mixta de bravura e de força*”. Percebe-se no discurso desses intelectuais o ideário de trabalhar no “aperfeiçoamento da raça”, tributária da mestiçagem das diversidades étnicas.

A Série Fontes é reveladora da presentificação do discurso de intelectuais que assinam as lições sobre a natureza do corpo humano e orientam para uma conduta de hábitos de higiene, como se pode perceber pelos exemplos extraídos e aqui transcritos.

Essa é uma crônica do Barão de Macahubas, Abílio Cesar Borges, autor de uma série de Livros de Leitura, publicada no final do século XIX e, já nomeada no início deste estudo. No conteúdo dessa série constatamos a mesma orientação das virtudes cívicas e morais que encontramos na Série Fontes.

Noções de hygiene

Alimentação

⁹⁴ CABRAL, Oswaldo Rodrigues. Problemas educacionais de hygiene. Rio de Janeiro, 1929. p.II-III.

Comer a horas certas e somente quanto possa o estomago digerir sem custo, eis a primeira das condições para a saúde e o vigor do corpo, uma vez que as iguarias sejam sãs, succulentas e convenientemente variadas.

Os meninos gulosos [...] ficam de ordinario pansudos, soffrem sem cessar desarranjos intestinaes, perdem a côr, tornam-se feios, fracos, doentes e portanto infelizes.

Asseio

O asseio do corpo e dos vestidos, além de ser uma necessidade social, a fim de se não tornar uma pessoa desagradavel e mesmo incômoda áquelles com quem trata, é de grande importancia para a conservação da saúde; [...]

Dahi a necessidade do uso freqüente de banhos.

Demais , vós todos sabeis quanto desagrado causa a compahia das pessoas desleixadas, que não guardam asseio em seus vestidos, conservam as unhas grandes e sujas, os dentes cheio de limo e de fragmentos de comida, que, ahi apodrecendo, communicam á bocca um cheiro insuportável.

E esses outros que não lavam convenientemente os rostos e deixam as orelhas e o pescoço no mais censuravel desasseio ?!

E aquelles que, por preguiça de se pentarem, deixam que de bichos se lhes incem as cabeças ?!

O trabalho

O trabalho moderado, quer do corpo, quer do espirito, concorre muito poderosamente para a conservação da saúde.

Somno

.....
Deitar cedo e levantar cedo, é um importantissimo preceito de hygiene, autorizado pela experiencia de todos os tempos.

Precauções diversas

Muitas outras preocupações aconselha a hygiene para a conservação da saúde, taes como: conservar sempre quentes os pés; [...] não emprehender trabalho algum serio de espirito, nem fazer algum exercicio violento, logo depois das refeições; [...] etc., etc. (2º L. 1920, p. 93-96)

As noções de hygiene na alimentação, asseio, trabalho e sono visam sobremaneira, a conservação da saúde e o vigor do corpo para exercer o "trabalho moderado". Com essa finalidade são descritos minuciosamente os hábitos de hygiene diária para o corpo das crianças e dos adultos.

Desde a escolha e a qualidade dos alimentos, e sua ingestão nas horas e intervalos certos. Portanto, conservar a saúde é cuidar do bem-estar, fazendo a sua e a felicidade de todos.

No asseio, além da conservação da saúde, necessitamos de regras de convívio social ou nos tornaremos pessoas desagradáveis e até indesejáveis. Por isso, devemos diariamente tomar banho, escovar os dentes, pentear os cabelos etc. E, “tomar cuidado” em não exercitar o espírito e o corpo “depois das refeições”. Estas questões foram bastante reforçadas na Série Fontes, cuja grande difusão nas Escolas Públicas da época denota a importância que vinha sendo dada à higiene e à saúde e por extensão a uma política de saneamento básico da Capital, principalmente, como mostram vários trabalhos de historiadores catarienses que estudaram a instauração de uma nova prática.⁹⁵

As orientações para os cuidados de higiene já estão presentes na Cartilha Popular, como por exemplo: “Os *meninos* devem trazer sempre as mãos e as unhas muito limpas.” (p. 48). No Terceiro Livro (1929), a lição “Preceitos higienicos” (p. 23) aparece como “Ext.” (Extraído) e nos diz em versos:

É conservar a saúde
Que a hygiene tem por fim:
Ser ella grande virtude
Affirmam todos assim.

E assim é, chegam a velhos,
Vivem sãos e são perfeitos
Os que attendem seus conselhos,
Os que seguem seus preceitos.

.....

⁹⁵ KUPKA, Roselane Neckel. Tensões e imagens do Viver Urbano em Florianópolis – 1910/1930. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo, 1989. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

O teor dessas lições nos revelam as “leis de civilidade” e de bons hábitos de asseio para o corpo humano. Conservar a saúde do corpo, é a tônica desenvolvida pelos intelectuais que pretendem a salvação nacional.

Na continuidade do discurso de Oswaldo Rodrigues Cabral, em sua obra citada, Problemas Educacionais de Hygiene, fica evidente o papel dos intelectuais na construção do ideário nacionalista, que cumpre fundamentar os alicerces da nação e, portanto, *“se não formos os precursores da obra formidável de levantar o gigante que dorme ao ‘som do mar e á luz do ceu profundo’ pelo menos, os continuadores daquelles que, dentre nós, accalentando o mesmo sonho, pelo muito que fizeram, se ‘foram da lei da morte libertando’.* *É preciso ter fé. É preciso crer. Crer no Brasil, no Brasil grande, no Brasil magnifico.*⁹⁶

Alcir Lenharo em seus estudos sobre o corpo e o poder conclui: *“A tentativa de conhecer e desvendar os segredos da organização das sociedades de seu tempo tem levado sucessivos pensadores [Hobbes, Santo Tomás de Aquino, Rosseau, Spencer] a aproximá-las, comparativamente, à forma e ao funcionamento do corpo humano.”*⁹⁷

Segundo este autor a aproximação entre a sociedade e o corpo humano é especialmente realizada pelos intelectuais organicistas do século XIX após a introdução do conceito da divisão do trabalho. Um bom exemplo da aplicação do organicismo entre os intelectuais brasileiros, encontra-se na obra *A Organização Nacional* de Alberto Torres. Seus estudos estão fundamentados no pensamento político de Spencer, demonstrado num texto de 1860: *Organismo Social*. Alberto Torres exterioriza no trabalho mencionado suas intenções políticas: *“A política de*

⁹⁶ CABRAL, Problemas..., op.cit., p.III.

⁹⁷ LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, SP : Papyrus, 1986. p.139.

*uma nação é uma política orgânica, o que vale dizer: uma política de conjunto de harmonia, de equilíbrio.*⁹⁸

Assim, constatamos nesse ideário um conjunto de forças na sociedade organizada com todos os seus membros e dirigida pelo Estado. O equilíbrio deste está diretamente relacionado com a harmonia existente entre os seus cidadãos. A aproximação entre o corpo humano e a sociedade significa o organismo individual e o organismo social. Nesse sentido, o desenvolvimento do corpo total depende de cada uma das partes integradas. Enfim, do desenvolvimento individual depende o desenvolvimento social.

Na Série Fontes, além de “Noções de Hygiene” compilada de Abílio Cesar Borges, encontramos outras lições que nos revelam a aproximação entre os deveres para com a saúde do corpo humano e o bem-estar social.

A Cabeça

A cabeça está coberta pelo cabelos. Os cabelos servem para proteger o **crânio**. **O crânio** é uma caixa formada de ossos, e tem dentro o **cérebro**. O cérebro é o órgão do pensamento e da inteligência.

.....

Na parte inferior da testa ficam as **sobrancelhas**, que também se chama **sobrolhos**. As sobrancelhas são dois arcos de pêlos, e servem para impedir a caspa de chegar aos olhos, e também para desviar destes o suor que escorre da testa. (2º L. 1935 p. 16)

Trindade Coelho⁹⁹

⁹⁸ LENHARO, Sacralização ..., p. 143-144.

⁹⁹ Trindade Coelho (1861 - 1908) contista português romântico- realista. O autor assina mais quatro textos no Segundo Livro (1935), “Os Olhos”, “A boca”, “O tronco” e “O rachador de lenha e o nadador”. No acervo de Henrique da Silva Fontes, encontra-se a Cartilha Moderna ou Leituras Primárias, de R. Heuer, Casa Editora Rotermund & Co., São Leopoldo e Cruz Alta - RS, março de 1920. Nela há três textos assinados por Trindade Coelho; “A casa” (p. 111), “O Cabrito e o lobo” (p.118 - 119) e “O algodão” (p.128-129).

Da cabeça e das orelhas

-Como se ha de conservar a cabeça?

.....
Os movimentos da cabeça devem ser moderados e dignos, naturais e sem afetação. Fôra violar as leis da civilidade responder batendo, ou sacudindo com a cabeça, e desasseio coça-la, ou passar a mão por entre os cabelos, maiormente á mesa.

- Que tais os meninos que trazem os ouvidos pouco asseados, ou os limpam com os dedos diante de gente, ou sopram e dão gritos nos ouvidos dos outros?

.....
Este orgão do ouvido, que nos foi dado pelo Creador, não deve ser manchado com palavras feias e indecentes, e só deve abrir-se a discursos honestos e sensatos. (2º L. 1935, p. 17)

D. Antônio de Macedo Costa¹⁰⁰

As lições a seguir “Do nariz” e “Dos braços”, também são assinados pelo bispo D. Macedo Costa, e seus conteúdos, além das regras de civilidade, nos revelam um momento de transição na sociedade brasileira. O país encaminha-se para as grandes reformas urbanas e sanitárias do início do século; período caracterizado pelo crescimento industrial e a expansão demográfica, que se fazia sentir também em Santa Catarina.

Do nariz

Que regras de civilidade cumpre observar quanto ao nariz?

.....
3º. Levar a mão ao nariz, ou introduzir o dedo nas fossas nasais é desasseio e grosseria imperdoáveis e além disso costume perigoso pelos incomodos que pode acarretar e de que nos podemos ressentir muito tempo depois. Devem, pois, os pais tratar com desvê-lo de fazer evitar isto ao meninos.

4º. Há de se espirrar sem estrondo e guardando asseio e modéstia conveniente. (2º L. 1935, p.34)

¹⁰⁰ O bispo do Pará, D. Antônio de Macedo Costa, ao lado do bispo D. Vital de Olinda, foram as figuras centrais na “questão religiosa”, também conhecida como questão episcopado-maçônica; crise ocorrida entre a Igreja Católica e a Monarquia entre 1872 e 1875.

Dos braços

- Que tendes para ensinar-me a respeito dos braços?

- Lembrar-te-ei sómente que não é permitido agitá-los demais, quando se anda, nem estendê-los sobre a mesa, ou apoiar nela os cotovelos, quando se escuta ou se fala; nem usar dos mesmos cotovelos como armas para abrir caminho por entre um grupo de pessoas. Tudo isso é contrário aos bons modos e á urbanidade.

.....
- Deve-se apertar a mão a todos?

- Não; apresentar a mão a um superior é censurável adiantamento; só se ele quer primeiro dar-nos êste sinal de bondade; então, sim devemos apresentar-lhe a mão, inclinando-nos em sinal de reverência e gratidão. Em geral, como o apêto de mão é sinal de afeição familiar, só o devemos dar ás pessoas amigas. (2º L. 1935, p. 79).

As relações sociais na lição “Dos braços”, são reveladoras de um rígido caráter hierárquico, considerando-se a posição de sujeição dos subordinados. Portanto, apertar a mão, só é permitido entre as pessoas de grande intimidade.

Esta posição nos traz á tona um discurso do autor de obras didáticas Joaquim Maria de Lacerda, na lição “Defeitos que se devem evitar na sociedade”, Segundo Livro (1920). Esse autor também emite na edição de 1935, sua opinião sobre a função dos braços e das mãos. Numa linha idealista, Joaquim M. Lacerda descreve as vantagens da superioridade do homem em relação a todos os animais, porque sua mão é guiada pelo entendimento e, por isso, é capaz de fabricar e utilizar-se de diversos instrumentos que o beneficiam na sua relação com a natureza. E acrescenta, o seu potencial para desenvolver as artes e as letras, bem como erguer templos “para render culto a Deus” (p. 77-78) .

“As pernas e os pés” é uma lição não assinada, e nos parece ter sido acrescentada, por Henrique Fontes, com a finalidade de completar a temática da natureza do corpo humano (p. 62). Em uma outra lição sobre “A boca” (p. 39-40), de Hilário Ribeiro, e “A atitude erecta” (p. 47), de José Rangel, conclui-se no Segundo Livro, o círculo das “Noções de hygiene” iniciado por Abílio Cesar Borges e, que concederá à “raça nova”, força e brio na conquista da redenção da pátria.

Lúcia Lippi Oliveira no capítulo “Os intelectuais, a nação e o poder”, da sua obra, A questão nacional na Primeira República, faz algumas considerações sobre a “missão” dos intelectuais, que independente de sua origem de classe, da sua formação bacharelesca ou especializada, pensaram e propuseram alternativas para a “salvação nacional”. *“Nesta tarefa missionária foram os intelectuais que procuraram criar um ideário nacional baseado em um culto a uma tradição passada ou trabalharam na construção de uma nova tradição”*.¹⁰¹

Nessa perspectiva, a educação e a saúde são retomadas como “as verdadeiras soluções para a nação”. Ainda, segundo Oliveira: *“sabemos que em momentos de crise da sociedade brasileira, como na proclamação da República ou durante a Primeira Guerra Mundial, cresceu a consciência dos problemas do país e construíram-se soluções em que a busca da identidade nacional predomina sobre as visões e interesses parciais”*.¹⁰²

Em um clima de construção de uma nova ordem mundial surgem modificações internas tais como: a inauguração da República, o fim de uma economia escravagista, a emergência de uma classe média e portanto, o fazer-se de uma “outra” tradição. A tradição é aqui interpretada com um novo significado, isto é, vai buscar na história a memória coletiva, reelaborando-a com fragmentos do passado e apoiando-se neles para instalar o presente, o “novo”. É um momento diferenciado do nacionalismo brasileiro.

¹⁰¹ OLIVEIRA, A questão nacional ..., op. cit., p. 187.

¹⁰² Id. Ibid., p. 13

Esta questão da saúde e da higiene foi uma constante entre os intelectuais e escritores das primeiras décadas do século XX. Em Monteiro Lobato¹⁰³, a questão da saúde toma proporções nacionais com a figura de Jeca Tatu, no conto Urupês (1918), o personagem criado pelo autor, para caracterizar o caboclo brasileiro, pobre, infestado de doenças, incapaz para o trabalho produtivo do campo. (ELB, p.745.v.2).

O conto Urupês encontrou projeção nacional, e despertou a atenção de Rui Barbosa, que o citou em discurso de campanha política (1919, RJ), e criticou a visão depreciativa de Monteiro Lobato. Após, decorrida quase uma década, ele publica um outro conto A Ressureição (1927), que se insere numa linha de valorização do caboclo brasileiro na literatura, entre eles, o Juca Mulato de Menotti del Picchia. Com o tipo do Jeca Tatuzinho, curado da verminose, tornando-se assim “próspero e feliz fazendeiro”. No final do conto ele escreve:

Meninos: nunca se esqueçam desta história; e quando crescerem, tratem de imitar o Jeca. Se forem fazendeiros, procurem curar os camaradas da fazenda. Além de ser para eles um grande benefício, é para você um alto negócio. Você verá o trabalho desta gente produzir três vezes mais. Um país não vale pelo tamanho, nem pela quantidade de habitantes. Vale pelo trabalho que realiza e pela qualidade de sua gente. *Ter saúde é a grande qualidade de um povo.* [sem grifo no original] (ELB, p. 348. v.1)

Essa historinha era utilizada pela Biotônico Fontoura (remédio popular) para distribuição gratuita nas escolas. Enfim, o povo brasileiro estava reabilitado, nada que saúde e educação não pudessem “curar”.

¹⁰³ Monteiro Lobato (1882-1948). Lançou a Revista do Brasil (1916). Foi um dos fundadores da Companhia Editora Nacional. Sua tônica é a criação fantasiosa como o Sítio do Pica-pau Amarelo (ELB, p.818-819. v.2). Ele assina apenas duas fábulas na Série Fontes: “A rã e o boi” (2º L. 1935, p.37-38) e “O velho, o menino e a mulinha” (3º L. 1929, p. 90-91), ambas de caráter ético e moral para a educação infantil.

A principal "missão" do professor é "*educar physica, moral e intellectualmente*". Esse apostolado pode traduzir-se em: orientar os hábitos de higiene para conservação da saúde, e formar o cidadão excelente, que irá lutar pela defesa da nação. Enfim, um cidadão civilizado, fruto da "raça nova" e por isso consciente de seus deveres para com a família, a sociedade, a pátria e a humanidade.

FONTES

LIVROS ESCOLARES

BARRETO, Arnaldo de Oliveira e PUIGGARI, R. Série PUIGGARI-BARRETO.

Terceiro livro de leitura. 19.ed. mod. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1921.

BARRETO, Arnaldo de Oliveira. Cartilha analytica: para o ensino de leitura. 9.ed.

Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1914.

BILAC O. e BOMFIM M. Livro de leitura: para o Curso Complementar das Escolas Primarias. 25. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1922.

BITTENCOURT, Liberato. Segundo anno 28 de setembro. Rio de Janeiro : Typo do Gymnasio 28 de Setembro, 1921.

BOMFIM, M. Primeiras saudades. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1920.

BORGES, Abilio Cesar. Primeiro livro de leitura. 20.ed. rev. (1ª ed., 1866). [S.l.] : Typ. e Lit. E. GUYOT, s/d.

_____. Terceiro livro de leitura. 65. ed. ref. (1ª ed., 1871). Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1890.

_____. Quarto Livro de Letura. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1890.

BRAGA, Erasmo. **Série Braga**. Leitura I. São Paulo – Rio de Janeiro : Weiszflog Irmãos, 1919.

FONTES, Henrique da Silva. **Série Fontes**. Florianópolis, SC : [ed. (Fig.1)], 1920–1951.

LACERDA, Joaquim Maria. **Thesouro da infancia ou novo manual das escolas primarias**. Rio de Janeiro : B. –L. Garnier, 1885.

PINTO e SILVA, J. **Minha Patria**. 4.ed. São Paulo : Siqueira, Nagel & Comp., 1910.

_____. **Meus deveres**. 3. ed. São Paulo : Typ. Siqueira, Nagel & Comp., 1916.

PROENÇA, Antonio F.. **Cartilha**. São Paulo : Melhoramentos [Weiszflog Irmãos incorporada], s/d.

TARANTO, Salvador. **O bom cidadão**. Deveres para com os alumnos da Terceira Classe Elementar. Florianópolis : Gab. Typ. Lealdade, 1905.

VIANNA, Francisco Furtado M.. **Primeiros passos na leitura**. 7. ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1922.

LIVROS DE ÉPOCA

BITTENCOURT, Liberato. **Educação nacional** (de corpo, de cabeça e de coração): plano de alfabetização e salvamento. Rio de Janeiro : Ofs. Grafs. do Ginasio 28 de Setembro, 1932.

CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **Problemas educacionaes de hygiene**. Rio de Janeiro : [s.n.], 1929.

PEIXOTO, Afranio. **Minha terra e minha gente**. Rio de Janeiro : Francisco Alves : Paris-Lisbôa : Aillaud e Bertrand, 1916.

IMPRESSOS E ARTIGOS DE PERIÓDICOS DE ÉPOCAS

DUARTE, Manuel. **Os alemães em Santa Catharina**. Rio de Janeiro : Typ. do Jornal do Commercio, 1917.

FONTES, Henrique da Silva. **A nossa geração e a justiça social**. (Discurso de paraninfo *lido* na Faculdade de Direito de Santa Catarina). Florianópolis, Faculdade de Direito de Santa Catarina, dez. 1951.

_____. A Reorganização do Ensino. **A Época**, Florianópolis, 22 jan. 1911.

_____. **Didactica**: Revista para professores e alunos. Florianópolis : [s.n.], v.1, n.1, 1919, p.1-15.

_____. Discurso de paraninfo. **Revista de Cultura**. Rio de Janeiro, n.257-261, p.16-20, mai/set 1957.

_____. Edificação escolar. **A Época**, Florianópolis, 4 dez. 1910.

_____. **José Artur Boiteux – Patriarca do ensino Superior**. Florianópolis : s/d. (Artigo publicado em 8 dez./ 1965.

_____. O que é um grupo escolar? **A Época**, Florianópolis, 01 jan. 1911.

_____. **Pensamentos, palavras e obras**. Primeiro Caderno - **Da Faculdade Catarinense de Filosofia**. Florianópolis : Ed. do Autor, 1960.

_____. **Pensamentos, palavras e obras**. Segundo Caderno - **Da Cidade Universitária**. Florianópolis : Ed. do Autor, 1962.

_____. **Pensamentos, palavras e obras**. Terceiro Caderno - **De Itajaí** – Primeira parte. Florianópolis : Ed. do Autor, 1963.

_____. **Revista de ensino primário**. Ed. do Centenário da Independência Nacional. Florianópolis : Typ. da Liv. Moderna, n. 1., set. 1922, p.1-48.

_____. **Temas catarinenses**. Florianópolis : Ed. do Autor, 1962.

GUIMARÃES, Orestes. **Nacionalização do ensino primario**. Blumenau, SC : Typ. Wahle, 1929.

NAPOLI, Miguel. **Hercilio Luz**. No 1º Aniversario do seu Governo. Florianópolis : [s.n.], 1919, p.1-10.

MANUSCRITOS DE ÉPOCA

FONTES, Henrique da Silva. **Carta à minha querida Mãe**. São Leopoldo, RS, [ca. 1903-6]

_____. **Carta ao meu querido Pae**. São Leopoldo, RS, [ca. 1903-6]

NOERNBERG, Carlos José. **Carta a Henrique da Silva Fontes**. Villa de Paraty, 4 mai. 1920.

SCHAETHE, Estanislau. **Carta a Henrique da Silva Fontes**. Blumenau, SC. 19 set. 1920.

ATA, MANUSCRITOS E IMPRESSOS

Câmara Municipal de Itajaí. **Ata da sessão solene comemorativa ao Centenário de Nascimento do Desembargador Henrique da Silva Fontes**. Realizada no dia 14 de mar. 1985.

Comemoração dos 40 anos de implantação da Faculdade Catarinense de Filosofia. Centro de Filosofia e Ciências Humanas – CFH da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC. Florianópolis, 1995.

CORRÊA, Nereu et alii. **In Memoriam**: Henrique da Silva Fontes. Florianópolis : Typ. Oriente, 1966.

PELANDRÉ, Nilcéa Lemos. **Discurso na Missa Comemorativa dos 110 anos de nascimento do Professor Henrique da Silva Fontes**, Florianópolis, 15 mar. 1995. mimeo.

SCHEIBE, Luiz Fernando. **Discurso da inauguração do busto do Prof. Henrique da Silva Fontes**, em comemoração aos 35 anos de criação da UFSC, Florianópolis, 18 dez. 1995. mimeo.

SOUZA, Helena Anna de. **Carta à autora**. Florianópolis, 16 jul. 1997.

ARTIGOS DE PERIÓDICOS

BRANDÃO, Arnaldo. O notável itajaiense: Henrique da Silva Fontes. **Blumenau em Cadernos**. Blumenau, SC, out. 1973.

CORRÊA, Carlos Humberto. O governo Vidal Ramos e a reforma do ensino público. Diário Catarinense. Florianópolis, 04 mar. 1995. Suplemento Diário de Cultura, n. 3243, p. 6-8.

FARACO, Carmelo. O Doutor. O Estado. Centenário de Henrique Fontes. Florianópolis, 24 mar. 1985.

FLORES, Altino et alii. Signo. Revista da Academia Catarinense de Letras. Homenagem a Henrique da Silva Fontes. Florianópolis, n. 4, 1971 (publicado, jun. 1973).

MIGUEL, Salim. Lembranças do Professor. O Estado. Florianópolis, 15 mar. 1985.

SACHET, Celestino. O Professor. O Estado. Florianópolis, 24 mar. 1985.

Santa Catarina. Aspectos da vida e da obra de Henrique da Silva Fontes. Ed. do Centenário de Nascimento. Florianópolis : Conselho Estadual de Cultura, 1985.

UNGARETTI, Norberto. Henrique da Silva Fontes, uma vida dedicada a Santa Catarina. Diário Catarinense, Florianópolis, 02 abr. 1994. Suplemento Diário de Cultura, p. 8-9.

BIBLIOGRAFIA

LIVROS, TESES E ARTIGOS

- ANDERSON, Benedict. Nação e consciência nacional. São Paulo : Ática, 1989.
- ARAÚJO, Hermetes Reis de. A invenção do litoral: reformas urbanas e reajustamento social em Florianópolis na Primeira República. São Paulo : Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1989, Dissertação (Mestrado em História).
- ARIÈS, Philippe. História social da criança e da família. 2.ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1981.
- BADINTER, Elisabeth. Sobre a identidade masculina. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1992.
- BENJAMIN, Walter. In: Obras escolhidas I - Magia e técnica, arte e política. 2.ed. São Paulo : Brasiliense, 1986. p.222-232.
- BOSI, Alfredo. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (org.). O Brasil Republicano. Tomo III, São Paulo : Difel, 1975. V.1. p.295-318.
- BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo : EDUSP, 1987.

- BURKE, Peter (org.). **A escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo : Ed. da UNESP, 1992.
- CABRAL, Oswaldo Rodrigues. **História de Santa Catarina**. 2.ed. rev. Florianópolis : Laudes, 1970.
- CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da República no Brasil. São Paulo : Companhia das Letras, 1990. p.22.
- _____. O Rio de Janeiro e a República. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.5, n.8/9, p;117-138, 1984/1985.
- CHALHOUB, Sidney. **Trabalho, lar e botequim**: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque. São Paulo : Brasiliense, 1986.
- CORRÊA, Carlos Humberto. **Um Estado entre duas Repúblicas**: a revolução de 30 e a política em Santa Catarina até 35. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1984.
- CORREIA, Ana Maria Martins Coelho. **A Secretaria da Justiça e sua relação com a educação**. Florianópolis : Ed. da UFSC/Arquivo Público do Estado. SC, 1985.
- COUTINHO, Afrânio; SOUSA, J. Galante, de (dir.) **Enciclopédia de literatura brasileira**. Rio de Janeiro : FAE, 1989. 2v.
- DUBY, Georges. **O prazer do historiador**. In: AGULHON, Maurice et al. **Ensaio de Ego-História**. Lisboa, Portugal : Edições 70, (1. ed. Francesa 1987). p. 109 - 137.
- ECO, Umberto & BONAZZI, Mariza. **Mentiras que parecem verdades**. São Paulo : Summus, 1980.

- FARGE, Arlette. Famílias, a honra e o sigilo. In: ARIÈS, P. e CHARTIER, R. (org.). História da vida privada. v.3. São Paulo : Cia. das Letras, 1991. p.581-617.
- FIORI, Neide Almeida. Aspectos da evolução do ensino público: ensino público e política de assimilação cultural no Estado de Santa Catarina nos períodos Imperial e República. 2.ed. rev. Florianópolis : Ed. da UFSC, 1991.
- FOUCAULT, Michel. Microfísica do poder. 8. ed. Rio de Janeiro : Graal, 1989.
- FREITAG, Bárbara et alii. O livro didático em questão. São Paulo : Cortez/Autores Associados, 1989.
- GAY, Peter. O estilo na história: Gibbon, Ranke, Macaulay, Burckhardt. São Paulo : Cia. das Letras, 1990.
- HOBSBAWM, Eric & RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984.
- HOBSBAWM, Eric J. Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1990.
- KUPKA, Roselane Neckel. Tensões e imagens do Viver Urbano em Florianópolis – 1910/1930. São Paulo, 1993. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
- LEITE, Miriam L. Moreira. Uma construção enviesada: a mulher e o nacionalismo. Ciência e Cultura. 42(2): 144-149, fev. 1990.
- LENHARO, Alcir. Sacralização da política. Campinas, SP : Papyrus, 1986.
- LUSTOSA, Isabel. O Brasil pelo método confuso - Humor e boemia em Mendes Fradique. Rio de Janeiro : Bertrand, 1993.
- MONROE, Paul. História da educação. 14 ed. São Paulo : Nacional, 1979.

- MOURA, Sérgio Lobo de; ALMEIDA, José Maria Gouvêa de. A igreja na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (org.). **O Brasil Republicano**. Tomo III, São Paulo : Difel, 1975. v.1. p.323-341.
- NAGLE, Jorge. A educação na Primeira República. In: FAUSTO, Bóris (org.) **O Brasil Republicano**. Tomo III, São Paulo : Difel, 1975. v.1, p.261-291.
- NEDELL, Jeffrey D. **Belle époque tropical**: Sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século. São Paulo : Cia. das Letras, 1993.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi: **A questão nacional na Primeira República**. São Paulo : Brasiliense, 1990.
- OLIVEN, Ruben George. **A parte e o todo**: a diversidade cultural no Brasil-nação. Petrópolis : Vozes, 1992.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). **Discurso fundador**. Campinas,SP : Pontes, 1993.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. 2.ed. rev. e aum. Campinas, SP : Pontes, 1987.
- ORTIZ, Renato. **Cultura brasileira e identidade nacional**. São Paulo : Brasiliense, 1985.
- _____. **Românticos e folcloristas**. São Paulo : Olho d'Água, 1992.
- PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. Campinas, SP : Pontes, 1990.
- PEDRO, Joana Maria. **Mulheres honestas e mulheres faladas**: uma questão de classe. Papéis sociais femininos na sociedade de Desterro/Florianópolis -

- 1880/1920. São Paulo, 1992. Tese (Doutorado em História). Universidade de São Paulo.
- RAGO, Margareth. **Do Cabaré ao Lar**: a utopia da cidade disciplinar: Brasil 1890-1930. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1987.
- REIS, Maria Cândida Delgado. **Tessitura de Destinos**: mulher e educação, São Paulo 1910/20/30. São Paulo : EDUC, 1993.
- RIBAS, Janete Jane Goulart. **A instrução pública elementar na Província de Santa Catarina - 1834 - 1889**. Florianópolis : Universidade Federal de Santa Catarina, 1992, Dissertação (Mestrado em História).
- SCOTT, Joan W.. Gênero: uma categoria de análise histórica. **Educação e Realidade**. Porto Alegre : 16(2) : 5-22, jul./dez. 1990.
- SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 3.ed. São Paulo : Brasiliense, 1989.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. Educação feminina e educação masculina no Brasil Colonial. In: **Revista de História**. São Paulo/USP, (109) : 149-164, jan./mar. 1977.
- SOMMER, Doris. Amor e pátria na América Latina: uma especulação alegórica sobre a sexualidade e o patriotismo. **Papéis Avulsos**. Rio de Janeiro : CIEC/UFRJ, (10): 1 - 29, 1989.
- STONE, Lawrence. "The revival of narrative: reflections on a new old history". In: **Past and Present**, (85): 3 - 24, nov. 1979.

ANEXOS

Anexo 1

Paraly, em 4 de Maio de 1990.

Ex.º Sr. Henrique Fontes,
D. D. Director da Instrução Publica.

Optim de dar satisfação ao que é solicitado por V.ª Ex.ª no prelo com que foi clado a publicidade o "Segundo Livro de Leituras" (nome) lamente editado e em uso nas escolas publicas, violadas do Estado, peço pena a V.ª Ex.ª para deixar aqui parado o meu desalinho parecer a respeito d'essa obra.

Quirinho a que me refiro é um livro sobre a ultimas lições que se tem não há a decominação de noções de povos, retratadas no decurso da vida pratica, como também a diffusão de preceitos moraes, que fôrão indoleveis no espirito das escolas, por isso que ministrados de envolta com a narraçã de contos e historietas interessantes, a que toda a criança presta a maxima attençaõ.

Por esses dois relevantes aspectos, peço que um livro util e necessario nas escolas, sendo bem de realçaõ, ao facto de estar parã gens, os que resultam da modicidade de seu preço em confronto com o de outras obras congêneres que em causa alguma lhe são superiores, e ainda porque, relativamente a sua feição material, foi maldeado

Blumman, em 19 de Setembro 1923.

Ex.º Sr. Director

Attençoes saudáveis.

Hummas a V.ª Ex.ª que com vntagem tems inda - digno, nas novas escolas parochicas, o 2º livro de leituras de sua obra. E muito a meu desejo que, ao correr do tempo, tenhamos um 3º livro genuinamente estremezes, contendo exemplares infantis de leituras de vida de campo, de colonia e de littoral e bellas trechos de historia e geographia do nosso Estado. Um dos pedes francicanos que tem percorrido o Brasil tamb. disse enthusiasicamente, o Estado de Alagoas é o mais lindo e futuro que eu cheguei a conhecer. Tem a liberdade de propôr, para uma nova edição do 2º livro, um appendice com os limites e os municipios do novo Estado e uma explicaçã de alguns termos geographicos derivados da lingua guarany. Tem os protatos de exilado estimo e amatenças de

de V.ª Ex.ª

ado, 4 e hum 4

Sr. Estanislau de S. S. S. S.

Reputas saudáveis, emi. de

Sr. Simil S. S. S.

Anexo 2

Terminei o Curso Normal do Colégio Praga de Feus em 1935, minha freqüente outra escola.

Nessa época havia o Curso Primário de 4 anos, o Curso Complementar de 3 anos (este dava direito a lecionar nas chamadas Escolas Isoladas) e o Curso Normal de 4 anos.

Quando já ainda estava no Colégio, houve a reforma do Ensino, passando o Curso Complementar a ser Curso Fundamental com 5 anos como o Curso Primário, mas ainda não a ele equiparado.

O Curso Normal perder assim 2 anos, ficando apenas com 2 e passou a chamar-se Curso Vocacional que formava para o magistério. Este dava alguns privilégios às novas professoras, especialmente o de poderem ir para a Capital após seu estágio obrigatório no interior.

No Curso Complementar, a partir do 2º ano, começava o ensino da língua alemã que era ministrado com o conhecimento e prática do alfabeto gótico.

O ensino do alemão continuava até o 3º ano do Curso Normal.

Fixamos versos para o alemão das lições do 1º livro de leitura da série Fontes pois na época para a aprendizagem do português eram usados

de 1º ao 4º ano do Curso Primário ou Secundária como era chamado na época.

Quando formadas, as jovens que desejavam seguir o magistério não podiam iniciar seu trabalho na Capital, devendo ir primeiro para outras cidades e após o exercício de 2 anos aproximadamente, podiam fazer Recurso para a Capital.

Como no Estado a colonização alemã era muito grande, não foram poucas as jovens que nela iniciaram seu trabalho, quando surgia o impasse: crianças e professoras que não se entendiam, como falar a língua alemã para se fazer entender pelas crianças e a razão de fazermos a versão do 1º livro da série Fontes para o alemão

Helena Olina de Souza

Sênior em Estudos

Direção do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 16 de julho de 1997.